

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO-SENSU* EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

LUCIANA MORAES BARCELOS MARQUES

**ANÁLISE DISCURSIVA DA METÁFORA:
REVISITANDO O ESTRUTURALISMO SAUSSURIANO**


VITÓRIA
2008

LUCIANA MORAES BARCELOS MARQUES

**ANÁLISE DISCURSIVA DA METÁFORA:
REVISITANDO O ESTRUTURALISMO SAUSSURIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística, na área de concentração: Texto e Discurso.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Virgínia Beatriz Baesse Abrahão

VITÓRIA
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

M357a Marques, Luciana Moraes Barcelos, 1982-
Análise discursiva da metáfora : revisitando o estruturalismo
saussuriano / Luciana Moraes Barcelos Marques. – 2008.
128 f. : il.

Orientadora: Virgínia Beatriz Baesse Abrahão.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Saussure, Ferdinand de, 1857-1913. 2. Metáfora. 3.
Discursos, alocações, etc. I. Abrahão, Virgínia Beatriz Baesse. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

LUCIANA MORAES BARCELOS MARQUES

**ANÁLISE DISCURSIVA DA METÁFORA:
REVISITANDO O ESTRUTURALISMO SAUSSURIANO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Estudos Lingüísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística, na área de concentração: Texto e Discurso.

Aprovada em 14 de Março de 2008.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Virgínia Beatriz Baesse Abrahão
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Hugo Mari
Pontífica Universidade Católica de Minas Gerais

Prof^a. Dr^a. Lillian Virginia DePaula Filgueiras
Universidade Federal do Espírito Santo

A Deus, autor e consumador da minha fé.

*"Por que d'Ele, e por Ele, e para Ele, são
todas as coisas; glória, pois a Ele
eternamente. Amém" (Rom. 11:36).*

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo pelo incentivo desde o início, pela compreensão nos muitos finais de semana em falta e pelo labor a fim de diminuir minhas responsabilidades.

Ao meu cunhado Willian pelas muitas tardes em que cuidou do meu bebê e à minha irmã Priscilla por dedicar-se a mim em seus dias de folga.

À minha “mãinha” Luciana, minha imã Rachel e todos os meus familiares por compreenderem minha ausência e pelas constantes orações.

À minha sogra Vera, meu sogro Edinaldo, minha cunhada Miriam e tia Rita pelos vários finais de semana em que cuidaram do meu bebê enquanto eu estudava.

Aos familiares de meu esposo pelo apoio, compreensão e carinho dedicados a mim, ao Junior e ao Isaque, no decorrer desta jornada.

Aos colegas de turma: Celi, Elaine, Emanuely, Ilioni, Joseane, Karen, Kátia, Ludmila, Marcela, Mônica, Ruth e Tatiany pelos encontros e desencontros, abraços e desabafos.

À Arlene de Araújo Saib por tudo: pela adoção; pela amizade; pelas leituras, revisões e constante diálogo teórico; e por formar o cordão de quatro dobras que não se pode romper facilmente.

À Ana Neri Barcelos Soares pelas várias vezes em que veio me socorrer – a mim e ao meu bebê – concedendo-me mais tempo à pesquisa.

À Ludmila Sathler Aguiar pelos longos telefonemas, pelo riso e pelo choro compartilhado, deixando as dores muito mais amenas e por formar o cordão de quatro dobras que não se pode romper facilmente.

À Nelma Mattos Campos por uma revisão tão perspicaz e significativa.

À minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Virgínia Beatriz Baesse Abrahão pelo constante lapidar; pelo empenho, dedicação e encorajamento durante essa caminhada.

Ao Governo Federal pelo incentivo estudantil que, no decorrer desses dois anos, me possibilitou dedicação exclusiva à pesquisa, através da bolsa de mestrado da CAPES.

E, sobretudo, a Deus, por me conceder mais esta vitória.

“O pensamento saussuriano, que os textos originais nos fazem descobrir, é menos categórico do que o Cours na medida em que confessa suas dúvidas sob pontos cruciais e faz, dessas mesmas dúvidas, a sua heurística, e ao mesmo tempo mais radical, na medida em que se apresenta como uma batalha contra a falta de reflexão epistemológica que caracteriza a lingüística: como a batalha pela renovação dos conceitos fundamentais dessa ciência. Esses dois pólos mostram-se característicos das notas do curso e dos manuscritos, sustentando um pensamento mais sutil, mais límpido, mais convincente do que o do Cours. No livro de 1916, eles são como que esmagados e, até mesmo, sistematicamente apagados.”

BOUQUET; ENGLER apud SAUSSURE, 2002:14.

RESUMO

Esta pesquisa se propôs a revisitar o estruturalismo saussuriano buscando aprofundar e analisar os posicionamentos teóricos de Saussure no que tange às concepções de língua, linguagem, signo, valor lingüístico, sujeito, discurso e referência, intencionando abstrair deles o conceito de metáfora. De maneira que desfaz o estereótipo criado acerca de Saussure e apresenta sua face discursiva frente às análises lingüísticas. Apoiando-se nessa perspectiva discursiva, defende a metáfora como constitutiva da linguagem, estando ancorada na concepção de valor lingüístico gerado por Saussure e ratificado por Ricoeur (2000) e Barthes (1979). O recorte teórico-metodológico proposto focaliza a concepção de metáfora como construção de realidade, tendo por suporte o contexto sócio-histórico-cultural do discurso. A análise fundamenta-se no posicionamento de Saussure – a partir de um paralelo entre o *Curso de Lingüística Geral* e os *Escritos de Lingüística Geral* – em um cotejo às proposições de Barthes (*Elementos de semiologia*) e Ricoeur (*A metáfora viva*). Por essa via de análise, o exame do *corpus*, composto pelos “Discursos da Vitória” – de 2002 e de 2006 – do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, confirmou a necessidade de ultrapassar o plano lingüístico e integrar o aspecto discursivo. Portanto, corroborou-se a proposição saussuriana de que “a língua é um fato social”, propiciando uma análise em conformidade com as exigências histórico-culturais que envolvem o discurso e sustentam a variabilidade dos valores lingüísticos, nos quais a metáfora é uma possibilidade de significação.

PALAVRAS-CHAVE: Metáfora, valor lingüístico, discurso político, discursividade.

ABSTRACT

This research revisits Saussure's structuralism in order to analyze, in a deeper level, his theoretical positioning as far as language, sign, linguistic value, subject, discourse, and reference are concerned, aiming at getting the concept of metaphor in such a way as to undo the stereotype created about Saussure and present his discursive side facing the linguistic analysis. Based on such discursive perspective, this work sees the metaphor as part of the language, anchored on the conception of Saussure's linguistic value, which was ratified by Ricouer (2000) and Barthes (1979). The proposed theoretical-methodological approach focuses on the conception of metaphor as a construction of reality, based on the social-historical-cultural context of discourse. The analysis adopts Saussure's positioning – from a parallel between the *Lectures on General Linguistics* and *Writings in General Linguistics* – alongside with the propositions of Barthes (*Elements of Semiology*) and Ricouer (*Metaphor Alive*). The examination of the *corpus* "Discursos da Vitória" (Discourses of Victory) – 2002 and 2006 – by President Luiz Inácio Lula da Silva confirmed the necessity to surpass the linguistic level, and integrate the discursive aspect. Thus, this work corroborates Saussure's proposition that "language is a social fact", propitiating an analysis according to the historical-cultural demands that involve the discourse and support the variability of the linguistic values, in which the metaphor is a possibility of signification.

KEY WORDS: Metaphor, linguistic value, political discourse, discursivity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Signo Lingüístico I	27
Figura 2 – Signo Lingüístico II	28
Figura 3 – Signo Lingüístico III	30
Figura 4 – Eixos sintagmático e Paradigmático	60
Figura 5 – Prova de Comutação	61
Figura 6 – Uma aplicação da Prova de Comutação	61
Figura 7 – Vias de Amplificação dos Sistemas Duplos	63
Figura 8 – Processo de Conotação	64

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	A METÁFORA NO ESTRUTURALISMO DE SAUSSURE	15
2.1	CONCEPÇÕES SOBRE A METÁFORA	16
2.2	SAUSSURE, O <i>CURSO</i> E OS <i>ESCRITOS</i>	17
2.3	LÍNGUA, SIGNO E <i>VALOR LINGÜÍSTICO</i> NO <i>CURSO</i> E NOS <i>ESCRITOS</i>	22
2.4	REFERENCIAÇÃO E METÁFORA EM SAUSSURE	36
3.	REPERCUSSÕES DAS POSTURAS ESTRUTURALISTAS SOBRE ALGUMAS ABORDAGENS QUE TRATAM DA METÁFORA	42
3.1	A METÁFORA EM P. RICOEUR	42
3.2	A METÁFORA EM FOUCAULT	51
3.3	A METÁFORA EM R. BARTHES	58
3.4	A METÁFORA EM LAKOFF E JOHNSON	65
3.5	REPERCUSSÕES SAUSSURIANAS	71
3.5.1	<i>Paralelos</i>	72
4.	AS METÁFORAS NOS DISCURSOS DA VITÓRIA DO LULA	83
4.1	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	85
4.2	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	90
4.2.1	<i>A esperança venceu o medo</i>	90
4.2.2	<i>Deixa o homem trabalhar</i>	100
4.2.3	<i>Conclusões da Análise</i>	108
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
	APÊNDICE A – BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	115
	ANEXO A – DISCURSO PROFERIDO EM 28 DE OUTUBRO DE 2002	117
	ANEXO B – DISCURSO PROFERIDO EM 30 DE OUTUBRO DE 2006	124

1. INTRODUÇÃO

No momento em que a metáfora tem sido discutida no nível da cognição, em que ela é compreendida como sendo construída a partir das experiências sensório-corpóreas do indivíduo ou mesmo como lugar por excelência de construção da realidade em linguagem, como quer as teorias discursivistas, propomos um revisitar dos conceitos saussurianos que sustentam as concepções sobre a metáfora em seus primeiros momentos da instauração da Lingüística como ciência da linguagem, a fim de observar as repercussões das concepções estruturalistas nas teorias mais atuais.

Esta pesquisa surge da comparação entre o livro *Escritos de Lingüística Geral*, que publica parte dos manuscritos de Ferdinand de Saussure descobertos num anexo de sua residência em 1996, e o *Curso de Lingüística Geral*, resultado da compilação das aulas de Saussure na Universidade de Genebra nos anos de 1907, 1908/09 e 1910/11. Destacando-se que não foram utilizados os textos originais, mas traduções para o português.

Os organizadores dos manuscritos publicados nos *Escritos de Lingüística Geral* concluem que

Graças a esses textos, uma nova leitura do pensamento saussuriano pode tomar forma, permitindo que se quebre uma espessa camada de preconceitos. Eles obrigam a rever a imagem assentada sobre a fé na reconstrução do pensamento do mestre por seus alunos, efetuada no *Curso de Lingüística Geral*, publicado em 1916. O lingüista genebrino mostra-se hoje, em seus escritos originais, ao mesmo tempo como um epistemólogo de sua disciplina e como um filósofo, preocupado em denunciar ilusões de todo tipo que têm como motivo a linguagem, para repensar os fundamentos de seu estudo (BOUQUET; ENGLER apud SAUSSURE, 2002: contra capa).

Cabe ressaltar, no entanto, que a comparação proposta não é um teste de legitimidade ao *Curso* e que não pretendemos encontrar um “verdadeiro Saussure”, nem estabelecer críticas ao *Curso* (no decorrer desse trabalho utilizaremos o nome *Curso* para designar o *Curso de Lingüística Geral* e o nome *Escritos* para designar a obra *Escritos de Lingüística Geral*, ambos atribuídos a Saussure), antes buscamos abstrair da combinação entre o *Curso* e os *Escritos* possíveis concepções de língua, de linguagem, de referenciação, de discurso e de sujeito para inferir delas uma concepção de metáfora; para, enfim, podemos analisar os reflexos que essas

posições tiveram em algumas teorias sobre a metáfora, tanto em termos teóricos como na análise da metáfora em textos recorrentes. Para tanto, levantamos a seguinte questão: como seria uma análise da metáfora dentro das concepções saussurianas em paralelo com as modernas estratégias de análise?

Desse modo, buscaremos, inicialmente, confrontar os postulados saussurianos de língua, de discurso e suas concepções sobre a referência no *Curso* e nos *Escritos*, a fim de podermos detectar as bases para as concepções sobre a metáfora, objeto da nossa pesquisa.

Em momento posterior, esta pesquisa se propõe a observar algumas das repercussões do estruturalismo saussuriano que se encontram em autores que abordam a metáfora, avançando, especificamente, por Ricoeur (*A Metáfora Viva*, 2000), por Foucault (*As Palavras e as Coisas*, 1966), por Barthes (*Elementos de Semiologia*, 1971), e por Lakoff e Johnson (*Metáforas da Vida Cotidiana*, 2002).

Propomos, então, mais uma questão: quais as influências/conseqüências dos postulados saussurianos nessas abordagens? Até que ponto elas rompem com o estruturalismo saussuriano e em que medida elas avançam?

A fim de especificar como a metáfora poderia ser reconhecida e delimitada a partir de Saussure, analisaremos, num momento subsequente, os “Discursos da Vitória” do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), nos seus dois mandatos. Para essa análise, recorreremos ao posicionamento teórico de Saussure nos *Escritos* harmonizado com as proposições de Ricoeur (*A metáfora Viva*, 2000) e Barthes (*Elementos de Semiologia*, 1979).

Uma vez que o presidente Lula usa abundantemente as metáforas tomando por base a realidade cotidiana dos brasileiros, escolhemos seus “Discursos da Vitória” por apresentarem dois momentos políticos diferenciados, viabilizando a análise das metáforas ali presentes. Isso porque entendemos que uma análise discursiva não vem separada dos fatos sociais e políticos da época em que os discursos estão inseridos, por ser a linguagem elemento de constituição social dos sujeitos.

Cabe acrescentar que as concepções sobre a metáfora perpassam as teorias de referenciação – referência e sentido –, ou seja, sobre a relação palavra-objeto; tratando-se de uma discussão bastante abrangente, pois abarca não somente aspectos lingüísticos, mas principalmente aspectos filosóficos de realidade.

Justamente quando se tenta romper com o positivismo, nas ciências da linguagem, este trabalho de pesquisa, ao observar essa relação de referenciação que cada metáfora inaugura, propõe um revisitar aos conceitos saussurianos. Isso se justifica, porque temos observado que mesmo as teorias menos objetivistas, no trato da linguagem com a realidade, tal como as teorias cognitivistas ou as discursivistas, permanecem em bases cartesianas, pois não incorporam as metáforas como o alicerce da construção da linguagem, como queria Barthes:

Os fenômenos da conotação ainda não foram estudados sistematicamente (encontrar-se-ão algumas indicações nos *Prolegomena* de Hjelmslev). Todavia, o futuro sem dúvida pertence a uma Lingüística da conotação, pois a sociedade desenvolve incessantemente, a partir do sistema primeiro que lhe fornece a linguagem humana, sistemas de segundos sentidos e essa elaboração, ora ostentada, ora mascarada, racionalizada, toca muito de perto uma verdadeira Antropologia Histórica. A conotação, por ser ela própria um sistema, compreende significantes, significados e o processo que une uns aos outros (significação), e é o inventário destes três elementos que se deveria primeiro empreender para cada sistema (BARTHES 1979: 96).

Desse modo, acreditamos que precisamos retomar Saussure para montar as bases do rompimento tão prometido na atualidade com a perspectiva cartesiana, quando se pensa na linguagem, pois foi no momento da publicação do *Curso de Lingüística Geral* que essas concepções se ergueram com toda a força sobre os estudos lingüísticos.

Portanto, importa responder quais as repercussões do estruturalismo saussuriano nas teorias atuais e de que maneira essas repercussões criam um vínculo teórico entre Saussure, Barthes e Ricoeur, no que tange ao referente e à metáfora. Afinal, cremos que o estudo da metáfora abarca mesmo os estudos da referenciação e podem transformar por completo as bases dos estudos em Lingüística, conforme prevê Barthes acima citado.

A apresentação desta pesquisa divide-se em cinco capítulos, considerando-se a introdução o primeiro e as considerações finais o quinto. O Capítulo II, após passear rapidamente sobre algumas concepções de metáfora, apresenta uma breve biografia do autor genebrino e retoma algumas críticas direcionadas ao *Curso de Lingüística Geral*; em seguida, propõe um revisitar ao *Curso de Lingüística Geral* por meio do olhar dos manuscritos do próprio Saussure nos *Escritos de Lingüística Geral*, problematizando algumas noções abordadas por Saussure. Por fim buscam-se extrair da discussão dos conceitos de língua, signo, valor lingüístico e referenciação as bases para concepções sobre a metáfora, dentro da proposta estruturalista saussuriana.

No Capítulo III retomam-se quatro concepções de metáfora – primeiro com Ricoeur (2000), depois com Foucault (1967), em seguida com Barthes (1979) e por fim com Lakoff e Johnson (2002) – objetivando demonstrar os avanços e os rompimentos dessas concepções em relação à proposição de Saussure e assim definimos o nosso recorte teórico para a análise.

O Capítulo IV dedica-se a uma breve biografia política do atual Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, para posterior análise de algumas metáforas utilizadas nos “Discursos da Vitória” – de 2002 e de 2006. Cabe salientar que a análise de cada discurso se deu separadamente e tem como base teórica Saussure, Ricoeur e Barthes.

Nas considerações finais, tecemos um retrospecto do todo da dissertação, retomando os pontos principais da teoria com vistas a sustentar o balanço das análises. Neste, ficou evidenciado que a metáfora insere-se no campo dos valores lingüísticos enquanto construção de realidade.

2. A METÁFORA NO ESTRUTURALISMO DE SAUSSURE

Atualmente ainda são muitos os estudos lingüísticos que citam Saussure em “seu” *Curso de Lingüística Geral*, seja retomando algum aspecto da teoria ali exposta, seja criticando-o. Isso porque a perspectiva apresentada no *Curso* representou uma grande mudança na análise lingüística, uma vez que por meio dela possibilitou-se a especialização do estudo da linguagem tornando-o uma ciência, já que a partir do estruturalismo foi possível sistematizar conhecimentos adquiridos via observação metódica da linguagem humana.

No entanto, embora tal legado tenha sido dado a Saussure por meio do *Curso de Lingüística Geral*, há muitas obras que fazem críticas ao *Curso*, tanto no âmbito de contradição interna, quanto no de incongruência ideológica. Não é objetivo de este trabalho questionar os editores dessa obra, mas de analisar as proposições do *Curso* enquanto representação do posicionamento teórico de Saussure, sob o prisma de seus manuscritos atualmente publicados.

O comparativo entre o *Curso* e os *Escritos* se justifica em virtude das críticas direcionadas ao *Curso*, cabendo a esta pesquisa o reconhecimento da importância teórica de certas categorias com registro nos dois textos. Portanto, procuramos o posicionamento semântico de Saussure na dimensão do significado para que possamos caminhar rumo à teoria da metáfora e suas influências nas teorias atuais.

Neste capítulo pretendemos construir o ponto de vista teórico desta pesquisa. Como nosso foco é a metáfora, inicialmente apresentamos uma breve transformação desse conceito, no decorrer do tempo; em seguida elaboramos uma sucinta apresentação da biografia de Saussure e retomamos algumas críticas feitas ao *Curso*; posteriormente discutimos algumas divergências e convergências ideológico-conceituais entre o *Curso* e os *Escritos* e, por fim, investigamos a relação do autor com o estruturalismo e a perspectiva saussuriana de metáfora.

2.1 CONCEPÇÕES SOBRE A METÁFORA

A metáfora foi definida, inicialmente, por Aristóteles em sua *Poética* como “a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por via de analogia” (ARISTÓTELES, 1959: 312). Na *Retórica*, Aristóteles retoma a noção de transposição e afirma que “as metáforas são enigmas velados e nisso se reconhece que a transposição de sentido foi bem sucedida” (ARISTÓTELES, 1959: 195).

Autores posteriores, abarcando as concepções aristotélicas, trabalham a metáfora como uma espécie de comparação em que o conectivo é suprimido; ou como transposição do sentido próprio ao figurado; ou ainda, como uso de uma palavra em lugar de outra por analogia ou semelhança.

Roman Jakobson (1969) aplicou a oposição entre metáfora e metonímia dentro de dois tipos de afasia, ele afirmou que a metáfora abrange a ordem do sistema, de maneira que estabelece as ligações cerebrais de metalinguagem: seleção e substituição. Destacando que a metáfora, juntamente com a metonímia, determina o duplo caráter da linguagem, não configurando uma alegoria lingüística, antes a constituição do sistema da linguagem.

Já Câmara Jr. (1968), ao definir metáfora, enfatizou seu caráter subjetivo que implica a visão que o locutor tem do “objeto” metaforizado e da imagem que ele quer produzir no interlocutor; sendo que a relação de similitude entre as imagens não existe previamente, mas é concebida no momento da criação metafórica, alterando drasticamente o ponto de vista aristotélico sobre a questão.

Em contrapartida, numa abordagem funcionalista, ao analisar o uso oral e cotidiano da língua, observa-se que a metáfora é uma estratégia comunicativa. Verificando-se, portanto, que o uso e a compreensão da metáfora dependem mais do conhecimento de mundo e menos da utilização da linguagem em si, tendo seu foco principal no contexto.

O conhecimento da realidade, tenha sua origem na percepção, na linguagem ou na memória, precisa ir além da informação dada. Ele emerge da interação dessa formação com o contexto no qual ela se apresenta e com o conhecimento preexistente do sujeito conhecedor (ZANOTO; MOURA; NARDI; VEREZA, 2002, p. 13).

Dessa forma, Lakoff e Johnson esclarecem que uma sociedade compreende o mundo por meio de metáforas construídas com base em sua experiência corpóreo-sensorial. A interação com o mundo externo ao indivíduo possibilita a ele a construção de sentidos para enunciados abstratos e a possibilidade de enriquecer semanticamente um ato comunicativo proposto.

No entanto, reduzir a produção de sentido a uma visão cognitivista seria desviar, em partes, a relação lingüística para a filosófico-antropológica, pois a construção de sentido não se dá apenas pela interação indivíduo-mundo, mas principalmente, pela relação de um sujeito, historicamente determinado, com a linguagem que o constitui; ou seja, a principal fonte de aquisição do saber é por meio da interpretação dos enunciados, pois esse sujeito passa por experiências de significação. De acordo com Foucault,

O mundo está coberto de signos que é mister decifrar, e esses signos, que revelam semelhanças e afinidades, não são mais do que formas da similitude. Conhecer será, pois, interpretar: ir da marca visível ao que se diz através dela e que, sem ela, permaneceria palavra muda, adomedida nas coisas (FOUCAULT, 1967:54).

A seguir discorreremos sobre Saussure, o *Curso* e os *Escritos* e sua importância para esta pesquisa, e então retomamos os estudos sobre a metáfora a partir do estruturalismo.

2.2 SAUSSURE, O *CURSO* E OS *ESCRITOS*

A importância de Saussure é amplamente reconhecida no meio lingüístico, desta forma pretendemos retomar sua obra pelo viés de seus manuscritos em contraponto com o famigerado *Curso de Lingüística Geral*. Conhecer sua biografia colabora para compreendemos alguns de seus posicionamentos teóricos, que se revelam em seus manuscritos.

Os dados biográficos de Saussure não são totalmente uniformes entre os autores que já escreveram sobre esse autor, contudo as diferenças não são tão significativas a ponto de invalidar as informações apresentadas. Em virtude de seu valor editorial, utilizaremos os dados colhidos no prefácio à edição brasileira do *Curso de Lingüística Geral* (de autoria de Isaac N. Salum) acrescido de informações coletadas nos *Escritos de Lingüística Geral* organizados por Simon Bouquet e Rudolf Engler.

Ferdinand de Saussure nasceu aos 26 de Novembro de 1857, em Genebra. Em sua família havia geólogos, gramáticos e naturalistas, muito cedo aprendeu latim, alemão, inglês e grego, e posteriormente Sânscrito (quase sozinho). Quando tinha 15 anos, procurou compor um sistema geral da linguagem e já enviava seus trabalhos para a Sociedade Lingüística de Paris. Em torno de seus 20 anos publicou *Mémoire sur le système primitif de voyelles dans les langues indo-européennes*, que ficou relativamente conhecida entre os lingüistas da época.

Começou a exercer o professorado muito cedo: de 1881 a 1891, foi professor de gramática comparada na Escola dos Altos Estudos de Paris; de 1891 a 1896, foi professor extraordinário na Universidade de Genebra, ali sendo titular a partir de 1896, onde foi professor de línguas indo-européias de 1901 a 1907, e de 1907 em diante, ocupou ali a cadeira de Lingüística Geral. Aos 27 de Fevereiro de 1913, veio a falecer em Genebra.

Saussure ministrou três *Cursos de Lingüística Geral* na Universidade de Genebra nos anos de 1907, 1908/09 e 1910/11. A disciplina foi diferente em cada ano e, de acordo com Salum (1973), ele nunca esteve suficientemente satisfeito com as conclusões em que chegara. Como é notório, o livro *Curso de Lingüística Geral* não foi escrito por Saussure, mas após a sua morte, por seus alunos Charles Bally e Albert Sechehaye a partir de cadernos de anotações de outros alunos (L. Caille, L. Gautier, P. Regard e A. Riedlinger – dos dois primeiros cursos e Sechehaye, G. Dégallier e F. Joseph – do terceiro curso).

Embora o *Curso* não tenha sido escrito por Saussure, essa obra foi responsável pela ampla divulgação de seu nome no meio lingüístico. Por meio dela, ele já foi chamado de *pai da lingüística* e de fundador do estruturalismo em Lingüística.

Teremos como outra fonte de pesquisa o livro *Escritos de Lingüística Geral* que reúne diversos manuscritos feitos pelo autor. Neste livro está compilado um conjunto de manuscritos conservados na Biblioteca pública e universitária de Genebra e uma série de rascunhos de um pretendido “livro sobre a lingüística geral” que se pensava perdido e que Saussure não ousou sistematizar e publicar. Bouquet e Engler comentam que

[...] só nos resta lamentar a perda do livro sobre lingüística geral em que Saussure trabalhava, como ele mesmo admitiu a L. Gautier, um dos alunos de seu último curso. Gautier anotou uma conversa particular – no dia 6 de maio de 1911 – em que o professor lhe fala de seus escrúpulos, a respeito do curso, de “expor o assunto em toda a sua complexidade e confessar todas as (suas) dúvidas, o que não convém a um curso”, e fala também de sua concepção da ciência da linguagem: “(Eu tinha lhe perguntado se ele tinha redigido suas idéias sobre esses assuntos.) – Sim, eu tenho anotações, mas perdidas em pilhas, não conseguiria encontrá-las. (Eu insinuei que ele deveria divulgar alguma coisa sobre esses assuntos.) – Seria absurdo recomençar as longas pesquisas para a publicação, quando eu tenho (ele fez um gesto) tantos trabalhos não publicados” (BOUQUET; ENGLER apud SAUSSURE, 2002:15).

Propomos um estudo do *Curso de Lingüística Geral* sob o prisma dos *Escritos de Lingüística Geral* numa tentativa de desfazer antigos mitos e contradições sobre o autor e de se buscar, na obra dele, os ecos de suas pesquisas nas teorias modernas. Cabendo destacar que nosso objetivo não é discutir os livros na íntegra, mas abordar principalmente algumas concepções saussurianas a partir da sua teoria do signo lingüístico e seus desdobramentos sobre a metáfora.

Em virtude do texto em si do *Curso* não ser de autoria direta de Saussure, muitas críticas foram direcionadas à edição do *Curso*, colocando-se em dúvida o posicionamento efetivo do autor no que diz respeito às afirmações presentes nessa obra. Cabe destacar, como exemplo, o posicionamento de Calvet (1975), afirmando que a forma como o *Curso* foi organizado, isto é, a ordem posta no livro, não representa(ria) a ordem apresentada por Saussure em seu curso. Assim, afirma Calvet:

Vale dizer que seria preciso, para reconstituir a ordem saussuriana, começar pelo capítulo 8 da terceira parte (*unidades, identidades e realidades diacrônicas*), prosseguir com os capítulos 3 e 4 da segunda parte (*identidades, realidades, valores, o valor lingüístico*) para vir ao capítulo 1 da primeira parte (*natureza do signo lingüístico*) e depois ao capítulo 3 da

introdução (*objeto da lingüística*) em que a oposição entre língua e fala deveria ter sido apresentada (CALVET, 1975: 21).

Outra divergência que Calvet (1975:23) aponta diz respeito ao acréscimo de informação ao término do livro: que “*a lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma*” (SAUSSURE, 1973: 271); neste fragmento, de acordo com as anotações originais dos alunos, foi acrescentada pelos editores a parte “*a língua considerada em si mesma e por si mesma*”. Ou seja, para Saussure certamente o objeto de estudo da Ciência por ele inaugurada não poderia se abster das relações sociais e antropológicas presentes no seu objeto de estudo, conforme apresenta no último capítulo do *Curso*.

Calvet (1975:26) também acusa os editores do curso de traidores, acerca de um ponto muito importante para Saussure: a terminologia.

A 2 de maio de 1911, Saussure aborda um capítulo do seu *Curso* que ele intitula “natureza do signo lingüístico”, e aí define o signo como “associação de uma imagem acústica com um conceito”. A 19 de maio, volta a essa aula (Dégallier anota: *complemento ao capítulo II*), propõe uma mudança de título, a substituição de *natureza do signo lingüístico* por *a língua como sistemas de signos*, e o de *imagem acústica e de conceito* por *significante e significado*. Os editores conservaram o título antigo [...] quando o novo trazia em si toda a concepção da língua de Saussure. Mas sobretudo misturaram ao longo de todo o capítulo os dois pares, *conceito/imagem acústica* e *significado/significante*, a respeito dos quais acabamos de ver que o segundo devia substituir o primeiro (CALVET, 1975:26-27).

Para Calvet (1975), então, o *Curso* caminha por trilhos que não constitui o posicionamento de Saussure em sua totalidade, mas traça um percurso analítico das considerações e das escolhas dos editores a partir dos cursos ministrados por Saussure. Barthes (1997) trata a língua como *sistemas de signos*, o que em muito altera as posições estáticas presentes no curso, que tendem a desconsiderar por completo o movimento provocado pela conotação.

Calvet (1975) critica firmemente os editores do *Curso*:

E o *Curso de Lingüística Geral* assume, assim, um sentido que, sem dúvida, ele não tinha na mente daquele que o professava: elaboração de fundamentos teóricos justificando a autonomia da ciência lingüística. Por isso, essa discussão é muito mais que uma querela de eruditos: os editores [...] fabricaram uma “imagem de marca” saussuriana que passou para a posteridade (CALVET, 1975: 23).

Não concordamos com a crítica inexorável ao *Curso*, pois acreditamos que ali se encontram muitos dos posicionamentos teóricos de Saussure, porém, sob a leitura de seus editores (o que é inevitável numa obra elaborada desta maneira), mesmo tendo consciência de que o *Curso* não expressa a totalidade do pensamento saussuriano. Além de que no prefácio do *Curso* os editores assinalam a dificuldade na organização do livro e responsabilizam-se pelos problemas que uma edição póstuma implica.

Sentimos toda a responsabilidade que assumimos perante a crítica, perante o próprio autor, que não teria talvez autorizado a publicação destas páginas. Aceitamos integralmente semelhante responsabilidade e queremos ser os únicos a carregá-la. **Saberá a crítica distinguir entre o mestre e os seus intérpretes?** (BALLY, SECHEHAYE, CLG, 1973:4, grifo nosso).

Essa responsabilização pelas inevitáveis diferenças entre a forma como os editores expõem o *Curso* e como efetivamente ele foi ministrado demonstra a consciência de que os editores apresentam apenas UMA das possíveis leituras de Saussure, ressaltando-se que essa leitura firmou-se numa época de formação do pensamento estruturalista, não apenas em lingüística, mas em diferentes áreas do conhecimento (como antropologia e psicologia), influenciando a maneira como organizaram e sistematizaram o curso, como reflexo das projeções de sua própria época.

Destarte, reconhecemos os problemas apontados pela crítica à edição de Bally e Sechehaye, no entanto, não cremos que esses problemas invalidam a representação das idéias de Saussure (ao menos, em partes). Contudo, no que diz respeito ao objeto mesmo de estudo da Lingüística, que passa a ter uma característica extremamente cartesiana (*a língua em si e por si mesma*), diferentemente do que parecia pretender Saussure e, como consequência, as abordagens assim direcionadas, para os estudos da metáfora, não podemos desconsiderar as divergências existentes entre os manuscritos e a organização do *Curso*. No entanto, optamos aqui por não abordar os manuscritos dos alunos, apenas fizemos uma alusão à obra de Calvet (1975) e aos comentários de Bouquet e Engler (2002), tendo em vista o longo debate já tecido acerca destes, reconhecendo o fosso que se inaugura entre as idéias do mestre e as concepções dos alunos, os quais seriam os responsáveis de fato por montar as bases positivistas da então inaugurada ciência.

Bouquet e Engler (2002) ao prefaciarem o livro que organizaram a partir dos manuscritos de Saussure também direcionam críticas ao *Curso de Lingüística Geral*.

[...] o pensamento saussuriano, que os textos originais nos fazem descobrir, é menos categórico do que o *Cours* na medida em que confessa suas dúvidas sob pontos cruciais e faz, dessas mesmas dúvidas, a sua heurística, e ao mesmo tempo mais radical, na medida em que se apresenta como uma batalha contra a falta de reflexão epistemológica que caracteriza a lingüística: como a batalha pela renovação dos conceitos fundamentais dessa ciência. Esses dois pólos mostram-se característicos das notas do curso e dos manuscritos, sustentando um pensamento mais sutil, mais límpido, mais convincente do que o do *Cours*. **No livro de 1916, eles são como que esmagados e, até mesmo, sistematicamente apagados** (BOUQUET; ENGLER apud SAUSSURE, 2002: 14, grifo nosso).

A partir da citação acima, observa-se que Bouquet e Engler apontam a negligência dos editores do *Curso*, tal como demonstra Calvet (1975), contudo, não procuramos um “verdadeiro Saussure”, mas apenas a reconstituição de algumas de suas concepções na medida em que a publicação dos *Escritos* nos possibilita chegar um pouco mais perto delas. Desse modo, não nos fixaremos somente no *Curso*, tão veementemente criticado. Mesmo porque, os múltiplos olhares e leituras que perpassam a obra saussuriana nos possibilitam compreender que esta deverá se constituir em mais uma das muitas possibilidades de leitura de sua obra, tendo em vista as palavras de Silveira:

E assim, os manuscritos de Saussure não teriam a função de restabelecer o *verdadeiro* Saussure, mas de ser uma possibilidade de ler Saussure sempre dependente da posição do sujeito que o lê, e a partir dessa leitura dialogar com a leitura dos editores (SILVEIRA, 2003: 35).

Na próxima secção, por meio de uma comparação entre o *Curso* e os *Escritos*, procuraremos identificar as concepções estruturalistas de língua, linguagem, signo, sujeito e discurso, a fim de abstrair daí as concepções saussurianas sobre referência e metáfora.

2.3 LÍNGUA, SIGNO E VALOR LINGÜÍSTICO NO CURSO E NOS ESCRITOS

Pensando na possibilidade dos manuscritos dialogarem com a leitura dos editores, iniciamos retomando a discussão de qual seria o objeto da lingüística para

Saussure; em seguida observamos como as noções de língua e de linguagem são delimitadas passando pelos conceitos de signo e de valor lingüístico, e fechamos abstraindo as noções de sujeito e discurso no pensamento saussuriano.

A princípio, considera-se que a fundamentação de uma ciência se dê, primordialmente, pela delimitação de um objeto de estudo, desta forma, sendo Saussure populamente considerado o *fundador da ciência Lingüística*, começaremos por esse ponto: Qual seria, segundo Saussure, o objeto da Lingüística?

O Capítulo III da Introdução do *Curso de Lingüística Geral* é intitulado de *Objeto da Lingüística*. Ele é iniciado com a declaração de que essa definição é “particularmente difícil”, em seguida, diz que “outras ciências trabalham com objetos de estudo dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre” (SAUSSURE, 1973:15) e segue afirmando: “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto [...]” (SAUSSURE, 1973:15).

Verifica-se, então, o posicionamento da complexidade em se definir um objeto em lingüística. Em contrapartida, apresentadas as ressalvas, defini-se o objeto:

Há, segundo nos parece, uma solução para tôdas essas dificuldades: *é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de tôdas as outras manifestações da linguagem*. De fato, entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito (SAUSSURE, 1973: 15-16).

Aparentemente, a decisão de pôr a língua como objeto da Lingüística parece ser algo provisório, com um pouco de incerteza, até porque se faz necessário delimitar a extensão desse conceito de língua (o que também faremos a seguir).

Entretanto, surpreendentemente, o *Curso* apresenta em sua conclusão o fechamento da questão, como já foi citado na secção anterior, “*a lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma*” (SAUSSURE, 1973: 271), no entanto, como apontou Calvet (1975), a definição do

objeto da lingüística como “*a língua considerada em si mesma e por si mesma*” (SAUSSURE, 1973: 271) é determinada pelos editores, uma vez que para Saussure, tal assunto era demasiado complexo.

Entendemos, portanto, que, quanto ao objeto de estudo da Lingüística, há certa disparidade dentro do próprio *Curso*. No capítulo III da Introdução, os editores mostram-se inicialmente fiéis às questões apresentadas por Saussure (confirmadas por meio dos *Escritos*), no entanto, na conclusão eles decidem fechar com uma frase categórica e limitadora, não correspondendo, assim, ao que fora apresentado anteriormente.

Em seus *Escritos* Saussure declara: “Lembremos, com efeito, que o *objeto* da lingüística não existe para começar, não é determinado em si mesmo. Daí, falar de um objeto, *nomear* um objeto, nada mais é do que recorrer a um ponto de vista A determinado” (SAUSSURE, 2002: 26). De acordo com essa afirmação, podemos observar que o posicionamento de Saussure se dá pelo viés de que **não há UM objeto de estudo na lingüística**, antes, pontos de vistas a serem pesquisados.

Conforme demonstrado abaixo, Saussure afirma em seus *Escritos* que o objeto de estudo da lingüística é uma entidade pouco concreta, pouco absoluta, mas que há um esforço de lingüistas ou gramáticos para fugir da abstração e da relatividade em que seu objeto de estudo se apresenta, já que é próprio da linguagem essa fluidez.

Para cada ordem, com efeito, sente-se a necessidade de determinar o objeto; e, para determiná-lo, recorre-se maquinalmente, a uma segunda ordem qualquer, porque não há outro meio disponível na ausência total de entidades concretas: eternamente, então, o gramático, ou o lingüista, nos dá, por entidade concreta, e por entidade absoluta que serve de base para suas operações, **a entidade abstrata e relativa que ele acaba de inventar em um capítulo anterior** (SAUSSURE, 2002: 27, grifo nosso).

Por meio do fragmento supracitado, observa-se que Saussure define cada objeto de estudo apresentado como concreto, como sendo algo suficientemente abstrato e relativo, inventado pelo “gramático ou lingüista” em questão. Ou seja, embora contraditória, essa assertiva propõe que a abstração encontra-se na inexistência de um objeto de estudo dado, mas ao criar este objeto, o lingüista (ou gramático) o

concretiza por seu ponto de vista. Há, portanto, uma eterna tentativa de concretude, ainda que provisória, do objeto de estudo da Lingüística.

Por conseguinte, uma vez que não há UM objeto em Lingüística predeterminado, as teorias lingüísticas não são cerradas em si mesmas, cabendo aos interesses de cada época, de cada pesquisador, a definição de seu objeto de pesquisa. O problema é que, quando se trata de uma ciência, o objeto de estudo dela tem de estar muito bem delimitado; e é isso o que os compiladores do *Curso* fizeram à revelia de Saussure, parecendo objetivar a materialização de um suposto objeto em lingüística, logicamente, dentro de uma perspectiva preponderante na época, o empirismo (a língua em si e por si), isolando, assim, o objeto de estudo da lingüística, das demais ciências e inaugurando, então, a ciência lingüística, dentro do modelo de ciência vigente na época.

Admitindo-se a (re) leitura proposta pelos editores, tendo a língua como objeto, gera-se um empecilho: o que seria a língua? Para respondemos tal questão à luz das concepções saussurianas, precisamos harmonizar essa discussão com a de linguagem. Tanto no *Curso* como nos *Escritos*, língua e linguagem são apresentadas como sendo distintas (porém intrínsecas), aquela pertencente a esta e vive-versa.

Entretanto, como já fora dito anteriormente, o *Curso* apresenta-se muito mais categórico em suas diferenciações. O *Curso* afirma que “[a língua] não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente” (SAUSSURE, 1973: 17). Nesta citação, verifica-se que, embora a língua seja inerente à linguagem, elas não se misturam, sendo “indubitavelmente” distintas. Nessa convergência antagônica vale lembrar que para o autor o termo língua coincide com o termo idioma.

Já nos *Escritos*, Saussure afirma que “[...] o estudo da linguagem como fato humano está todo ou quase todo contido no estudo das *línguas*. [...] Língua e linguagem são apenas uma mesma coisa: uma é generalização da outra” (SAUSSURE, 2002: 128). Observa-se então, que a diferenciação entre língua e linguagem não é a questão central para Saussure, antes, é implicação de uma na outra. Segundo o autor (SAUSSURE, 2002: 128-129), é “inútil” inquirir sobre a linguagem desconsiderando

sua manifestação (nas línguas), da mesma forma que seria “destituído de qualquer valor” pesquisar as línguas desconsiderando sua inserção na noção de linguagem.

Em outras palavras, a linguagem é uma faculdade humana, todo homem tem aptidão natural para ela, sendo a língua sua manifestação natural. Pela ótica saussuriana, tanto expressa no *Curso* (p. 17) quanto nos *Escritos* (pp. 86, 115, 154), “a língua é um fato social” (SAUSSURE, 2002: 154) que se realiza por meio da faculdade da linguagem. No entanto, nos *Escritos*, Saussure acrescenta a irrelevância de tal afirmação – “[...] para nós, saber se a língua é ou não um fato social, é indiferente [...]” (SAUSSURE, 2002: 174) – isso porque, aparentemente, esse aspecto toma-se quase evidente, pois a língua realiza-se em sociedade e diferencia-se por ela. “A língua é, por excelência, um meio, um instrumento, obrigado a realizar *constantemente e imediatamente seu objetivo, seu fim e efeito*: se fazer compreender” (SAUSSURE, 2002: 154). Importa, então, saber as características e implicações inerentes à língua.

Saussure ressalta que a língua (como idioma) não nasce, cresce e morre (como muitas teorias o afirmam), antes, ela é um *continuum*, “não pode se interromper, nem mesmo no espaço de 24 horas, e cada elemento dela é reeditado milhares de vezes nesse tempo” (SAUSSURE, 2002: 174). Isso quer dizer que a todo instante a língua sofre uma série de pequenas mudanças que, ao longo do tempo, se configuram de forma mais evidente e significativa; mas *nascer, crescer e morrer* são propriedades que não concernem à língua, pois do ponto de vista antropológico, a língua como um fato social, está inserida numa sociedade que não “*nasce, cresce e morre*”, mas que se transforma e “ao se transformar transforma a língua”; tanto no tempo quanto no espaço.

Em linhas gerais, para Saussure (1973:23; 2002:174), a língua é *homogênea, concreta e arbitrária*. *Homogênea* no sentido de que ela constitui-se de um sistema de signos, sendo estes compostos por duas partes psíquicas. A homogeneidade da língua não se dá pela afirmativa de que ela é una, mas de que ela “representa um sistema interiormente *ordenado em todas as suas partes*” (SAUSSURE, 2002: 174). **Sendo assim, é a organização sistêmica da língua que configura sua unidade.**

Concreta porque, mesmo os signos sendo psíquicos, as “associações, ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm sua sede no cérebro” (SAUSSURE, 1973: 23). Além de que os signos são suficientemente claros ou definidos para serem percebidos ou entendidos.

A *arbitrariedade*, segundo o *Curso*, baseia-se no fato de que “o laço que une o significante ao significado é arbitrário” (SAUSSURE, 1973: 81). Nos *Escritos*, acrescenta-se o seu desvincular com o objeto, pois a língua “depende de um objeto, mas é livre e arbitrária com relação ao objeto” (SAUSSURE, 2002: 174), ou seja, não há uma correspondência direta entre significante e significado assim como é arbitrária a relação entre o objeto e o signo.

Observamos, então, que os dois livros possuem abordagens semelhantes no que se referem à linguagem e à língua; afirmando que ambas apresentam-se imbricadas, tendo a língua como foco principal em suas discussões.

Esses aspectos enumerados correspondentes à língua trazem em seu bojo a idéia de **signo lingüístico**, já que a língua se constitui como sistema de signos. Desse modo, o signo é parte constituinte da língua e, portanto, um influencia diretamente o outro. Inicialmente, no *Curso*, define-se o signo lingüístico como sendo uma unidade com duas faces, em cuja existência é inerente o significante e o significado, podendo ser assim representado:

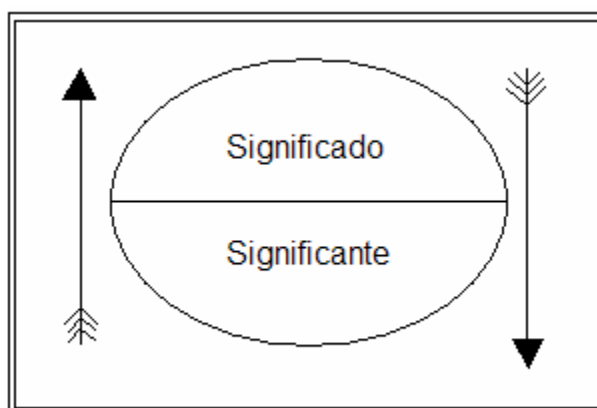


Figura 1 – Signo Lingüístico I.
Fonte: SAUSSURE, 1973: 80 (adaptado).

Com esta representação demonstra-se que a existência do signo está, necessariamente, condicionada à existência dessas duas faces (pois na ausência do significado, tem-se apenas uma matéria fônica, e na ausência do significante, resta apenas uma idéia sensorial). No *Curso* (p. 131), é apresentado o exemplo de que o signo assemelha-se a uma folha de papel, por não ser possível separar os seus lados, constituindo estes o todo da folha.

Entretanto, nos *Escritos* não há nenhuma referência explícita a esse diagrama, mas não o questionamos, pois, como referenciamos na página 19 acerca do posicionamento de Calvet, o diagrama e a nomenclatura aparecem em vários cadernos de alunos, no entanto os manuscritos de Saussure apresentam uma visão mais complexa do signo lingüístico, como veremos mais adiante.

Essa representação colocada no *Curso* aparenta-se muito mais com a visão habitual dos termos que Saussure critica, embora possamos ver claramente que a mudança nos conceitos (significação por significado e forma por significante) muda a concepção do signo em sua complexidade.

Visão habitual:

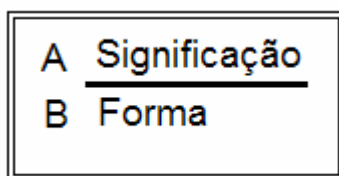


Figura 2 – Signo lingüístico II.
Fonte: SAUSSURE, 2002: 42.

Cabe destacar que, em seus *Escritos*, Saussure ressalta a constante confusão do signo com apenas a *figura vocal*, tirando-se a significação:

Quem diz *signo* diz *significação*; quem diz *significação* diz *signo*; tomar por base o *signo* (sozinho) não é apenas inexato, mas não quer dizer absolutamente nada porque, no instante em que o signo perde a totalidade de suas significações, ele nada mais é do que uma figura vocal (SAUSSURE, 2002: 44).

Dessa forma, dispõe-se que ao signo é inerente a significação, sabendo-se que “1º Um signo só existe em virtude de sua significação; 2º uma significação só existe em virtude de seu signo; 3º signos e significações só existem em virtude da *diferença*

dos signos” (SAUSSURE, 2002: 37), Com essa afirmação, Saussure discute com aqueles que assumem a língua exclusivamente como forma, ou exclusivamente como conteúdo. A significação, na proposição de Saussure, é justamente a relação do significante com o significado.

Essa relação apresentada assemelha-se à anteriormente citada que foi proposta no *Curso*, todavia esta enfatiza uma parte que se mostra muito importante nos manuscritos do autor: a existência dos signos e significações vinculada à *diferença*. O *Curso* aborda a negatividade do signo de maneira que:

Tudo o que precede equivale a dizer que *na língua só existem diferenças*. E mais ainda: uma diferença supõe em geral termos positivos entre os quais ela se estabelece; mas na língua há apenas diferenças *sem termos positivos*. [...] Um sistema lingüístico é uma série de diferenças de sons combinadas com uma série de diferenças de idéias; mas essa confrontação de um certo número de signos acústicos com outras tantas divisões feitas na massa do pensamento engendra um sistema de valores; e é tal sistema que constitui o vínculo efetivo entre os elementos fônicos e psíquicos no interior de cada signo (SAUSSURE, 1973: 139).

Desta forma, afirmando que “signos e significações só existem em virtude da *diferença dos signos*”, o autor enfoca também a negatividade do signo (ou dos termos), não apenas de seus constituintes – significado/significante.

Não há, na língua, nem *signos*, nem *significações*, mas DIFERENÇAS de signos e DIFERENÇAS de significação; as quais 1º só existem, absolutamente, umas através das outras (nos dois sentidos) sendo, portanto, inseparáveis e solidárias; mas 2º não chegam jamais a se corresponder diretamente (SAUSSURE, 2002: 65).

Essa negatividade dos signos é demonstrada por Saussure em seus *Escritos* numa nova proposta de que os signos lingüísticos sejam *quádruplos* (comparando-se a comum afirmação de que os termos são *duplos* como exposto anteriormente): “Dizemos, antes de tudo, que a *forma* é a mesma coisa que a *significação*, e que esse ser é quádruplo” (SAUSSURE, 2002:43).

Visão proposta:

I		II
Diferença geral das significações (só existe segundo a diferença das formas).	Uma significação (relativa a uma forma).	Figura vocal (que serve de forma ou de várias formas em I).
Diferença geral das formas (só existe segundo a diferença das significações).	Uma forma (sempre relativa a uma significação).	

Figura 3 – Signo lingüístico III.
Fonte: SAUSSURE, 2002: 42.

Nesse esquema, verificamos a complexidade que envolve o signo lingüístico proposto por Saussure em seus *Escritos*, enfocando não somente a negatividade do signo, mas também a negatividade do que o constitui; apresentando-se, portanto, muito mais completo do que a representação proposta no *Curso*.

O *Curso* também trata da negatividade dos signos, no entanto com muito menos enfoque e deslocada da definição de signo, mas imbricada apenas na de **valor lingüístico**. Parece-nos que se intencionou simplificar a definição do signo lingüístico para depois ampliá-la no tratamento dos valores lingüísticos.

Saussure afirma o seguinte sobre o valor lingüístico, no capítulo IV da Segunda Parte do *Curso*:

Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema (SAUSSURE, 1973: 136).

Destarte, cada signo é definido pelas suas diferenças a outro(s) signo(s), assim como cada significação é delimitada pelas suas diferenças a outra(s) significação(ões), sendo, portanto, a afirmação do que NÃO é o que constitui o que é. Com isso valoriza-se a negatividade do signo (e das significações) em detrimento de sua positividade, pois

Nenhum signo é, portanto, limitado no total de idéias positivas que ele é, no mesmo momento, chamado a concentrar em si mesmo; ele só é limitado negativamente, pela presença simultânea de outros signos; e é, portanto, inútil procurar qual é o total de significações de uma palavra (SAUSSURE, 2002: 72).

Dessa impossibilidade de se achar a totalidade das significações, podemos perceber que a infinidade de idéias positivas do signo impede de defini-lo, cabendo às suas negatividades a possibilidade de delimitação, isto é, o que caracteriza o signo (ou a significação) não é o que ele é, mas o que ele não é. Ou seja, pelo critério de ausência /presença, define-se um signo (e uma significação) em oposição a outro(s). “O sentido de cada forma, em particular, é a mesma coisa que a diferença das formas entre si. Sentido = valor diferente” (SAUSSURE, 2002: 30).

Considerando-se que o sentido se dá pela igualdade a um valor diferente, devemos, primeiramente, abstrair o que seria valor na teoria saussuriana. De acordo com o *Curso*, a distinção de valor lingüístico e significação é de suma importância, sob pena de reduzir a língua a uma simples nomenclatura.

[...] em que difere o valor do que se chama *significação*? Essas duas palavras serão sinônimas? Não o acreditamos, se bem que a confusão seja fácil, visto ser provocada menos pela analogia dos termos do que pela delicadeza da distinção que eles assinalam. / O valor, tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é difícil saber como esta se distingue dêle, apesar de estar sob sua dependência. **É necessário, contudo, esclarecer esta questão, sob pena de reduzir a língua a uma simples nomenclatura** (SAUSSURE, 1973: 132-133, grifo nosso).

Não acreditamos que tal diferenciação seja tão extremada quanto o *Curso* a propõe, diferentemente, concordamos na superioridade do termo valor em detrimento de significação, como sugere Saussure nos *Escritos*, pois na ordem da terminologia ele considera que,

[...] não estabelecemos nenhuma diferença séria entre os termos *valor*, *sentido*, *significação*, *função* ou *emprego* de uma forma, nem mesmo com a *idéia* como *conteúdo* de uma forma; esses termos são sinônimos. Entretanto, é preciso reconhecer que *valor* exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que também é a essência da língua, a saber, que uma forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardial. Ela *vale*, por conseguinte ela implica a existência de outros *valores* (SAUSSURE, 2002: 30).

O *Curso* apresenta-se – novamente – mais radical em suas colocações. A escolha do termo **valor** em detrimento dos outros termos possíveis de serem utilizados implica na consideração de que as relações de significação assemelham-se às relações de troca da economia, isto é, assim como no câmbio econômico há uma série de valores pelos quais se pode fazer uma troca (ex. uma nota de R\$10 reais pode **valer**: 30 pães, ou 10 kg de açúcar, ou U\$5 dólares, ou \$3 euros, aproximadamente), assim também ocorre no âmbito lingüístico, uma vez que a significação de um signo representa naquele momento apenas UM valor da variedade de valores que aquele signo possui (ou pode vir a possuir).

Para Saussure, os valores

[...] constituem na solução particular de uma certa relação geral entre os signos e as significações, estabelecida sobre a diferença geral dos signos *mais* a diferença geral das significações *mais* a atribuição anterior de certas significações a certos signos ou reciprocamente (SAUSSURE, 2002: 31).

Ao propor o termo valor, Saussure passa a admitir – ainda que intuitivamente – uma abertura para possíveis deslizamentos semânticos nos quais se podem inserir as metáforas.

Essa solução se dá, então, partindo da negatividade do signo (em seu foco na diferença) passando pela seleção na diversidade de significações e chegando a uma atribuição delimitada de valor. Com isso, “[...] o sentido pode variar numa medida infinita sem que o sentimento de unidade do signo seja, nem mesmo vagamente, atingido por essas variações” (SAUSSURE, 2002: 48). Talvez com o intuito de preservar a unidade do signo, o valor, para Saussure, ao mesmo tempo em que expande as possibilidades, forma uma delimitação da variação de sentido.

Quando Saussure considera a significação pelo viés do valor ele manifesta a atuação discursiva do sujeito falante nas escolhas desse valor, considerando-se que o valor apropriado para cada evento pode ser selecionado por meio do valor convencional, de troca, ou de uso. A significação atribuída pelo sujeito falante estaria condicionada, portanto, a um determinado feixe de significações contidas no valor, ou seja, antes da manifestação discursiva do sujeito, há uma dimensão sistêmica, de

ordenação dos signos. Não se trata, portanto, de estabelecer uma significação estanque e absoluta, mas de admitir que

[...] a língua repousa sobre um certo número de *diferenças* ou de *oposições que ela reconhece*, sem se preocupar essencialmente com o valor absoluto dos termos opostos, que poderá **variar consideravelmente, sem que o estado de língua seja destruído** (SAUSSURE, 2002: 37, grifo nosso).

O fragmento destacado aponta para um estágio de língua que, tomada como um fato social, não deixa de ter certa flexibilidade em relação ao valor. Essa variação ocorre, como dissemos anteriormente, devido às seleções do sujeito falante quanto ao sentido que irá produzir no seu discurso, no entanto, a variabilidade do sentido (e as suas inovações) não se manifesta de forma linear e premeditada; antes, ocorre de maneira espontânea no momento da fala.

Desse modo, tanto o *Curso* quanto os *Escritos* apresentam-nos um “sujeito falante”, de certa forma influenciado pelo meio, mas sem grande importância (individualmente) para a constituição da língua, posto que esta é um fato social e seu perfil coletivo prevalece sobre o individual. Esse sujeito falante é fruto da cultura em que nasceu, sofre influência da massa falante, mas só tem real importância para a teoria proposta quando visto no conjunto (com outros sujeitos), ou seja, na coletividade.

Podemos observar que as mudanças lingüísticas, por exemplo, são conseqüências da ação do sujeito falante inserido em sua comunidade, assim, nos *Escritos* afirma-se que

Todas as modificações, sejam fonéticas, sejam gramaticais (analógicas), se fazem exclusivamente no discurso. Não há nenhum momento em que o sujeito submeta a uma revisão o tesouro mental da língua que ele tem em si, e crie, de espírito descansado, formas novas [...] que ele se proponha (prometa) a “colocar” em seu próprio discurso. Toda inovação chega de improviso, ao falar, e penetra, daí, no tesouro íntimo do ouvinte ou no do orador, mas se produz, portanto, a propósito de uma linguagem discursiva (SAUSSURE, 2002: 86-87).

Quando o autor estabelece que as modificações se produzem “a propósito de uma linguagem discursiva”, ele reporta-se à força da massa falante – e não ao indivíduo

falante –, pois a discursividade a que ele se refere é produto da intenção de comunicação coletiva, de maneira que a língua torna-se resultado

[...] de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (SAUSSURE, 1973: 21).

Outrossim, Saussure (2002: 249) afirma que a coletividade social é parte constituinte do fenômeno semiológico, ou seja, a coletividade é um fator interno à significação, e não externo a ela, como muitas vezes se pensou, o que nos leva a admitir que a significação é muito mais socializada do que lingüística, dentro dos limites permitidos pelo valor, pois

[...] toda espécie de valor, mesmo usando elementos muito diferentes, só se baseia no meio social e na força social. É a coletividade que cria o valor, o que significa que ele não existe *antes* e *fora* dela, nem em seus elementos decompostos e nem nos indivíduos (SAUSSURE, 2002: 250).

Ao valor lingüístico, então, está imbricada a coletividade, de forma que as possibilidades de variação não dependem da vontade única do sujeito falante, mas de suas possibilidades coletivas, isto quer dizer que mesmo algumas inovações de significação sofrem influências da massa, pois não é possível falar em valor de troca se não houver troca, ou seja, o ouvinte tem que aceitar a relação de troca para poder determinar que ali haja um valor, pois um uso (uma escolha nova de sentido) sem troca é apenas um significante, sem significado no discurso. Conforme expresso no *Curso*,

Para bem entender tal papel, no entanto, impõe-se sair do ato individual, que não é senão o embrião da linguagem, e abordar o fato social. Entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de meio-térmo; todos reproduzirão – não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente – os mesmo signos unidos aos mesmos conceitos (SAUSSURE, 1973: 21).

Com essas considerações, partindo de uma visão consensual entre os membros da sociedade, podemos abstrair que o conceito de discurso, em Saussure, manifesta-se na coletividade, dando indícios à Sociolingüística, conforme expresso no *Curso*:

É entre o etnismo e a língua que se firma aquela relação de reciprocidade na p. 29 [entre a Lingüística e a Etnologia]: o vínculo social tende a criar a comunidade de língua e imprime talvez ao idioma comum determinados caracteres; inversamente, é a comunidade de língua que constitui, em certa medida, a unidade étnica (SAUSSURE, 1973: 261).

Essa assertiva propõe um vínculo entre língua e etnia de maneira que não é possível encontrar um ponto de contato, nem determinar uma tangente que os separe – pois não se separam –; sendo ambos intrínsecos um ao outro. Assim sendo, a unidade lingüística constitui (ao menos em partes) a unidade étnica, assim como a unidade étnica constitui um dos suportes da unidade lingüística.

Em contrapartida, nos *Escritos* saussurianos o conceito de discurso considera as relações sociolingüísticas e vai um pouco além, abordando a interatividade dos signos no meio do todo discursivo, pois “a língua só é criada em vista do discurso” (SAUSSURE, 2002: 237). Sendo, à primeira vista, que

[...] o discurso consiste, quer seja de maneira rudimentar e por vias que ignoramos, em afirmar uma ligação entre dois dos conceitos que se apresentam revestidos de forma lingüística, enquanto a língua realiza, anteriormente, apenas conceitos isolados, que esperam ser postos em relação entre si para que haja significação de pensamento (SAUSSURE, 2002: 237).

O discurso permeia, então, a “significação” do pensamento, tendo como objetivo a comunicação entre os sujeitos falantes; mas para que haja tal comunicação, faz-se necessário homogeneizar o que é heterogêneo. Ou seja, os fenômenos semiológicos da fala – que é heterogênea – devem ser homogeneizados na língua, para que haja uma concordância de significações entre os sujeitos falantes e, assim, possibilitar que um “acúmulo de signos” torne-se uma ação de comunicação, um discurso. Nesse processo de homogeneização estaria contido, ainda que de maneira rudimentar, as bases dos deslizamentos semânticos – se assim o podemos denominar –, o que reforçaria, sem dúvidas, o princípio da significação “no discurso”.

Em suma, como já vimos apontando, o posicionamento teórico manifesto pelos manuscritos de Saussure nos *Escritos* demonstra-se muito mais abrangente que o posicionamento expresso no *Curso*. De forma que o autor evidencia uma complexidade em suas análises que, muitas vezes, foi simplificada pelos seus alunos.

Na próxima secção, para estabelecer uma comparação entre o *Curso* e os *Escritos*, retomaremos o valor lingüístico pelo viés da referenciação, discutindo as relações de sentido – o sentido próprio e o figurado – com o objetivo de abstrair o conceito de metáfora para Saussure.

2.4 REFERENCIAÇÃO E METÁFORA EM SAUSSURE

Como já fora dito anteriormente, Saussure foi considerado o *fundador do estruturalismo em Lingüística*, em virtude disso, iniciamos esse tópico relacionando o estruturalismo europeu com Saussure, para em seguida retomamos ao conceito de valor lingüístico com o objetivo de abranger a referenciação e a metáfora saussurianas.

A princípio, então, temos de responder o que seria o estruturalismo europeu, que de acordo com Weedwood¹

[...] é um termo que se refere à visão de que existe uma estrutura relacional abstrata que é subjacente e deve ser distinguida dos enunciados reais – um sistema que subjaz ao comportamento real – e de que ela é o objeto primordial de estudo do lingüista (WEEDWOOD, 2002: 128).

Para termos um panorama do estruturalismo na lingüística, devemos entender que o estruturalismo tem algumas características marcantes, às quais acompanham suas diferentes vertentes (como o Círculo de Praga, a glossemática, o descritivismo americano). Destacamos (dentre as diversas possibilidades), na seqüência da explanação, especialmente três dessas características e inovações.

O primeiro ponto que gostaríamos de ressaltar é que

O estruturalismo visa, na distinção de suas áreas de aplicação já reconhecidas, à mesma coisa, ou seja, objetivar os processos de significação, constituindo-os em sistemas. Para isso é fundamental a conversão dos fatos em signos. Pois tanto os sistemas quanto as estruturas a que eles remetem se referem a uma realidade construída e não a uma realidade de fato (LIMA, 1971: 83).

¹ Como o foco dessa pesquisa não é o estruturalismo, o tratamos de maneira demasiadamente superficial, de forma que sugerimos ao leitor que se interessar pelo tema a leitura de cânones como Joaquim Mattoso Câmara Júnior.

Essa realidade construída, uma realidade “ilusória”, baseia-se na objetividade proposta pela visão estruturalista, pela qual se deve abstrair do jogo comunicativo o sistema de regras que rege a linguagem, configurando esse sistema como “a língua” – o código em si mesmo. Desta forma, o estudo não abrange os fatores externos à língua, mas às constantes internas dela. Pois a lingüística “toma por objeto não a filosofia da linguagem nem a evolução das formas lingüísticas mas, em primeiro lugar, a realidade intrínseca da língua, e visa a se constituir como ciência – formal, rigorosa e sistemática” (BENVENISTE, 1995: 22).

O segundo ponto refere-se às noções de sistema e de estrutura que o estruturalismo inaugura como inerentes à língua. Sendo assim, a língua “compõe-se de elementos formais articulados em combinações variáveis” (BENVENISTE, 1995:22), configurando-se um sistema, e estes elementos, por sua vez, submetem-se a certos tipos de relações que articulam suas unidades em determinados níveis, obtendo-se uma estrutura base.

E o terceiro ponto (mas não menos importante) se dá pela substituição do fato lingüístico pela relação lingüística, nas palavras de Benveniste (1995)

A noção positivista de *fato* lingüístico é substituída pela de *relação*. Ao invés de considerar-se cada elemento em si e de procurar-se a sua “causa” num estado mais antigo, encara-se cada elemento como parte de um conjunto sincrônico; o “atomismo” dá lugar ao “estruturalismo”. Isolando-se dentro do dado lingüístico segmentos de natureza e de extensão variável, arrolam-se unidades de vários tipos; somos levados a caracterizá-las por níveis distintos cada um dos quais devem ser descritos em termo adequados (BENVENISTE, 1995: 23).

Por esse viés – o da relação – já não há espaço para uma análise dissociada dos signos, mas há um indício do “todo”, cuja perspectiva aponta para uma relação inter-sígnica. Em síntese (e de forma bastante redutora), o estruturalismo converte os fatos em signos, fugindo da realidade em si e analisando uma realidade construída; inaugura as noções de sistema e de estrutura, pelas quais a língua está organizada sob uma série de relações a que se deve submeter; e, por fim, substitui o então “atomismo lingüístico” pelo “estruturalismo”, por meio do qual o foco posiciona-se sobre as relações inter-sígnicas e não sobre os signos somente, já que sob a rubrica do estruturalismo admite-se o signo pelas relações que o constitui.

Essas três características² que acabamos de ressaltar são inerentes ao saussurianismo, expressas tanto no *Curso* quanto nos *Escritos*. Observemos, por exemplo, a característica de que o signo aponta para uma realidade construída, e não uma realidade em si mesma. Tão antiga quanto a língua(gem) e as sociedades é a discussão acerca de como referimos o mundo pela linguagem. O impasse vai além do âmbito lingüístico, perpassa o nível filosófico e termina no seguinte empecilho: o pensamento precede a realidade ou a realidade pré-existe ao pensamento.

Pelo viés estruturalista, percebe-se que “[...] se uma palavra não evoca a idéia de um objeto material, não há absolutamente nada que possa precisar seu sentido, a não ser por via negativa” (SAUSSURE, 2002: 69). Tal imprecisão situa-se no entremeio das discussões acerca de como falamos sobre o mundo ao mundo, dado a inexistência de uma paridade entre as palavras e as coisas, pois

Se fosse possível que uma língua consistisse unicamente em denominar os objetos, os diferentes termos dessa língua não teriam relação entre si, ficariam tão separados uns dos outros quanto os próprios objetos; que os termos fossem, por outro lado, consagrados a denominar coisas materiais e visíveis. Assim, *pão, cascalho* (SAUSSURE, 2002: 282).

Como a língua não se presta a denominar objetos, e sua função social está centrada na ordem discursiva, posto que é um fato social, reportamo-nos novamente à noção de valor para sustentar a reflexão acerca de como as significações são aferidas no discurso e como o sujeito falante recorre ao código para significar o mundo a sua volta.

O *Curso* afirma de várias formas que “quando se fala em valor de uma palavra, pensa-se geralmente, e antes de tudo, na propriedade que tem de representar uma idéia, e nisso está, com efeito, um dos aspectos do valor lingüístico” (SAUSSURE, 1973:132). Vemos então a representação de uma idéia e não de uma realidade.

Ao estabelecer a inerência do valor lingüístico ao signo, e estes não apontando para a realidade, Saussure posiciona-se teoricamente quanto à referenciação. Cabendo

² Cabe salientar que o estruturalismo não se resume a essas três características apresentadas, antes é muito mais abrangente e completo, o que destacamos foi apenas um recorte teórico-metodológico.

ressaltar que, para Saussure, os estudos lingüísticos não se ocupam da relação palavra-coisa, antes do signo-idéia. Nessa perspectiva, o lingüista afirma que

[...] a existência de fatos materiais é, assim como a existência de fatos de uma outra ordem, indiferente à língua. O tempo todo ela avança e se põe a serviço da formidável máquina de suas categorias negativas, verdadeiramente desembaraçadas de todo fato concreto e, por isso mesmo, imediatamente prontas a armazenar uma idéia qualquer que venha se juntar às precedentes (SAUSSURE, 2002: 70).

No fragmento supracitado, observamos que, também nos *Escritos*, Saussure refere-se à realidade como não sendo lingüística, entretanto, não podemos cair no erro de acreditar que Saussure nega a realidade, mas, na proposta saussuriana, a realidade não é interior nem exterior à língua, ela está em *outra ordem*, não concenente à linguagem. Em seus *Escritos*, o autor declara que

Em lingüística, nós negamos, em princípio, que haja objetos dados, que haja *coisas* que continuem a existir quando se passa de uma ordem de idéias a outra, que seja possível considerar as “coisas” em várias ordens, como se elas fossem dadas por si mesmas (SAUSSURE, 2002: 173).

Assim sendo, Saussure expõe que a língua não se relaciona diretamente com a realidade, pois elas fazem parte de *ordens* distintas (como se fossem dimensões que não se tocam). Por conseguinte, não cabe à língua nomear os objetos, mas expressar relações de valor nos signos que possibilitem a comunicação entre os sujeitos falantes.

O *Curso* e os *Escritos* são uníssonos na afirmação de que a língua não é uma nomenclatura, não haveria uma relação “um por um”, um signo para uma significação. Sendo, portanto um “erro [...] acreditar que uma língua composta por 500 palavras representa 500 signos + 500 significações [...]” (SAUSSURE, 2002: 96).

Essa negação da relação “um por um” entre o signo e o significado se dá não só no âmbito da língua *versus* realidade, mas também da língua em si mesma, ou seja, conforme a teoria do *valor lingüístico*, a um mesmo signo é possível referenciar vários valores; e essa variabilidade não se encontra numa “realidade” externa, mas nas relações inter-sígnicas do todo discursivo. Ou seja, no arranjo inter-sígnico a significação emerge do valor lingüístico que o conjunto possibilita.

Partindo desse pressuposto, a metáfora seria “mais um valor” que o signo poderia vir a ter, mas de que forma isso se configura? Nos *Escritos*, o autor afirma que “não há diferença entre o sentido próprio e o sentido figurado das palavras (ou: as palavras não têm mais sentido figurado do que sentido próprio) porque seu sentido é eminentemente negativo” (SAUSSURE, 2002: 67).

Voltamos, então, à negatividade do signo, ou seja, os diversos sentidos que podem ser atribuídos a um determinado signo são circunscritos por meio das diferenças. Como já fora dito anteriormente,

A língua consiste, então, na correlação de duas séries de fato:
1° consistindo, cada um, em oposições negativas ou em *diferenças*, e não em termos que ofereçam uma negatividade em si mesmos.
2° existindo, cada um em sua própria negatividade, desde que, a cada instante, uma DIFERENÇA da primeira ordem venha se incorporar a uma diferença da segunda e reciprocamente (SAUSSURE, 2002: 68).

Sendo assim, embora continuamente a metáfora tenha sido referenciada como um simples desvio dentro do estruturalismo, a metáfora se configura como uma possibilidade de sentido.

Dessa maneira, sentidos diferentes podem ser atribuídos aos signos, dentro das suas relações com outros signos, donde surge a metáfora a partir da noção de valor lingüístico. Nos *Escritos* Saussure afirma que “uma forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardeal. Ela *vale*, por conseguinte ela implica a existência de outros *valores*” (SAUSSURE, 2002: 30). Essa abertura para a existência de outros valores é decisiva para a efetivação das metáforas nas escolhas de sentido (ou melhor, de *valor*).

No entanto, a construção da diversidade de sentido no estrato social não se dá de forma estanque e premeditada, mas por meio de um *continuum* criativo (como citamos SAUSSURE, 2002: 174). Portanto, no espaço de um dia cada elemento da língua é “reeditado milhares de vezes”, e dentro dessa reedição têm-se vários sentidos metafóricos.

Nessa perspectiva, podemos observar que a criação metafórica é patente pelo viés saussuriano, uma vez que *“nenhum signo é [...] limitado no total de idéias positivas que ele é, no mesmo momento, chamado a concentrar em si mesmo”* (SAUSSURE, 2002: 72). Desta forma, dentro de cada signo lingüístico é aberta a possibilidade da variação de sentidos, e dentre os sentidos possíveis, encontram-se igualmente os sentidos metafóricos.

Como já vimos, o valor lingüístico está intrinsecamente ligado à comunidade lingüística, ele só existe através da sociedade; por conseguinte, a metáfora só se efetiva socialmente. Como já fora citado anteriormente, “o vínculo social tende a criar a comunidade de língua e imprime talvez ao idioma comum determinados caracteres” (SAUSSURE, 1973: 261), o que nos leva a defender, nesta pesquisa, a idéia de que a metáfora, sobre o viés do estruturalismo, é uma acomodação semântico-social sobre um valor no signo.

Dentro do estruturalismo saussuriano, por ser a língua e a linguagem um fator imbricado na vida social, mas totalmente a parte da realidade material, já começa a apontar a noção de metáfora como construção de realidade. Entretanto, não esperávamos ver isso claramente em Saussure. O que descobrimos, na verdade, é que geralmente as pessoas mantêm o raciocínio aristotélico ao falar da metáfora no estruturalismo, e Saussure vai muito além dele, já apontando para as teorias que analisaremos no próximo capítulo.

No capítulo seguinte, retomaremos quatro concepções de metáfora, procurando observar nelas as influências saussurianas, objetivando-se demonstrar os avanços e os rompimentos dessas concepções em relação a Saussure.

3. REPERCUSSÕES DAS POSTURAS ESTRUTURALISTAS SOBRE ALGUMAS ABORDAGENS QUE TRATAM DA METÁFORA.

Geralmente atribui-se a Saussure um posicionamento teórico mais conservador em comparação com as teorias posteriores a ele. No entanto, como vimos no capítulo anterior, por meio de seus *Escritos*, ele revela-se diferente do tão conhecido *Curso de Lingüística Geral* e surpreende por seus posicionamentos teóricos.

A fim de estabelecer uma discussão teórica sobre a metáfora, neste capítulo apresentamos o posicionamento de cinco autores posteriores a Saussure, mas que recebem influência do estruturalismo em Lingüística e, a partir de uma resenha destes, objetivamos considerar seus avanços e seus rompimentos em relação a Saussure.

A primeira secção deste capítulo é voltada para os estudos de Ricoeur (2000) em seu livro *A metáfora viva*, que aborda a Metáfora em três níveis: o nível da palavra, da frase e do discurso; na segunda secção apresentamos Foucault (1966) em *As palavras e as coisas*, livro no qual ele analisa a linguagem nos momentos clássico, cartesiano e discursivo e aborda a metáfora como um processo de produção de sentido, e como mecanismo de construção da realidade; na terceira secção observamos o posicionamento de Barthes (1971) em *Elementos de semiologia* nos quais o autor considera a metáfora partindo do semelhante e do dessemelhante; a quarta secção é composta por Lakoff e Johnson (1980) no livro *Metáforas da vida cotidiana*, que tratam a metáfora como um pilar nos processos cognitivos. Por fim, na quinta secção, encerrando este capítulo, apresentamos os avanços e os limites teóricos entre as teorias e, principalmente, em relação ao posicionamento saussuriano.

3.1 A METÁFORA EM P. RICOEUR

Por Paul Ricoeur ser um ícone nos estudos sobre a metáfora, esta secção volta-se à sua obra *A metáfora viva* (2000), obra esta que o torna referência sobre o assunto. Discorreremos, então, o trato das metáforas nos níveis da palavra, da frase e do

discurso apresentados pelo autor, e suas implicações sobre os conceitos de linguagem e referência.

O livro *A metáfora viva* apresenta estudos oriundos de um seminário que ocorreu na Universidade de Toronto em 1971 e que tiveram progressão durante cursos ministrados posteriormente em outras universidades. Cada um dos oito estudos que compõem a obra, conforme é prefaciado pelo autor,

[...] desenvolve um ponto de vista determinado e constitui um todo. Ao mesmo tempo, cada um é o segmento de um único itinerário que tem início com a retórica clássica, passa pela semiótica e pela semântica, para alcançar finalmente a hermenêutica. A passagem de uma disciplina a outra segue a das entidades lingüísticas correspondentes: a palavra, a frase e, por fim, o discurso (RICOEUR, 2000: 09).

Ricoeur (2000) parte de Aristóteles para estudar a metáfora sob o nível da palavra, uma vez que este é considerado o precursor na discussão sobre as metáforas. Conforme já citamos no capítulo anterior, Aristóteles, na *Poética*, define metáfora como “a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por via de analogia” (ARISTÓTELES, 1959: 312). Essa noção de metáfora como transposição de significados, ainda hoje, é utilizada por gramáticos e por alguns teóricos da linguagem.

Ricoeur (2000) afirma que a visão aristotélica remete a três conceitos principais inerentes à metáfora: o desvio, o empréstimo e a substituição. Sabendo-se que estes só são possíveis a partir da diferenciação do sentido próprio – também chamado primeiro – do sentido estranho – também chamado figurado. Dessa forma, a metáfora seria um desvio do uso habitual da palavra; um empréstimo de sentido; uma substituição de uma palavra (ausente) por outra (metafórica).

Sob essa ótica desviante, mesmo a noção de comparação é problemática, uma vez que “aos olhos de Aristóteles, a ausência do termo de comparação na metáfora não implica que a metáfora seja uma comparação abreviada, como se dirá a partir de Quintiliano, mas, ao contrário, que a comparação é uma metáfora desenvolvida” (RICOEUR, 2000: 46).

A metáfora aristotélica, então, é entendida a partir dos padrões da palavra, pelos quais se estabelecem principalmente as relações de semelhança. Utilizar uma metáfora, então, implica em empregar um termo em lugar de outro, seja como desvio, como um empréstimo semântico ou como uma substituição. Dessa forma, quando se entende a metáfora como figura de linguagem, vemos que, no âmbito da figura, a metáfora assemelha-se a uma imagem. Quanto a esta aproximação conceitual, Aristóteles afirma:

A imagem é igualmente uma metáfora; entre uma e outra a diferença é pequena. [...] Podemos empregar tôdas estas expressões quer como imagens, quer como metáforas. Tôdas as que saborearmos como metáforas servirão também manifestamente como imagens e as imagens, por sua vez, serão metáforas a que não falta senão uma palavra (ARISTÓTELES, 1959: 201).

Dando continuidade aos estudos da metáfora no nível da palavra, Ricoeur acrescenta um estudo assentado em Pierre Fontanier, que se fundamenta sobre a Teoria dos Tropos que também privilegia a metáfora enquanto palavra e como desvio em relação à significação primeira.

O modelo tropológico implica uma série de postulados acerca das restrições e extensões do tropo – figura de desvio – (e, conseqüentemente, da metáfora), ressaltando-se que a metáfora seria um sentido impróprio que é utilizado sem necessidade – isto é, mesmo havendo a palavra “adequada” a ser empregada, opta-se pela metáfora – não lhe acrescentando nenhum dado novo, com pura função decorativa, sendo um ornamento à linguagem.

O problema da metáfora como tropo é sua redução ao nível (único) da palavra, no entanto, a abordagem dos tropos como figuras possibilita uma abertura na significação, pois “a figura pode ser indiferentemente referida à palavra, à frase ou aos traços do discurso que exprimem o movimento do sentimento e da paixão” (RICOEUR, 2000: 89). Cabendo ressaltar que esta concepção é apenas ideológica, uma abertura para inserções futuras, pois efetivamente, mesmo a metáfora tratada como figura, ainda não ultrapassa os limites da palavra.

A metáfora encontra-se, então, tanto em Aristóteles como em Fontanier, no nível do desvio, uma transgressão de sentido que ultrapassa a denominação substantiva (podendo ser adjetiva, verbal, discursiva, etc.). Retoma-se, então, a noção de transgressão de sentido, mas esta precisa ser analisada à luz do uso, para definir se o desvio é comum (catacrese) ou inovador (metáfora). Portanto, “é necessário, então, ir da palavra ao discurso, pois apenas as condições próprias ao discurso podem distinguir o tropo-figura do tropo-catacrese e, no tropo-figura, o curso livre do curso forçado” (RICOEUR, 2000: 105).

Conforme exposto, ao analisar as metáforas no nível da palavra como desvio, se está concebendo a linguagem de forma taxionômica e classificatória simplesmente, ou seja, conclui-se que a relação de referência se dá de forma linear e codificada, que as variantes de uso (como as metáforas) encontram-se no âmbito do desvio e não abrange a produção de significação.

No entanto, Ricoeur afirma que o tratamento metafórico no nível da palavra, embora criticado, mostra-se necessário à semiologia da significação, mesmo que se apresente apenas como um fragmento do todo discursivo, pois,

[...] a definição real de metáfora em termos de enunciado não pode eliminar a definição nominal em termos de palavra ou de nome, na medida em que a palavra continua a ser a portadora do efeito de sentido metafórico; é da palavra que se diz tomar um sentido metafórico; eis por que a definição de Aristóteles não é abolida por uma teoria que não se refere mais ao lugar da metáfora no discurso, mas ao próprio processo metafórico (RICOEUR, 2000: 108).

A manutenção da teoria aristotélica se dá, principalmente, por ela representar uma parte do todo, ou seja, o estudo da palavra colabora para os demais estudos, a diferença é que não se pode reter-se apenas nele, mas prosseguir nos demais níveis.

Transpondo o nível da palavra, Ricoeur retoma Benveniste (1995) para quem os níveis do sentido são diferenciados, tendo como unidade do discurso a frase, que é a unidade semântica; em detrimento da palavra, que é a unidade semiótica.

A separação entre as ordens semiótica e semântica evidencia alguns traços distintivos concernentes ao discurso, cabendo ressaltar a dicotomia entre a função identificante (nominal) e a função predicativa (verbal), isto é, a metáfora é um fenômeno de predicação, e não apenas de denominação. Diferenciar o semiótico do semântico implica uma nova organização do paradigmático e do sintagmático.

Essa diferenciação entre os traços semânticos e semióticos nos níveis sintagmático e paradigmático, respectivamente, viabiliza o tratamento da metáfora nessas duas categorias (embora desde Jakobson ela seja tratada apenas no aspecto paradigmático); de forma que no nível da palavra (semiótico), a metáfora pode ser discutida nas relações de substituição; e no nível do discurso (semântico), a construção de sentido da metáfora depende das relações de sentido criadas entre as palavras do enunciado, que cria o todo significativo do discurso.

Apartir do entrelaçamento dos aspectos sintagmático e paradigmático, compreende-se que as palavras não possuem um sentido próprio, imutável e irrefutável; antes, que seu sentido é construído *pelo* e *no* discurso, partindo de “sombras” de significado convencionadas pela sociedade. Essa dimensão confirma que

[...] a linguagem, como bem o viu Shelley, é “vitalmente metafórica”; se “bem metaforizar” é ter domínio das semelhanças, então não poderíamos sem ela apreender nenhuma relação inédita entre as coisas. Longe de ser um desvio em relação à operação comum da linguagem, a metáfora é “o princípio onipresente em toda a sua ação livre”; não constitui um poder adicional, **mas a forma constitutiva da linguagem** (RICOEUR, 2000: 128, grifo nosso).

Entender a metáfora na frase, como “forma constitutiva da linguagem”, implica em redirecionar a linguagem do aspecto classificatório para o da significação, “com a frase, a linguagem sai de si mesma, e a referência indica a transcendência da linguagem a si mesma” (RICOEUR, 200: 120). Essa transcendência se dá na mudança de sistema, o signo aponta para as relações inter-sígnicas, a frase as ultrapassa. Ricoeur retoma I. A. Richards para analisar a complexidade enunciativa da metáfora:

I. A. Richards propôs denominar “conteúdo” (*tenor*) a idéia subjacente, e “veículo” (*vehicle*) a idéia sob cujo signo a primeira é apreendida. Mas

importa notar que a metáfora não é o “veículo”: **ela é o todo constituído pelas duas metades** (RICOEUR, 2000: 129-130, grifo nosso).

A metáfora definida como o todo do enunciado aponta para a construção da significação, ou seja, “conteúdo” e “veículo” são neutros por si mesmos, o todo que eles formam é que constitui a metáfora, ocasionando num apontar para fora, da metáfora como predicação. Ou seja, por esta visão, a construção metafórica não se baseia na figura (palavra única) que traz o sentido novo, mas na construção predicativa. Num comparativo entre a análise baseada na denominação e a análise predicativa, vejamos o exemplo abaixo:

“A Amazônia é o pulmão do planeta” (VALENTE, 1997: 79).

Na análise da metáfora pela palavra, teríamos de analisar os sentidos possíveis do termo *pulmão* que pudessem relacionar com o sentido do termo *Amazônia*. Ou seja, quais sentidos poderiam ser aflorados a *Amazônia* pelo termo *pulmão*? Diferentemente, numa análise predicativa, observar-se-ia o todo enunciativo, qual sentido o enunciado produz, como um todo; isto é, analisaríamos a função predicativa do enunciado que se caracterizou como metafórico.

Dessa forma, considerando a metáfora no nível da semântica da frase, ela configura-se como produto de uma tensão entre os termos de uma enunciação metafórica. Ela existe como uma interpretação, pois nesse tipo de enunciação a contradição significativa entre os termos desconstrói a significação literal e possibilita às palavras um sentido novo (interpretativo), fruto dessa tensão.

Dando continuidade ao prospecto histórico de Ricoeur, acrescenta-se a semelhança como um fator de significação enunciativa, em que essa semelhança torna-se como condição primeira do acontecimento da metáfora. Como transcrito a seguir, o autor apresenta um breve apanhado histórico da importância da similitude ao longo das teorias até então propostas.

Na tropologia da teoria clássica, o lugar assinalado à metáfora entre as figuras de significação é especificamente definido pelo papel que a relação de semelhança desempenha na transferência da idéia primitiva à nova idéia. Esse pacto com a semelhança não constitui um traço isolado, pois no

modelo subjacente à teoria da retórica clássica ele é solidário com o primado da denominação e dos outros traços que procedem desse primado. É, com efeito, primeiramente entre as idéias das quais as palavras são os nomes que a semelhança opera. Em segundo lugar, no modelo, o tema da semelhança é fortemente solidário com os de empréstimo; de desvio, de substituição, de paráfrase exaustiva. Com efeito, a semelhança é, antes de tudo, o motivo do empréstimo, em seguida é a face positiva do processo do qual o desvio é a face negativa. Ela é ainda a ligação interna da esfera da substituição e, enfim, é o guia da paráfrase que, restituindo o sentido próprio, anula o tropo. Na medida em que o postulado da substituição pode ser representativo da cadeia inteira de postulados, **a semelhança é o fundamento da substituição posta em ação na transposição metafórica dos nomes e, mais geralmente, das palavras** (RICOEUR, 2000: 267-268, grifo nosso).

Com essas afirmações, Ricoeur põe a semelhança em posição de destaque para as teorias da metáfora, como sendo primordial em toda acepção que se possa fazer da construção metafórica.

Essa primazia da semelhança se fortalece no discurso da alteridade, ou seja, a semelhança metafórica forma-se a partir do diferente, e o mantém, estabelecendo as relações entre os distantes. O que aparentemente não possui equivalência alguma, a semelhança metafórica os aproxima e recria as categorizações de grupos. Para Ricoeur,

[...] a metáfora mostra o trabalho da semelhança porque, no enunciado metafórico, a contradição literal mantém a diferença, o “mesmo” e o “diferente” não são simplesmente misturados, mas permanecem opostos. Por esse traço específico, o enigma é retido no próprio coração da metáfora. **Na metáfora, o “mesmo” opera apesar do “diferente”** (RICOEUR, 2000: 301, grifo nosso).

Quando o autor estabelece que “na metáfora, o ‘mesmo’ opera *apesar* do ‘diferente’”, ele destaca o caráter gerador do semelhante metafórico, ou seja, a semelhança gera um novo sentido, fazendo novas ligações de significação. Com isso, por mais intensas que sejam as diferenças entre os sentidos aproximados pela metáfora, ainda assim ela criará uma conexão de semelhança e, por meio dela, será fonte de novos sentidos.

Quanto às noções de semelhança, Ricoeur propõe uma comparação entre a proposição teórica de Roman Jakobson e a sua, diferenciando, no entanto, os níveis da palavra e do discurso, respectivamente, ou seja, Jakobson destacava a

substituição de um termo por outro, enquanto Ricoeur propõe a substituição de uma significação por outra, conforme a citação abaixo.

Como Roman Jakobson, com efeito, mas em sentido diferente dele, formamos um conceito de “processo metafórico” pelo qual o tropo da retórica desempenha um papel revelador. Mas, à diferença de Roman Jakobson, o que na metáfora pode ser generalizado não é a sua essência substitutiva, mas sua essência predicativa. Jakobson generalizava um fenômeno semiótico, a substituição de um termo por outro; **nós generalizamos um fenômeno semântico, a assimilação de uma a outra de duas áreas de significação por meio de uma atribuição insólita** (RICOEUR, 2000: 304, grifo nosso).

Observamos que a diferenciação é significativa entre as duas proposições, cabendo destaque à proposta de Ricoeur, uma vez que ela ultrapassa o nível da palavra e do enunciado, chegando-se ao terceiro nível de estudo do autor: o do discurso. Como pudemos constatar, o semelhante acompanha a metáfora em todos os níveis (da palavra, da frase e do discurso), sendo o ponto de partida para o fenômeno discursivo, da significação semântico-hermenêutica.

Neste ponto, parece-nos que enfim o autor apresenta seu posicionamento teórico (após as explanações sobre os outros níveis de análise da metáfora), conforme ele descreve no prefácio:

A metáfora apresenta-se, então, como uma estratégia de discurso que, ao preservar e desenvolver a potência criadora da linguagem, preserva e desenvolve o poder heurístico desdobrado pela ficção. [...] Assim, a obra é conduzida a seu tema mais importante: a saber que a metáfora é o processo retórico pelo qual o discurso libera o poder que algumas ficções têm de redescobrir a realidade. Ligando dessa maneira ficção e redescoberta, restituímos sua plenitude de sentido à descoberta de Aristóteles, na *Poética*, de que a *poíesis* da linguagem procede da conexão entre *mythos* e *mímesis*. (RICOEUR, 2000: 13-14).

De fato, pelo viés da ficção e da redescoberta da realidade, é possível desestabilizar o conceito solidificado de mundo, e, a partir do todo de uma obra de ficção restabelecer novos limites, mais extensos, para a construção de sentido. É relevante considerar que, no nível do discurso apresentado por Ricoeur, o texto passa a ter uma nova representação. Para o autor,

O texto é uma entidade complexa de discurso cujos caracteres não se reduzem aos da unidade de discurso ou frase. Por texto não entendo somente nem principalmente a escritura, embora a escritura ponha por si

mesma problemas originais que interessam diretamente ao destino da referência; mas entendo, prioritariamente, **a produção do discurso como obra** (RICOEUR, 2000: 336, grifo nosso).

Entender o texto “como obra” implica redimensionar o objeto de estudo, ou seja, partiu-se da palavra, passou-se pelos enunciados e, agora, a dimensão é do todo da obra, que passa a ter a significação principal e a firmar-se como uma nova realidade. A partir desse todo, o autor acrescenta que não é um todo apenas estrutural, mas sim a criação de uma nova realidade, que ele denomina: *o mundo da obra*.

Conseqüentemente, a compreensão do mundo da obra abre espaço para analisar as metáforas em rede (ou por modelo, ou por arquétipos), ou seja, a metáfora pode realizar-se na obra por meio de uma palavra, de uma frase, de um poema ou, ainda; pode tipificar uma comunidade lingüística, cujas falas caracterizam-se como um todo. Enfim, passa a ter uma função referencial: “pode-se esperar que a função referencial da metáfora seja levada por uma rede metafórica em vez de por um enunciado metafórico isolado” (RICOEUR, 2000: 372).

Quando se trata a metáfora pelo viés referencial, retorna-se à noção de verdade, cabendo ressaltar que, embora Ricoeur discorra filosoficamente sobre o assunto, não é foco desta pesquisa tal análise, cabendo-nos apenas as implicações desse contexto filosófico para o lingüístico-conceitual.

No estudo proposto por Ricoeur, questionam-se então as noções de realidade, mundo e verdade as quais ele considera mutáveis e de domínios distintos. Cabe salientar o acréscimo de uma “verdade metafórica”, pela qual o autor argumenta que

[...] não há outro modo de fazer justiça à noção de verdade metafórica senão induzindo o aguilhão crítico do “não é” (literalmente) na veemência ontológica do “é” (metaforicamente). [...] da mesma maneira que a distância lógica é preservada na proximidade metafórica, e da mesma maneira que a interpretação literal impossível não é simplesmente abolida pela interpretação metafórica, mas lhe cede resistindo, da mesma maneira a afirmação ontológica obedece ao princípio de tensão e à lei da “visão estereoscópica” (RICOEUR, 2000: 388-389).

Por visão estereoscópica entende-se uma visão dupla, em que se aplicam tanto a visão dita literal, quanto a metafórica, que co-existem na tensão do ser e não ser.

Destarte, a verdade metafórica aponta para uma realidade própria, a realidade cuja significação emerge no enunciado. Ricoeur afirma que

Se de fato a significação, sob sua própria forma elementar, está em busca de si mesma na dupla direção do sentido e da referência, a enunciação metafórica apenas leva à sua plenitude esse dinamismo semântico. [...] a enunciação metafórica opera simultaneamente sobre dois campos de referência. Essa dualidade explica a articulação, no símbolo, de dois níveis de significação. A significação primeira é relativa a um campo de referência conhecido: o domínio das entidades às quais podem ser atribuídos os próprios predicados considerados em sua significação estabelecida. A segunda, à qual se trata de fazer surgir, é relativa a um campo de referência para o qual não há significação direta, e para o qual, por consequência, não se pode proceder a uma descrição identificante por meio de predicados apropriados (RICOEUR, 2000: 458).

Considerar um campo de referência de significação indireta reporta à referência duplicada “[...], significa que a tensão característica da enunciação metafórica é suportada, em última instância, pela cópula é. Ser-como significa ser e não ser. Isto era e não era” (RICOEUR, 2000: 470). Em outras palavras, o ser-como metafórico remete ao não ser literal e ao ser metafórico, não numa negação do literal simplesmente, mas num movimento de presença/ausência. Por esta tensão do ser e não ser insurge uma nova noção de realidade, uma realidade referencial, e não de mundo.

3.2 A METÁFORA EM FOUCAULT

Foucault (1967), em seu livro *As Palavras e as Coisas*, expõe “três grandes mutações da ordem do saber” (ARAÚJO, 2004: 216) como um modo de relação da linguagem com o mundo: o momento clássico, o cartesiano e o discursivo. Devido à grande importância dessa obra no meio lingüístico-filosófico, esta seção se dedica à busca de seis (6) concepções principais, dentro de cada momento apresentado na obra: concepção de língua, de linguagem, de referenciação, de discurso, de sujeito e de metáfora.

O Classicismo organiza o conhecimento por semelhança, pela qual se coadunam o signo e o mundo, a língua se apresenta como listagem de nomes e a linguagem representa a realidade. “A partir da idade clássica, o signo é a *representatividade* da

representação enquanto *representável*” (FOUCAULT, 1967: 94). Embora tal afirmativa pareça, em parte, redundante, a mesma é pertinente por evidenciar que a noção de representatividade só se efetua a partir do que é possível representar; Dessa forma, o mundo pode ser representado pela linguagem. Isso posto, tem-se que as formações lingüísticas funcionam como quadros que reproduzem a realidade e a representa, colocando-se no lugar dela.

Conforme Foucault, a noção da linguagem como pintura traz à tona a incompatibilidade com a espacialização, pois o quadro dá múltiplas informações no mesmo instante, e a linguagem, por seu caráter linear (SAUSSURE, 1916), oferece uma informação de cada vez, numa seqüência (uma pós outra). Foucault afirma que

[...] a relação da linguagem com a pintura é uma relação infinita. Não que a palavra seja imperfeita, nem que, em face do visível, ela acuse um *défiat* que se esforçaria em vão por superar. Trata-se de duas coisas irreduzíveis uma à outra: **por mais que se tente dizer o que se vê, o que se vê jamais reside no que se diz**; por mais que se tente fazer ver por imagens, por metáforas, por comparações, o que se diz, o lugar em que estas resplandecem não é aquele que os olhos projetam, mas sim aquele que as seqüências sintáticas definem (FOUCAULT, 1967: 25, grifo nosso).

A visão clássica, então, põe a referenciação como um “apontar com o dedo” (Foucault, 1966: 25), em que a linguagem aponta para o mundo; como se houvesse uma relação de “um por um”, pela qual a linguagem se adequasse tranqüilamente à realidade.

A partir dessa noção de semelhança, Foucault expõe quatro (4) similitudes que circundavam os fins do século XVI: (a) *convenientia*, (b) *aemulatio*, (c) *analogia*, e (d) *simpatia*.

➤ A conveniência (*convenientia*) tratava as semelhanças a partir dos limites graduais. “São «convenientes» as coisas que, aproximando-se uma das outras, chegam a confinar; tocam-se pelos bordos, as suas fímbrias misturam-se, a extremidade de uma designa o início da outra” (FOUCAULT, 1967: 35).

➤ A emulação (*aemulatio*) é similar à conveniência, no entanto, ultrapassa os limites espaciais. Ela assemelha-se a um espelho, pelo qual as coisas

dispersas no mundo podem relacionar-se umas com as outras, como uma duplicação do mundo.

➤ À analogia sobrepõem-se *convenientia* e *aemulatio*, mas impinge à *convenientia* o poder não apenas das semelhanças visíveis, mas das semelhanças mais sutis, como as de relações; como se comparássemos a relação dos astros com o céu e das ervas com a terra.

➤ “A simpatia é uma instância do *Mesmo* tão forte e tão premente que não se limita a ser uma das formas do semelhante, pois possui o perigoso poder de *assimilar*, tornar as coisas idênticas umas às outras, de as misturar, de as fazer perder a sua individualidade” (FOUCAULT, 1967: 43).

Por meio dessa perspectiva – da semelhança – buscava-se “tornar visível o que era invisível” e neste representar o mundo por meio da linguagem, parece-nos que a metáfora tem papel preponderante no quadro representativo do mundo.

Podemos inferir, então, que as quatro similitudes expostas por Foucault dão sustentabilidade para as formações metafóricas, e estas estão imbricadas na linguagem, sendo parte constituinte da significação, na constituição de quadros de sentido.

Ainda nessa perspectiva, as concepções de sujeito e de discurso não são muito abrangentes; sujeito corresponde a falante e discurso a qualquer manifestação da linguagem que acarrete uma representação de mundo. Assim, “[...] durante toda a idade clássica a linguagem foi formulada e reflectida como discurso, quer dizer, como análise espontânea da representação” (FOUCAULT, 1967: 306).

Portanto, a visão clássica apresentada por Foucault relaciona linguagem e mundo como uma representação (em quadros ou como uma visão de espelho), e a esta representação tocam os conceitos de similitude, que sustentam a estrutura metafórica da linguagem. E a língua se apresenta como listagem de nomes.

O momento cartesiano organiza a realidade em nível classificatório, ou seja, “os seres” e as “coisas” possuem ordem e gradação, que possibilitam a criação de grupos. A organização desses grupos ocorre por analogia, portanto, permanecem no âmbito da similitude, como no classicismo, mas com foco na ordenação interior dos processos de categorização, pois a natureza humana é dotada de uma particular tendência para classificar, categorizar e nomear; utilizando-se da linguagem para fazê-lo.

A perspectiva cartesiana coincide com a disposição da “história natural”, que é ricamente estruturada pelo empirismo da época. Assim, a história natural

[...] é o espaço aberto na representação por uma análise que se antecipa à possibilidade de nomear; é a possibilidade de *ver* o que se poderá *dizer*, mas que não se poderia dizer depois nem ver à distância se as coisas e as palavras, distintas umas das outras, não comunicassem entre si logo de início numa representação (FOUCAULT, 1967: 175).

Desse modo, a linguagem está estruturada no empirismo pelo qual se vê algo e a partir dessa observação classifica-se o que fora visto. Mas tal atribuição de significado se dá partindo de um pressuposto de que as palavras e as coisas comunicam-se entre si em uma representação prévia. Ainda assim subentende-se uma relação objetiva entre linguagem e realidade.

Para a subsistência do caráter científico das classificações, a característica fundamental era a determinação do método utilizado para a organização da realidade. Como exemplos dessa fase, têm-se as classificações da biologia, que foram aperfeiçoadas com a evolução dos conhecimentos, viabilizando uma série hierárquica de categorização da realidade, tal relação de categorias se dá a partir de comparações, a fim de identificar semelhanças e diferenças, caracterizando a inclusão ou exclusão de unidades em determinados grupos.

No âmbito da Gramática Geral, “[...] todas as palavras de uma língua eram portadoras de uma significação mais ou menos oculta, mais ou menos derivada, mas cuja primitiva razão de ser residia numa designação inicial” (FOUCAULT, 1967: 307). A relação das línguas com o mundo se organizava de maneira a se crer numa língua primitiva a qual se enraizara e, por meio de influências externas (como

invasões, migrações, escravidão ou liberdade), foi produzindo frutos distintos em cada lugar. Portanto, a língua é entendida a partir dessa estrutura pela qual se organiza, passível de modificações que, no entanto, preservam a sua estrutura fundamental a qual é passada para as gerações subseqüentes.

[...] na idade clássica, as línguas tinham uma gramática porque tinham o poder de representar; agora, representam a partir dessa gramática que é para elas como que um reverso histórico, um volume interior e necessário cujos valores representativos não são mais do que a face externa, cintilante e visível (FOUCAULT, 1967: 312).

A análise das línguas, dentro da perspectiva cartesiana, dava-se (ou ainda se dá), seguindo Foucault, por meio de um método comparativo e (também) classificatório; por meio de estruturas de organização, a gramática geral fundamentava-se em estudos formais que comparavam funções gramaticais, valores sintáticos e/ou modificações de sentido.

Poderíamos inferir que as formações metafóricas continuam sendo partes integrantes da língua para a estruturação de semelhanças e diferenças e, principalmente, para a categorização de estruturas de conhecimento, no âmbito do sentido.

Quanto às concepções de sujeito e de discurso, grosso modo, o sujeito seria como um observador que organiza o conhecimento do mundo por meio da linguagem, e o discurso encontrar-se-ia nesta organização, sendo primariamente objetivo.

A linguagem é herdada e é responsável por estruturar o pensamento em quadros classificatórios. O discurso é, assim, a expressão do pensamento estruturado pela linguagem.

Adentrando agora ao nível discursivo proposto por Foucault, podemos observar que os momentos anteriormente citados colaboraram para que se alcançassem as concepções apresentadas no âmbito discursivo, pois, assim como os momentos se desenvolveram na linha teórica, assim o fizeram na esfera temporal. Dessa forma, as circunstâncias que possibilitaram o desenrolar das concepções discursivas sobre a linguagem foram preponderantes.

A linguagem passa do âmbito da representação para o da significação, nas palavras de Foucault,

[...] a linguagem não será mais do que um caso particular da representação (para os clássicos) ou da significação (para nós). A profunda interdependência da linguagem e do mundo acha-se desfeita. O primado da escrita é suspenso. Desaparece então essa camada uniforme em que se entrecruzavam indefinidamente o visto e o lido, o visível e o enunciável. As coisas e as palavras vão separar-se. O olho será destinado a ver, e a ver apenas; o ouvido, apenas a ouvir. O discurso terá então por objetivo dizer o que é, mas já não será coisa alguma do que se diz (FOUCAULT, 1967: 67-68).

“Dizer o que é” constitui, na ordem foucaultiana, uma atividade discursiva. Então, tomando a linguagem como significação, ela torna-se independente da realidade, cabendo-lhe simplesmente constituir saberes, num movimento reflexivo pelo qual o discurso remete-se a si mesmo para interpretar-se. Conforme afirma o autor, o

Saber consiste, pois, em referir a linguagem à linguagem. Em restituir a grande planície das palavras e das coisas. Em fazer falar tudo. Isto é, em fazer nascer, por sobre todas as marcas, o discurso ulterior do comentário. O que é próprio do saber não é nem demonstrar, mas interpretar (FOUCAULT, 1967: 64).

Doravante, o saber não se forma mais pelo conhecimento do mundo (relação palavra-coisa), mas pela significação das palavras no fluxo discursivo.

Se a palavra pode figurar num discurso ou significa alguma coisa, não será por virtude de uma discursividade imediata que possuíse em particular e por direito natural, mas porque na própria forma, nas sonoridades que a compõem, nas mutações que sofre consoante a função gramatical que ocupa, nas modificações, enfim, a que é submetida através do tempo, obedece a um certo número de leis estritas que regem de forma semelhante todos os outros elementos da mesma língua; de tal maneira que a palavra já não está ligada a uma representação senão na medida em que faz parte, antes de mais, da organização gramatical pela qual a língua define e assegura a sua coerência própria (Foucault, 1967: 367).

Outrossim, a relação do discurso com a linguagem não é acessória, mas cabe ao discurso estruturar a linguagem, pois não existe linguagem sem discurso. Sabendo-se que, para Foucault, o discurso não é um conjunto de signos com função denotativa, não possui função de designar, mas de formar os objetos de que fala.

Assim sendo, o discurso configura-se como a base de toda a ciência estando ligado à história; o conhecimento, então, é sumariamente histórico, pois a ciência é relativa ao tempo e às descobertas. Esta relatividade envolve o saber numa subjetividade discursiva, tornando a ciência questionável. Sabendo-se que esta subjetividade não é de um sujeito ativo, mas de uma função de sujeito que pode ser assumida por uma variante de possibilidades.

Nessa concepção discursiva, insere-se a metáfora não no âmbito do desvio (como no classicismo), nem no âmbito da similitude (como no cartesianismo); mas como parte constituinte da linguagem – que nunca está acabada – pois, pelo e no discurso, a metáfora também constrói a realidade.

A construção da realidade é, pois, uma idealização que se manifesta lingüisticamente não pela estrutura do signo, mas pelas “significâncias” que ele incorpora em cada evento discursivo. Portanto, a referência não está no mundo, mas é construída lingüisticamente no âmbito do sentido, por meio das relações discursivas.

Como pudemos observar, os dois primeiros momentos englobam a linguagem como representação do mundo, com suas respectivas particularidades. Já o momento discursivo, descrito por Foucault, introduz o conhecimento histórico, pelo qual a linguagem permite analisar origens, evoluções, influências, conseqüências, etc. entre outros.

A referenciação se modifica partindo da relação do “apontar com o dedo”, passando para os níveis classificatórios da realidade e por fim chegando ao discurso que, através da significação, constrói os sentidos possíveis e assim diz-se que ele se propõe a construir a realidade. A partir dessas noções de referenciação, a metáfora tangencia o significado encontrando-se no sentido, desde as relações de similitude até a construção do conceito metafórico, que se manifesta como parte constituinte da linguagem, como estratégia de significação.

O sujeito e o discurso que inicialmente foram entendidos na sua materialidade de falante e expressão lingüística, respectivamente, em parte, negligenciados, passam

a ter papel de destaque no momento discursivo, entretanto, o sujeito não é pessoalizado, mas essencialmente sócio-histórico-cultural; e o discurso projeta os aspectos histórico-culturais de forma que constitui o saber.

3.3 A METÁFORA EM R. BARTHES

Barthes é considerado um dos precursores na síntese de uma ciência dos signos (a Semiologia), e sua obra *Elementos de semiologia* é paradigma na expansão dessa ciência que começara a ser desenvolvida. Partindo disso, entendemos que as concepções barthesianas são fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa no que concerne às noções de língua, linguagem, sujeito, discurso, referência e metáfora.

Embora Barthes considere os diversos sistemas de signos e significação, ele ressalta que a linguagem sobrepuja a todos, pois, de acordo com o autor,

[...] parece cada vez mais difícil conceber um sistema de imagens ou objetos, cujos *significados* possam existir fora da linguagem: perceber o que significa uma substância é, fatalmente, recorrer ao recorte da língua: sentido só existe quando denominado, e o mundo dos significados não é outro senão o da linguagem (BARTHES, 1979: 12).

Inicialmente, Barthes assimila as concepções saussurianas de língua, fala e linguagem, entretanto, ele as modifica de modo a, no todo de sua obra, não separar língua e linguagem, antes as trata de forma conjunta caracterizando a linguagem como instituição social. Embora o autor utilize os termos língua e linguagem separadamente, essas concepções estão imbricadas. Nas palavras do autor,

A *Língua* é então, praticamente, a linguagem menos a Fala: é ao mesmo tempo, uma instituição social e um sistema de valores. Como instituição social, ela não é absolutamente um ato, escapa a qualquer premeditação; é a parte social da linguagem; **o indivíduo não pode, sozinho, nem criá-la nem modificá-la** (BARTHES, 1979:18, grifo nosso).

O indivíduo em si, segundo o autor, não tem poderes sobre a linguagem, contudo, enquanto sujeito imerso na sociedade, serve-se de meios para burlar o sistema da língua, utilizando os mecanismos da própria língua. As relações de significação,

embora firmadas numa base comum – o sentido institucionalizado – sofrem continuamente mudanças de acordo com seu uso, ou seja, os signos não possuem uma relação de apontamento (apontar com o dedo), antes possuem valores de troca, que se adaptam a cada discurso. Barthes afirma que,

[...] era uma abstração bastante arbitrária (mas inevitável) tratar do signo “em si”, como somente a união do significante e o significado. Impõe-se, para terminar, considerar o signo não mais por sua “composição” mas por seus “contornos”: é o problema do *valor*. [...] o valor tornou-se para êle [Saussure] conceito essencial, mais importante afinal do que o de significação (que êle não recobre). O valor tem uma estreita relação com a noção de língua (oposta à fala); leva a despsicologizar a Lingüística e a aproximá-la da Economia; êle é, pois, central em Lingüística Estrutural (BARTHES, 1979: 56).

Compreender a significação do signo ligada à noção de valor proposta por Saussure implica conceber que os referentes dos signos não apontam para um eixo fixo, antes são direcionados para uma realidade dentro da própria linguagem, que se atualiza a cada discurso e seu entorno, entendendo discurso como a materialidade da língua.

Dessa forma, enquanto a significação está centrada no signo, como um recorte – “o signo é uma fatia (bifacial) de sonoridade, visualidade etc. a *significação* pode ser concebida como um processo; é o ato que une o significante e o significado, ato cujo produto é o signo” (BARTHES, 1979: 51) – o valor é definido não só pelo signo, mas por suas relações com seu entorno, ou seja, a noção de valor depende dos mecanismos de troca, e não apenas de uma unidade de significação.

“Para Saussure, as relações que unem os tēmos lingüísticos podem desenvolver-se em dois planos, cada um dos quais engendram seus próprios valōres; estes dois planos correspondem a duas formas de atividade mental” (BARTHES, 1979: 63), também chamados de dois eixos da linguagem: o eixo sintagmático e o eixo paradigmático.

Nesse aspecto, vale retomar Saussure na divisão da lingüística nesses dois eixos, dessa forma, a lingüística sincrônica preocupa-se com as contemporaneidades, pela qual é possível estudar diversos aspectos da linguagem num recorte de tempo; enquanto a lingüística diacrônica ocupa-se das sucessividades, em que se estuda

“uma coisa por vez” (SAUSSURE, 1973: 95) e seus aspectos no decorrer do tempo. Temos, então,

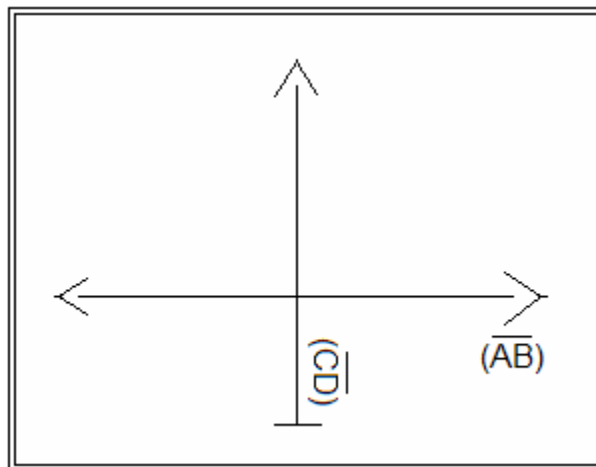


Figura 4 – Eixos Sintagmático e Paradigmático
Fonte: SAUSSURE 1973:95 / 2002:287.

Analisando a figura acima representada, podemos observar que, para Saussure, a lingüística insere-se num plano de dois eixos, sendo o eixo (AB) sincrônico, pelo qual o fator tempo extingue-se e a língua é considerada como um sistema completo e analisável; e o eixo (CD) diacrônico, que descreve/estuda a língua no decurso do tempo, considerando as ações que o tempo exerceu sobre ela. Percebe-se, pois, que a relação temporal atravessa os eixos sincrônico e diacrônico sob perspectivas diferenciadas.

Entretanto, Barthes enfoca as relações sintagmáticas e paradigmáticas no estudo dos signos, e não apenas nas formas de análises lingüísticas, Dessa forma o eixo sintagmático ocupa-se do sintagma, que é

[...] uma combinação de signos, que tem por suporte a extensão; na linguagem articulada, essa extensão é linear e irreversível (é a cadeia falada): dois elementos não podem ser pronunciados ao mesmo tempo [...]: cada termo tira aqui seu valor da oposição ao que precede e ao que segue; na cadeia de palavras, os termos estão realmente unidos *in praesentia*; a atividade analítica que se aplica ao sintagma é o corte (BARTHES, 1979: 63).

O eixo paradigmático, por sua vez, ocupa-se da substituição das relações ausência/presença que, para Barthes, são termos que possuem semelhança e dessemelhança, e por isso fazem parte de um mesmo paradigma.

Como uma síntese desses dois eixos da linguagem, Barthes demonstra uma Prova de Comutação, que se refere a trocas tanto do eixo paradigmático, quanto do eixo sintagmático:

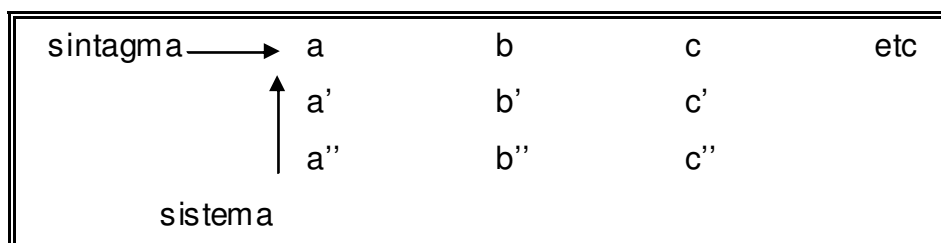


Figura 5 – Prova de Comutação.

Fonte: BARTHES, 1979: 71.

Vejamos abaixo a aplicabilidade dessa prova de comutação com a permuta de uma unidade no nível paradigmático, apenas a título de demonstração.

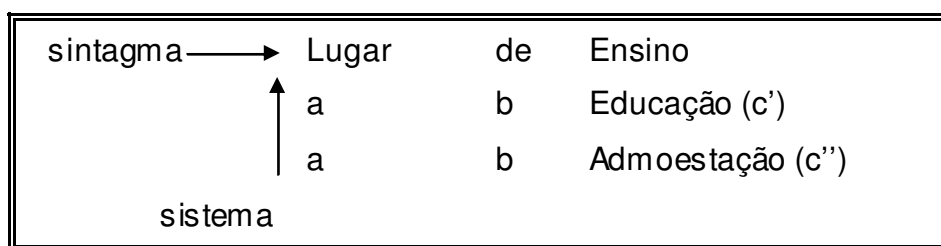


Figura 6 – Uma aplicação da Prova de Comutação.

Neste caso, a unidade de substituição foi a (c), que fora substituída por termos de um mesmo campo de significação, com aspectos semelhantes e dessemelhantes, que em parte repetiam e em parte diferenciavam do termo anterior. Dessa forma, de acordo com o autor, a permuta sempre proporrá uma diferenciação de significado, por mais tênue que seja. Conforme assegura Barthes,

[...] os termos do campo (ou paradigma) devem ser ao mesmo tempo semelhantes e dessemelhantes, comportar um elemento comum e um elemento variante: é o caso, no plano do significante, de *ensinamento* e *armamento*, e, no plano do significado, de *ensinamento* e *educação* (BARTHES, 1979: 76).

Essa afirmação concerne diretamente à concepção de metáfora, que firma-se no eixo paradigmático cujas relações de substituição se dão pelo semelhante e pelo dessemelhante, de maneira que a metáfora utilizada é dissímil dos outros termos

(possíveis) de maneira evidente, mas ainda possui aspectos análogos a eles. Barthes ainda afirma que

[...] a extensão da pesquisa semiológica nos levará provavelmente a estudar – sem poder talvez reduzi-las – relações paradigmáticas seriais e não somente opositivas, pois não é certo que diante de objetos complexos, muito envolvidos numa matéria e em usos, possamos conduzir o jogo do sentido à alternativa de dois elementos polares ou à oposição entre uma marca e um grau zero. Isto faz lembrar que o mais debatido problema paradigmático é o do *binarismo* (BARTHES, 1979: 84).

De acordo com a citação acima, o binarismo é um problema dentro do eixo paradigmático, uma vez que as possibilidades significativas ultrapassam as relações binárias, já que, embora persistam as relações de ausência/presença, estas não se resumem à relação bipolar distintiva, “[...] pois estamos aqui no plano das unidades significativas (e não mais distintivas) e o transbordamento dos eixos da linguagem acarreta aí uma subversão aparente do sentido” (BARTHES, 1979: 90).

Observamos que quando se ultrapassa os limites da distinção, a significação passa a ser fulcral para as relações paradigmáticas, e para Barthes, a metáfora – como processo de seleção – torna-se contigüidade. Nas palavras do autor

[...] se lembrarmos a distinção de Jakobson, compreenderemos que qualquer série metafórica é um paradigma sintagmatizado e qualquer metonímia um sintagma cristalizado e absorvido num sistema; na metáfora, a seleção torna-se contigüidade e, na metonímia, a contigüidade torna-se campo de seleção. Parece pois, que é sempre na fronteira dos dois planos que **se ensaia a criação** (BARTHES, 1979: 91, grifo nosso).

Ao afirmar que a criação é ensaiada na fronteira entre os planos sintagmático e paradigmático, o autor explicita a interdependências dos dois eixos nos processos de significação, uma vez que uma seleção (significativa) no eixo paradigmático só se firma se esta coadunar com o todo sintagmático, e vice-versa.

Outrossim, a escolha significativa de uma metáfora, embora predominantemente paradigmática, insere-se em uma contigüidade, provocando novos efeitos de sentido. Para estabelecer seu posicionamento teórico, Barthes propõe o que chamaremos de *teorema da significação*, por ele assim definido: “qualquer sistema de significação comporta um plano de expressão (E) e um plano de conteúdo (C) e

que a significação coincide com a relação (R) entre os dois planos: E R C” (BARTHES, 1979: 95).

Por meio desse teorema proposto, o autor busca explicitar as relações significativas, tanto de conotação quanto de metalinguagem, de maneira que um primeiro sistema de significação torna-se um elemento se um segundo sistema; no caso conotativo, esse primeiro sistema substitui o elemento E (ste) do segundo sistema e no caso metalingüístico, substitui o elemento C (sdo). Barthes afirma, então

[...] que um sistema conotado é um sistema cujo plano de expressão é, ele próprio, constituído por um sistema de significação [...] [e] uma metalinguagem é um sistema cujo plano de conteúdo é, ele próprio, constituído por um sistema de significação (BARTHES, 1979: 95-96).

Objetivando sistematizar sua proposição, Barthes apresenta as duas vias de amplificação dos sistemas duplos da seguinte maneira:

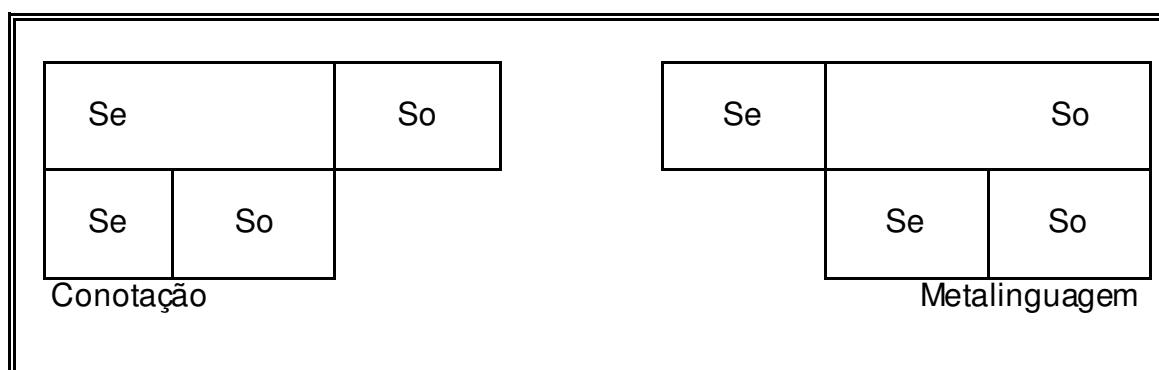


Figura 7 – Vias de Amplificação dos Sistemas Duplos.
Fonte: BARTHES, 1979: 96.

A figura 7 representa claramente que, em um processo conotativo, há um sistema anterior formado por um significante e um significado (normalmente difuso) que, juntos, formam o significante de um novo sistema (este, conotado); assim como em uma metalinguagem, o significado é composto por um primeiro sistema de significante e significado.

A forma como Barthes apresenta sua proposição manifesta o que está oculto, emergindo a composição significativa do que compõe o signo lingüístico num sistema complexo. Cabendo ressaltar que a conotação merece lugar de destaque nas teorias da significação, pois, segundo o autor,

[...] o futuro sem dúvida pertence a uma Lingüística da conotação, pois a sociedade desenvolve incessantemente, a partir do sistema primeiro que lhe fornece a linguagem humana, sistemas de segundos sentidos e a essa elaboração, ora ostentada, ora mascarada, racionalizada, toca muito de perto uma verdadeira Antropologia Histórica (BARTHES, 1979: 96).

A metáfora, então, encontra-se dentro desse campo conotativo, cabendo salientar que “seja qual fôr o modo pelo qual a conotação ‘vista’ a mensagem denotada, ela não se esgota: sempre sobra ‘denotado’ (sem o quê o discurso não seria possível)” (BARTHES, 1979: 97). Ou seja, por mais inusitada e inovadora que seja a significação expressa por uma conotação (metafórica ou não), sempre haverá um suporte na linguagem que irá garantir (em partes) o sentido. Desse modo, a conotação só afeta parte do conteúdo, tendo-se a denotação como sentido dado e a conotação como sentido novo. O processo conotativo é assim expresso pelo autor:

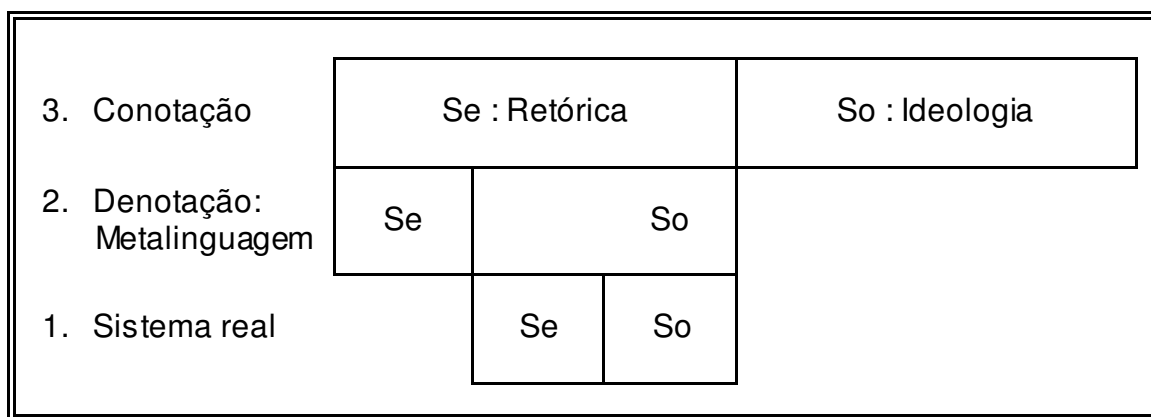


Figura 8 – Processo de Conotação.
Fonte: BARTHES, 1979: 98.

A figura 8 representa o processo de conotação concebido por Barthes, que nas palavras do autor, ele assim designa:

Quanto ao significado de conotação, tem um caráter ao mesmo tempo geral, global e difuso: é, se se quiser, um fragmento de ideologia [...] a *ideologia* seria, em suma, a *forma* (no sentido hjelmsleviano) dos significados de conotação, enquanto a *retórica* seria a forma dos conotadores (BARTHES, 1979: 97).

Assim, quando Barthes enumera 3 níveis de elaboração lingüística, o autor os apresenta como quase simultâneos: um nível de realidade (referencial); um nível de denotação ou de metalinguagem (consensual) e um nível conotativo (que propõe os movimentos constantes à linguagem).

Destarte, o que é novo, daqui a um segundo não é mais. Portanto, a ideologia ou a metáfora, não aparecem como o diferente, mas como o movimento mesmo da língua. O processo é dialético. A metáfora não pode ser vista, portanto, com desvio, mas como o padrão mesmo da língua, no seu processo de produção de sentido, isso porque ela entra no jogo de trocas, que depende do “valor”. Cabe destacar que o valor lingüístico tem relação direta com esse jogo de sentidos, proporcionando as regras (extensão e limites) de comunicabilidade.

3.4 A METÁFORA EM LAKOFF E JOHNSON

Atualmente, as pesquisas cognitivistas têm se intensificado no meio lingüístico; e os autores que mais influenciaram a visão funcionalista/cognitivista da metáfora foram George Lakoff e Mark Johnson. Em seu livro *Metaphors We Live By*, de 1980, eles fizeram uma abordagem da metáfora como constructo sociocultural. Deste estudo, ressaltaremos a distribuição das metáforas sob três grandes grupos propostos pelos autores: metáforas estruturais, orientacionais e ontológicas; e finalizaremos com o questionamento dos autores sobre a relação “objetividade *versus* subjetividade” pelo viés da concepção de verdade.

Essa teoria engendra pelo viés cognitivista e estabelece que uma sociedade compreende o mundo por meio de metáforas construídas com base em sua experiência corpórea (percepção). A interação com o mundo externo ao indivíduo lhe possibilita a construção de sentido para enunciados abstratos e a possibilidade de enriquecer semanticamente um ato comunicativo proposto.

Como descreve Ortony (1993, pp. 1-2), a idéia central do novo paradigma “é de que a cognição é o resultado de uma construção mental”. O conhecimento da realidade, tenha sua origem na percepção, na linguagem ou na memória, precisa ir além da informação dada. Ele emerge da interação dessa informação com o contexto no qual ela se apresenta e com o conhecimento preexistente do sujeito conhecedor (ZANOTO; MOURA; NARDI; VEREZA, 2002: 13).

Segundo Lakoff e Johnson, o sistema conceitual que dirige não apenas o pensamento mas também as ações é fundamentalmente metafórico. Assim, os conceitos são responsáveis por estruturar as atividades humanas. Essas afirmações

fundamentam o fato de o sistema conceptual metafórico explicitar as características de uma cultura, conforme afirmam os autores,

A metáfora não é somente uma questão de linguagem, isto é, de meras palavras. [...] Pelo contrário, os processos do pensamento são em grande parte metafóricos. Isso é o que queremos dizer quando afirmamos que o sistema conceptual humano é metaforicamente estruturado e definido. As metáforas como expressões lingüísticas são possíveis precisamente por existirem metáforas no sistema conceptual de cada um de nós. Assim, quando falamos sobre metáforas, tais como DISCUSSÃO É GUERRA, deverá ser entendido que metáfora significa conceito metafórico (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 48).

De acordo com os autores, os conceitos metafóricos podem ser sistematizados, ou seja, é como se houvesse metáforas canonizadas pela cultura que estão imbricadas no pensamento humano. A partir dessas metáforas canonizadas, seriam formadas estruturas diferentes que se referem a um mesmo conceito, que é construído dentro de uma cultura (ou um grupo social ou científico específico) de acordo com as características que se quer explicitar ou ocultar, pois a funcionalidade referencial das metáforas realça alguns aspectos e encobrem outros.

“Desta forma, quando dizemos que um conceito é estruturado por uma metáfora, queremos dizer que ele é parcialmente estruturado e que ele pode ser expandido de algumas maneiras e não de outras” (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 57), o que faz com que o conceito aproveite toda a polissemia permitida pelas expressões metafóricas, no entanto, sem atingir aspectos não abordados pela metáfora. Assim, as *metáforas estruturais* – cujo “conceito é estruturado metaforicamente em termos de outro” (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 59) – constituem parte do sistema metafórico.

Complementando o sistema metafórico, tem-se as *metáforas orientacionais*, que “organiza[m] todo um sistema de conceitos em relação a um outro” (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 59). Esse tipo de metáfora é motivado pelo fato de as pessoas

terem corpos que se relacionam com o meio ambiente em que vivem; proporcionando metáforas com orientações espaciais do tipo: para cima – para baixo, dentro – fora, frente – trás, entre outros.

Desse modo, Lakoff e Johnson (1980) sistematizam as escolhas lexicais metafóricas num âmbito espacial a partir da cultura em que o falante está inserido, de forma que é essa cultura que irá proporcionar coerência na metáfora escolhida e, principalmente, entre várias metáforas relacionadas. Assim, a metáfora é estudada de fora para dentro, ou seja, é a cultura que define como o cérebro conceberá as relações metafóricas necessárias para a formulação de um determinado enunciado.

Há, ainda, as metáforas ontológicas que personificam objetos e conceitos e que possibilitam uma referência mais clara entre abstração e conceito, usando características de seres e objetos para defini-los. Possibilitando racionalizar mais concretamente questões abstratas, e assim traçar planos de ação para solucionar problemas. De acordo com Lakoff e Johnson,

Da mesma forma que as experiências básicas das orientações espaciais humanas dão origem a metáforas orientacionais, as nossas experiências com objetos físicos (especialmente com nossos corpos) fornecem a base para uma variedade extremamente ampla de metáforas ontológicas, isto é, formas de conceber eventos, atividades, emoções, idéias, etc. como entidades e substâncias (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 75-76).

As metáforas ontológicas possibilitam fazer referência, quantificar, identificar aspectos, identificar causas, traçar objetivos e motivar ações. Enfim, conceber fisicamente aquilo que não é físico, trazendo para o “mundo palpável” idéias abstratas.

Na exposição de suas idéias, Lakoff e Johnson estão preocupados em esboçar o modo como as pessoas compreendem suas experiências, que geralmente obedecem a princípios metafóricos que por natureza implicam a compreensão de um tipo de experiência em termos de outro. Dessa forma,

Embora essas metáforas não nos levem a uma única imagem concreta e consistente, elas são, todavia, coerentes e encaixam-se quando há imbricações, embora o inverso não seja verdadeiro. As metáforas são originárias de nossas experiências concretas, nitidamente delineadas, e

permitem-nos construir conceitos altamente abstratos e elaborados, como, por exemplo, o da discussão (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 191).

Com essa afirmação os autores explicitam a importância da metáfora para a construção de conceitos no consciente social, de forma que haja maior compreensão e entendimento para questões abstratas. A partir daí tem-se a construção de verdades sociais que moldam a sociedade, ou seja, a metáfora explicita uma característica e a põe como verdade cultural, remodelando a forma de se conceber os conceitos culturais ali implicados.

Tem-se então uma tensão entre o tradicional e o novo, em que o tradicional cria conceitos a partir de categorizações que consideram propriedades inerentes requeridas; e o novo se baseia em propriedades interacionais, isto é, nas propriedades adquiridas pela relação cultural. Na proposta dos autores,

[...] os conceitos individuais não são definidos de uma forma isolada, mas, ao contrário, eles são definidos em termos de seus papéis nos tipos naturais de experiências. Os conceitos não são definidos exclusivamente em termos de propriedades inerentes; ao invés disso, eles são definidos basicamente em termos de propriedades interacionais. Finalmente, definir não é uma questão de enunciar um conjunto fixo de condições suficientes e necessárias para a aplicação de um conceito (embora isso possa ser possível em certos casos especiais, tais como na ciência ou em outras disciplinas técnicas, e mesmo aí isso não é sempre possível); ao invés disso, os conceitos são definidos por protótipos e por tipos de relação entre eles. Em lugar de serem rigidamente definidos, os conceitos que brotam de nossa experiência são abertos. **As metáforas e os delimitadores são instrumentos sistemáticos para definir melhor um conceito e para modificar seu âmbito de aplicabilidade** (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 217-218, grifo nosso).

Conceber a construção metafórica como instrumento de definição e modificação de conceitos quanto à aplicação aponta diretamente para o trato social, a partir disso, as metáforas mais estudadas pelos autores são aquelas que estruturam o sistema conceptual ordinário de uma cultura. Contudo, eles também se referem a metáforas novas, pelas quais, segundo eles, é possível modificar a forma como as pessoas vêem o mundo.

Baseados na característica que a metáfora tem de enfatizar alguns traços e suprimir outros, os autores afirmam que “a metáfora pode ter um efeito *“feedback”*, guiando nossas ações futuras de acordo com ela” (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 238). Dessa

forma, as metáforas teriam o poder de alterar o que é real numa cultura, modificando a forma como as pessoas experienciam o extra-ego; afetando a percepção do mundo e, conseqüentemente, as ações que são realizadas em função dessa percepção. No entanto, de acordo com os autores,

[...] os aspectos humanos da realidade são os que mais nos importam e eles variam de cultura para cultura, uma vez que diferentes culturas têm sistemas conceituais diferentes. Culturas também existem em ambientes físicos diferentes, alguns radicalmente diferentes – selvas, desertos, ilhas, tundras, montanhas, cidades etc. Em cada caso, há um ambiente físico com o qual interagimos, com maior ou menor sucesso. Os sistemas conceituais das várias culturas dependem, em parte, dos ambientes físicos no qual se desenvolvem (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 243).

Conseqüentemente, o sistema conceptual de uma cultura é definido pelo ambiente físico no qual ela está inserida e pelas metáforas criadas no cotidiano; sendo que a somatória desses dois fatores resultariam na forma como se “realiza” – tem-se por real – o mundo. “Já que a maior parte de nossa realidade social é entendida em termos metafóricos e já que nossa percepção de mundo físico é, em parte, metafórica, a metáfora desempenha um papel muito significativo na determinação do que é real para nós” (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 244).

Apartir daí, Lakoff e Johnson afirmam que as similaridades de categorias do sistema conceptual não existem previamente, mas são “resultado de metáforas convencionais que são parte de nosso sistema conceptual” (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 245). As metáforas, então, tornam-se mecanismos criadores do real; pois a partir delas se possibilita estabelecer alguns conceitos de realidade. As construções metafóricas, então, não são apenas lingüísticas, mas sociais, que recriam e modelam os conceitos e as ações de uma cultura.

No entanto, no meio científico, principalmente, as metáforas não possuem uma boa aceitação, pelo seu caráter subjetivo, pois o pensamento científico, partindo de princípios extremamente racionalistas e de uma concepção filosófica de matriz positivista que afirma a superioridade da ciência sobre todas as outras formas de compreensão da realidade (o cientificismo), trouxe consigo a falsa afirmação da *verdade*:

Sua preocupação com a verdade surge de uma preocupação com a objetividade: para eles [os filósofos], a *verdade é objetiva, absoluta*. Concluem, habitualmente, que as metáforas não podem expressar verdades de forma direta e, se enunciam verdades, fazem-no apenas indiretamente, via alguma paráfrase “literal” não metafórica (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 261-262).

Entretanto, faz-se necessário conceituar o que seria (e se existe) essa *verdade* e de que maneira ela se imanta às noções de metáfora e de realidade. Para os autores, “a verdade é sempre relativa a um sistema conceptual definido, em grande parte, pela metáfora” (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 262); posição diferenciada de um senso comum objetivista que declara que

As palavras têm significados fixos, isto é, nossa linguagem expressa os conceitos e as categorias em termos dos quais pensamos. Para descrever a realidade corretamente, precisamos de palavras cujos significados sejam claros e precisos, palavras que correspondam à realidade. Essas palavras podem surgir naturalmente, ou podem ser termos técnicos de uma teoria científica (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 296).

Cabe ressaltar que essa suposta objetividade não se configura discursivamente, uma vez que as escolhas lexicais do falante já expressam características subjetivas a ele, ou remetem a uma subjetividade partilhada (utilizada por membros de uma comunidade específica). Dessa forma, objetividade e subjetividade se firmam em campos distintos, de acordo com os autores,

O objetivismo tem por aliadas a verdade científica, a racionalidade, a precisão, a justiça e a imparcialidade. O subjetivismo tem por aliados as emoções, o conhecimento intuitivo, a imaginação, os sentimentos humanos, a arte, bem como uma verdade “mais alta”. Cada um deles é mestre em seu próprio domínio e vê seu domínio como superior ao outro (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 298).

Partindo dessa premissa, de que tanto o subjetivismo quanto o objetivismo é mestre em seu domínio, observamos que, para os autores também as noções de verdade e de realidade se relativizam ao contexto em questão, por exemplo:

A aceitação da metáfora, que nos obriga a focar *apenas* os aspectos da nossa experiência que ela ilumina, leva-nos a enxergar como *verdadeiras* as implicações da metáfora. Tais “verdades” podem ser verdadeiras, é claro, apenas com relação à realidade definida pela metáfora (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 259).

Essa afirmação, de que a verdade aponta para uma realidade definida (no caso, construída pela metáfora), põe a linguagem como construtora de realidades e as realizações da língua como mecanismos dessa construção. Pois, para os autores,

Na maior parte dos casos, o que está em questão não é a veracidade ou a falsidade de uma metáfora, mas as percepções e inferências que a acompanham e as ações sancionadas por ela. Em todos os aspectos da vida [...] **definimos nossa realidade em termos de metáforas** e então começamos a agir com base nelas (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 260, grifo nosso).

Ter a realidade definida por meio das metáforas implica em ressaltar a instabilidade do real, ou seja, uma vez que se nega não apenas a significação una das palavras, mas também a suposta fixidez da realidade tem-se a linguagem e a interação sociocultural como base de criação e modificação do real. Portanto, essa construção da realidade não é discursiva, mas interacionista, do subjetivo no social.

3.5 REPERCUSSÕES SAUSSURIANAS

Conforme indicamos no início deste capítulo, nesta seção faremos um esboço do posicionamento de Saussure em contraponto com as teorias aqui apresentadas, tendo por objetivo firmar uma concepção de metáfora que, iniciada em Saussure, perpassa esses autores discutidos neste capítulo. A partir desse modo de compreensão da metáfora é que faremos a análise do *corpus* escolhido, a fim de demonstrar a sua funcionalidade na análise dos discursos do Lula.

Este contraponto entre os conceitos de metáfora dos autores trabalhados se fará tanto em relação ao *Curso* (*Curso de Lingüística Geral*), quanto em relação aos *Escritos* (*Escritos de Lingüística Geral*), porém, devemos lembrar que o *Curso* representou a releitura do pensamento saussuriano numa época em que o pensamento estruturalista se formava nas mais diversas áreas do conhecimento, e que foi feito por alguns dos seus alunos.

Partindo dessa constatação, cabe destacar que, embora imediatamente ao nome de Saussure estejam relacionados os posicionamentos do *Curso*, nossa perspectiva de análise, nesta pesquisa, baseia-se, principalmente, nas noções de referência e

metáfora inferidas a partir de seus rascunhos, publicados nos *Escritos*, e discutidas na secção 2.4 do capítulo II deste trabalho.

Antes de discorrermos sobre as concepções de referência e metáfora em Saussure, cabe-nos identificar sucintamente as fronteiras das noções de língua, linguagem, sujeito e discurso para Ricoeur (2000), Foucault (1967), Barthes (1979) e Lakoff e Johnson (2002) em relação ao posicionamento de Saussure, já que foi por esse percurso que trabalhamos as concepções de metáfora. Ou seja, ao trabalharmos a metáfora, nesses diversos autores, o fizemos levando em conta suas concepções de linguagem por entendemos a metáfora não como uma figura de linguagem, mas como fator estruturante da linguagem.

3.5.1 Paralelos

Os conceitos de língua e linguagem, tanto no *Curso* quanto nos *Escritos*, são apresentados imbricados, sendo a linguagem mais representativa do todo e as diversas línguas (enquanto idiomas) como constituindo as partes dessa linguagem. Em seus rascunhos, Saussure afirma que “língua e linguagem são apenas uma mesma coisa: uma é generalização da outra” (SAUSSURE, 2002: 128). Essa indissociabilidade entre língua e linguagem se perpetuou até aos dias de hoje, de maneira que alguns autores não as diferenciam claramente; evidenciando, desse modo, que a herança estruturalista ainda ecoa, apesar das tentativas de negação, pois entre o sistema (língua) e as possibilidades de usos do sistema (fala), emerge o *conceito de valor* como base da diversidade na significação.

Devemos salientar que, para Saussure, “a língua é um fato social.” (SAUSSURE, 2002:154), sendo, portanto, base e fruto do *continuum* da sociabilidade humana. Em seus *Escritos*, ele afirma que “a língua é o conjunto de formas concordantes que esse fenômeno assume numa coletividade de indivíduos e numa época determinada” (SAUSSURE, 2002: 115). Observa-se, com essa assertiva, que a língua se estabiliza por meio das “formas concordantes” inseridas numa estrutura social, uma vez que

[...] os indivíduos que utilizam a linguagem o fazem sempre por iniciativa pessoal, mas sua ação verbal só tem os efeitos que tem pela existência de um sistema que o usuário compartilha com os outros membros da comunidade lingüística de que faz parte. À luz dessa analogia, não admira que Saussure tenha qualificado a língua como um fenômeno social, e que tenha caracterizado a lingüística como um ramo da psicologia social (ILARI, 2005: 58-59).

Ricoeur (2000) é mais objetivo quanto à relação histórico-social da linguagem, enquanto Barthes (1979) retoma a linguagem como instituição social, mas não apresenta uma distinção explícita entre língua e linguagem. Foucault (1967), diferentemente, acrescenta que “[...] a linguagem não será mais do que um caso particular da representação (para os clássicos) ou da significação (para nós)” (FOUCAULT, 1967: 67).

Verificamos que Ricoeur (2000) e Barthes (1979) não rompem com o estruturalismo saussuriano em termos de definição de língua, antes retomam o posicionamento do *Curso* e depois o modificam; de outro modo, Foucault (1967) distingui-se ressaltando o aspecto mais semântico-referencial da língua, enquanto significação nas palavras:

Na sua raiz primeira, a linguagem é feita, como diz Hobbes, de um sistema de notas que os indivíduos escolheram, antes de mais nada, para si próprios: graças a essas marcas podem eles recordar as representações, ligá-las, dissociá-las e operar sobre elas. São essas notas que uma convenção ou uma violência impuseram à coletividade; mas, de toda a maneira, o sentido das palavras só pertence à representação de cada um, e, conquanto seja aceita por todos, não tem outra existência senão no pensamento dos indivíduos tomados um a um: «É das idéias daquele que fala», diz Locke, «que as palavras são os signos, e ninguém as pode aplicar, imediatamente como signos, a outra coisa senão às idéias que ele próprio tem no espírito» (FOUCAULT, 1967: 115).

A teoria cognitivista defendida por Lakoff e Johnson, por sua vez, demonstra certa ruptura no conceito de linguagem, apresentando-a como uma capacidade humana de representação do mundo para si e para os outros, como evidência do sistema conceptual humano. Dessa forma, a língua ultrapassa a imanência do código definindo-se, assim, como sendo extra-código, inserida nesse sistema conceptual. Nas palavras dos autores,

Na maioria dos pequenos atos da nossa vida cotidiana, pensamos e agimos mais ou menos automaticamente, seguindo certas linhas de conduta, que não se deixam apreender facilmente. Um dos meios de descobri-las é considerar a linguagem. Já que a comunicação é baseada no mesmo sistema conceptual que usamos para pensar e agir, **a linguagem é uma**

fonte de evidência importante de como é esse sistema (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 46, grifo nosso).

Vejamos que, para esses autores, a linguagem enquanto evidência do sistema conceptual põe em foco as relações de *cognição social*, pois cognitivamente a assimilação é proveniente de experiências externas que são internalizados por meio dessa cognição social. Dessa forma, tanto sujeito quanto discurso são componentes interacionais, independentes do código, firmando-se na comunicação interativa e nas relações cognitivas, sem assumir uma categoria em si mesmos.

Em Saussure, mais precisamente no *Curso*, não há essa preocupação em definir as categorias de sujeito e de discurso, pois, no *Curso*, esses conceitos não são trabalhados ou, se são, se diluem nas referências a *sujeitos falantes*, sendo que esse sujeito é inserido na coletividade, ou seja, é fruto da cultura em que nasceu, sofre influência da massa falante, mas só tem real importância para a teoria proposta quando visto conjuntamente com outros sujeitos.

Os *Escritos* também se reportam a um sujeito falante, mas acrescentam a definição de discurso, na qual

“[...] consiste, quer seja de maneira rudimentar e por vias que ignoramos, em afirmar uma ligação entre dois dos conceitos que se apresentam revestidos da forma lingüística, enquanto a língua realiza, anteriormente, apenas conceitos isolados, que esperam ser postos em relação entre si para que haja significação de pensamento” (SAUSSURE, 2002: 237).

O discurso, então, se consubstancia na interação inter-sígnica de conceitos que, outrora isolados pela língua, relacionam-se entre si proporcionando “significação de pensamento”. Nisto podemos observar uma diferença quanto ao *Curso*, pois os *Escritos* apresentam-se mais discursivistas.

Quanto à noção de discurso, Barthes (1979) a remete “à materialização da linguagem” e Ricoeur (2000) “à materialidade da língua”, podemos dizer, com isso, que o discurso manifesta-se por meio da língua em movimento, no uso discursivo. Ambas proposições representam a discursividade da língua, isto é, a língua com fim discursivo, sob os jogos dos sujeitos. No paradoxo **materialização versus materialidade**, nas visões de Barthes (1979) e Ricoeur (2000), respectivamente, pode-se inferir que estão implícitas as concepções de processo e produto.

Foucault (1972) vai além, afirmando que o discurso

[...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência [...] é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, colocando o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo (FOUCAULT, 1972:146-147).

As relações sócio-histórico-culturais são manifestas por Foucault tanto na definição de discurso quanto na de sujeito. Cada realização discursiva não é abrupta, mas fruto da continuidade histórica e “[...] o sujeito – o eu que fala – se fragmenta, se esparrama e se dispersa até desaparecer neste espaço vazio” (FOUCAULT, 1990: 13).

Assim sendo, Araújo (2004) afirma que nas obras de Foucault,

A função sujeito leva à pergunta sobre quem fala, quem detém o direito em termos institucionais ou jurídicos de proferir tal discurso. A função sujeito varia, de modo que no enunciado essa posição é vazia e será ocupada por indivíduos até certo ponto indiferentes, quando eles formulam um enunciado ou quando um só indivíduo pode pronunciar uma série deles com posições diferentes e fazendo o papel de sujeitos diferentes (ARAÚJO, 2004: 223).

Partido dessa assertiva, o sujeito não se configura como indivíduo uno e preso a sua unicidade, mas como *posição-sujeito*, ou seja, quais categorias de indivíduos podem ocupar esta ou aquela posição de sujeito, num discurso específico. Observa-se, por exemplo, o discurso acadêmico ou o discurso sindicalista, e as posições de sujeito para cada um desses discursos.

Barthes (1979) também trata do sujeito histórico-social, mas detém-se no âmbito da linguagem, constituindo um sujeito clivado, composto por muito mais do que simples história e linguagem; esse sujeito apresenta-se imerso na sociedade, que se serve da língua para burlar as estruturas da própria língua, o que de certa forma retoma o preceito de língua como fenômeno social.

As diversas posições assumidas pelos teóricos citados dão conta de estabelecer que a relação do signo no *continuum* língua-fala tem muito mais relevo quando

submetida ao consenso social, desse modo, a relação sujeito-linguagem se materializa pelos espaços criados no discurso.

Assim, para Saussure, o signo não aponta para o mundo, mas para a própria linguagem. O *Curso* afirma que “quando se fala em valor de uma palavra, pensa-se geralmente, e antes de tudo, na propriedade que tem de representar uma idéia, e nisso está, com efeito, um dos aspectos do valor lingüístico” (SAUSSURE, 1973:132). Vemos, então, a representação de uma idéia e não de uma realidade, pois a relação linguagem-mundo não é seu objeto de estudo, pois deixaria de ser lingüístico e, na representação dessa *idéia*, o valor seria os matizes de significado que o signo pode portar numa associação inter-sígnica. Em seus *Escritos*, Saussure afirma que

Em lingüística, nós negamos, em princípio, que haja objetos dados, que haja *coisas* que continuem a existir quando se passa de uma ordem de idéias a outra, que seja possível considerar as “coisas” em várias ordens, como se elas fossem dadas por si mesmas (SAUSSURE, 2002:173).

Verifica-se que, para o autor, linguagem e realidade são de ordens distintas, ele não nega a realidade, antes evidencia que não é próprio da língua nomear os objetos, mas expressar relações de valor nos signos. Dessa forma, a linguagem tem seu referente na própria linguagem, e o que determina o valor de um signo dado são suas relações inter-sígnicas. No *Curso*,

O valor, tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é difícilimo saber como esta se distingue dêle, apesar de estar sob sua dependência. É necessário, contudo, esclarecer esta questão, sob pena de reduzir a língua a uma simples nomenclatura (SAUSSURE, 1973: 133).

Vemos que mesmo no *Curso*, os editores se preocuparam em não reduzir a língua a uma nomenclatura, o que confirma ver “as coisas” em várias ordens, mas evidenciam a significação do valor lingüístico. Destarte, ao signo não é dada a função de apontamento, mas de significação que variará de acordo com as relações de valor que emergem no contexto lingüístico, no âmbito de uma determinada coletividade.

A essa noção de valor, devemos acrescentar as ocorrências metafóricas, pois quando utilizamos metáforas, o valor do signo proposto passa a ser metafórico. Nos

Escritos, Saussure afirma que “uma forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardeal. Ela *vale*, por conseguinte ela implica a existência de outros *valores*”. (SAUSSURE, 2002: 30).

Nesse sentido, a metáfora passa a ser uma “possibilidade de valor” que o signo pode vir a ter, restando somente retomar de que forma isso se configura. Nos *Escritos*, o autor afirma que “não há diferença entre o sentido próprio e o sentido figurado das palavras (ou: as palavras não têm mais sentido figurado do que sentido próprio) porque seu sentido é eminentemente negativo” (SAUSSURE, 2002: 67).

Nesse pressuposto, estaria decodificado que a oposição “positivo *versus* negativo” refere-se ao conteúdo do signo, ou seja, as propriedades que o conteúdo do signo remetem em igualdade a outros signos expressam sua positividade, enquanto as diferenças em relação a outros signos, a sua negatividade. Pois “quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema” (SAUSSURE, 1973: 136).

Sendo assim, para Saussure, a metáfora se configura como uma possibilidade de sentido que se materializa pelos traços de significação/distinção contidos no valor que lhe é atribuído na linguagem, diferentemente da noção de desvio que lhe era atribuída dentro do estruturalismo pós-saussureano. De acordo com Lopes (1987), “o princípio do desvio tem sido, na realidade, o mais fecundo dentre os postulados estilísticos modernamente invocados para a construção de uma teoria da literatura em bases científicas” (LOPES, 1987: 07). Diferentemente,

Saussure deu realce ao fato de que a relação significante/significado sempre deve ser considerada à luz do sistema lingüístico em que o signo se insere, e não das situações práticas em que a língua intervém ou das realidades extralingüísticas de que permite falar. Essa recomendação vai no sentido de uma lingüística *immanentista*, ou seja, de uma lingüística que procura minimizar as relações que a língua mantém com o mundo (ILARI, 2005: 64).

O valor lingüístico tem sua base significativa dentro da comunidade lingüística e, principalmente, dentro das possibilidades estabelecidas dentro do seu sistema de significação na sociedade, assim, “o vínculo social tende a criar a comunidade de

língua e imprime talvez ao idioma comum determinados caracteres” (SAUSSURE, 1973: 261), o que condiciona à idéia de metáfora como uma acomodação semântico-social sobre um valor no signo.

O postulado saussuriano de que “na língua só existem diferenças” comprova a dimensão social da língua em oposição à acepção individual da fala e a um suposto sistema fechado, pois as diferenças manifestam-se sobre os traços lingüísticos e, ao mesmo tempo, põem em foco a linguagem metafórica como a exterioridade dessas diferenças (contidas num feixe de valores lingüísticos) que se materializam na esfera social.

Essas considerações demonstram que o signo, na visão de Saussure, não tem uma natureza hermética em relação ao par significante-significado e nem se presta a nomear a realidade pelo parâmetro conotação-denotação. Entende-se, portanto, que o signo lingüístico integra “um sistema livre que só depende de princípios lógicos e, como uma ciência pura, de relações abstratas” (SAUSSURE, 2002: 288).

Dessa forma, a língua passa a ser “tarefa de toda a gente; difundida por u’a massa e manejada por ela, é algo de que todos os indivíduos se servem o dia inteiro [...] **cada qual participa a todo instante e é por isso que ela sofre sem cessar a influência de todos**” (SAUSSURE, 1973:88, grifo nosso). Infere-se, então, que o papel da comunidade é relevante para produzir, a cada momento, novos sentidos; pois as influências recebidas ou transferidas podem recair sobre as construções metafóricas, de modo que todo esforço para sistematizar a língua só se viabiliza num *continuum* de relações sociais.

Nesse sentido, Ricoeur (2000) acrescenta a metáfora como uma acomodação semântica pela via interpretativa, pois

A metáfora não é viva apenas por vivificar uma linguagem constituída. Ela o é por inscrever o impulso da imaginação em um “pensar a mais” no nível do conceito. Essa luta para “pensar a mais”, sob a condução do “princípio vivificante”, é a “alma” da interpretação (RICOEUR, 2000: 465).

Vejamos na citação acima que Ricoeur aponta a vividez da metáfora não apenas ao nível da linguagem, mas também ao da interpretação, como um “pensar a mais”. A metáfora apresenta-se, para o autor, “como uma estratégia de discurso que, ao preservar e desenvolver a potência criadora da linguagem, preserva e desenvolve o poder heurístico desdobrado pela ficção” (RICOEUR, 2000: 13).

Foucault (1967), por sua vez, não desenvolve o conceito de metáfora, mas o podemos inferir por seus posicionamentos quanto à relação linguagem – referencialização. O autor afirma que

Não há linguagem quando a representação se exterioriza mas sim quando, de uma maneira regulada, ela tira de si um sinal e se faz representar por ele. Não é, pois, a título de sujeito falante, nem no interior de uma linguagem já feita, que o homem descobre em torno de si sinais que seriam como outras tantas palavras mudas a decifrar e a tornar audíveis de novo; é, pelo contrário, por a representação pôr em jogo sinais que as palavras podem nascer e, com elas, **toda uma linguagem que não é senão a organização ulterior de signos sonoros** (FOUCAULT, 1967: 149, grifos nossos).

Portanto, a linguagem para Foucault também aponta para a própria linguagem, mas como construção de sentido, sendo que a metáfora é parte constituinte dessa linguagem. Cabendo destacar que nessa concepção de linguagem, a metáfora é intrínseca a essa “organização ulterior de signos sonoros”.

O conceito de valor também é trabalhado por Foucault, em que

[...] para que uma coisa possa representar outra numa troca, é necessário que elas existam já carregadas de valor; e, todavia, o valor só existe no interior da representação (actual ou possível), quer dizer, no interior da troca ou da permutabilidade (FOUCAULT, 1967: 254).

Podemos observar que o sistema de valor de Foucault é mais explícito em suas relações internas, pois estabelece que “o valor só existe no interior da representação”, ou seja, a negociação do sentido se dá dentro das relações lingüísticas que já vêm carregadas de significados prévios e previsíveis, e a metáfora, nesse contexto, é mais uma negociação de sentido, no valor lingüístico.

De outra forma, Barthes evidencia a distinção do significado denotativo e conotativo, distinção esta que se perpetua até aos dias de hoje nos manuais de ensino, porém de maneira mais simplificada. Para o autor, o plano de denotação é similar à metalinguagem, na qual se tem o signo pelo signo – nas palavras do autor, “*uma Semiótica que trata de uma Semiótica*” –, o sentido denotativo, então, é o sentido sem interferências dos sujeitos. Já o plano da conotação,

[...] compreende significantes, significados e o processo que une uns aos outros (significação), e é o inventário destes três elementos que se deveria primeiro empreender para cada sistema. Os significantes de conotação, que chamaremos *conotadores*, são constituídos por *signos* (significantes e significados reunidos) do sistema denotado (BARTHES, 1979: 96).

A metáfora para Barthes, então, está imbricada ao sistema conotativo, sabendo-se que este tem por significante um signo pré-existente no plano denotativo, que também opera na significação. Pois “seja qual fôr o modo pelo qual a conotação ‘vista’ a mensagem denotada, ela não se esgota: sempre sobra ‘denotado’ (sem o quê o discurso não seria possível)” (BARTHES, 1979: 97); desta maneira, o sentido sempre terá uma base denotativa – pré-existente. O autor acrescenta que

[...] o conjunto de uma análise semiológica mobiliza ordinariamente, ao mesmo tempo, além do sistema estudado e da língua (denotada) que dêle se encarrega mais freqüentemente, um sistema de conotação e a metalinguagem de análise que se lhe é aplicada; **poderíamos dizer que a sociedade, detentora do plano de conotação, fala os significantes do sistema considerado**, enquanto o semiólogo fala-lhe os significados; êle parece possuir, pois, uma função objetiva do deciframento (sua linguagem é uma operação) diante do mundo que naturaliza ou mascara os signos do primeiro sistema sob os significantes do segundo; sua objetividade, porém, torna-se provisória pela própria história que renova as metalinguagens (BARTHES, 1979: 99, grifo nosso).

Quando o autor evidencia que a sociedade é detentora do sistema de conotação, ele prima pela condição natural dos sentidos conotativos, tendo, portanto, a metáfora como o sistema mesmo da língua. E este sistema aponta e constrói a realidade dentro da própria linguagem.

Diferentemente, Lakoff e Johnson, nos seus recentes estudos dentro do cognitivismo, entendem o sentido construído na interação, sabendo-se que ela se processa entre os sujeitos e entre o sujeito e o meio. As relações de sentido se estabelecem baseadas em estruturas pré-determinadas (como as metáforas

estruturais) e de acordo com a experiência corpórea a partir das coordenadas sujeito-sujeito e sujeito-mundo (como as metáforas orientacionais). Partindo disso, a realidade existe no discurso e a metáfora apresenta-se como construção dessa realidade por meio da interação.

Cabe ressaltar que, para Lakoff e Johnson, nessa perspectiva, a metáfora como construção de realidade delimita-se dentro das possibilidades apresentadas pela interação. Contrasta-se, portanto, ao “princípio onipresente em toda a sua ação livre” que Ricoeur enquadra a metáfora: como criação e recriação. Nas palavras dos autores,

[...] a maior parte de nossa realidade social é entendida em termos metafóricos e já que nossa percepção de mundo físico é, em parte, metafórica, a metáfora desempenha um papel muito significativo na determinação do que é real para nós (LAKOFF; JOHNSON, 2002: 244).

Tendo por base toda a discussão acima referida, assumimos o posicionamento teórico de Saussure nos *Escritos*, no que tange às concepções de sujeito, discurso, referência e metáfora; assimilando também as proposições de Ricoeur (2000) e Barthes (1979) para a análise do *corpus*. Conforme Ricoeur,

[...] a linguagem, como bem o viu Shelley, é “vitalmente metafórica”; se “bem metaforizar” é ter domínio das semelhanças, então não poderíamos sem ela apreender nenhuma relação inédita entre as coisas. Longe de ser um desvio em relação à operação comum da linguagem, **a metáfora é “o princípio onipresente em toda a sua ação livre”; não constitui um poder adicional, mas a forma constitutiva da linguagem** (RICOEUR, 2000: 128, grifo nosso).

Temos, então, a metáfora como “a forma constitutiva da linguagem”, que se apresenta na construção da realidade, realidade esta que se faz no e pelo discurso. Nossa perspectiva discursiva entende o sujeito como sendo sócio-histórico-cultural e a formação dos valores lingüísticos a partir da coletividade, instancia detentora das coordenadas de sentido e significação.

Portanto, na análise dos dois discursos da vitória do Lula (2002) e (2006), que procederemos no capítulo seguinte, o foco recai sobre a construção de realidade que se processa através das metáforas então utilizadas pelo presidente eleito. Neste sentido, interessa-nos analisar em que medida um discurso difere/converge do

outro. Deve ficar claro, ainda, que por entendemos a metáfora como própria da linguagem e não como desvio, e por entendê-la dentro do sistema de trocas que se dá no nível histórico-social e não somente como fator de interação alicerçado no social, pretendemos olhar no discurso do Lula não a condensação de metáforas que refletem o social e sim uma construção de realidade que tangencia a realidade, construindo e instalando as relações sociais.

Destarte, pelo viés que propomos, retomar Saussure significa demonstrar sua atualidade, uma vez que em seus *Escritos* ele pôde expressar-se tão contemporâneo, apesar de ter sido taxado como retrógrado e superado. Entender a língua como um “fato social”, apresentar a variação de significação – e nela a metáfora – através do valor lingüístico como sendo algo natural à língua (e não um desvio) e, incluir o aspecto sócio-histórico-cultural na constituição de sujeitos e discursos, impõe uma atemporalidade a Saussure que não pode ser negada.

4. AS METÁFORAS NOS “DISCURSOS DA VITÓRIA” DO LULA

No percurso desta dissertação, após revisitar Saussure e discutimos algumas divergências e convergências ideológico-conceituais entre o *Curso* e os *Escritos*, vimos que a metáfora não é concebida por ele como um desvio, e sim como uma possibilidade de valor lingüístico.

Em seguida, retomamos quatro concepções de metáfora – Ricoeur (2000), Foucault (1967), Barthes (1979) e Lakoff e Johnson (2002) – demonstrando os avanços e os rompimentos dessas concepções em relação à proposição de Saussure. A partir desse cotejo, pudemos definir nosso recorte de análise, para o qual nos ateremos a Saussure em conformidade com Ricoeur e Barthes.

Na seqüência desses estudos, prossegue-se a análise do *corpus* à luz das posturas teóricas aqui adotadas e defendidas nos capítulos anteriores. Para compor o *corpus* de análise, selecionamos os dois “Discursos da Vitória” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cabendo ressaltar que tal escolha se deu porque esses discursos traduzem, por meio das metáforas, a realidade construída na linguagem.

Em virtude da escolha desse *corpus*, consideramos ser importante uma apresentação sucinta do presidente Lula para determinarmos o contexto social do falante e a situação política do Brasil no ensejo de suas vitórias, posto que em muitas ocasiões, tanto como candidato quanto como presidente já eleito, Lula sempre retoma a origem humilde de um nordestino de pouca instrução, como alicerces de sua visão de mundo e de Brasil, e muitas vezes fazendo de sua gênese um reforço em suas metáforas.

Auxiliando a estratégia de análise do nosso *corpus*, acrescentaremos fragmentos de dois documentários sobre o Lula, que se completam: *Peões*, de Eduardo Coutinho; e *Entreatos*, de João Moreira Salles, ambos filmados no período que antecedeu as eleições de 2002. O primeiro documentário focaliza a história de alguns metalúrgicos que foram companheiros de Lula em sua militância nas greves de 79 e 80. O segundo – DVD duplo –, expõe os bastidores da campanha de 2002; acrescentando-se a este um *Extra* chamado *Atos: A campanha pública de Lula*, em

que retoma fragmentos da campanha pública do Lula. Os dados biográficos foram retirados, principalmente, dos livros *Lula: o filho do Brasil*, de Denise Paraná e *Lula: o início*, de Mário Morel, além de alguns dados terem sido colhidos no site do jornal Estadão.

A data de nascimento de Lula é controversa, sua certidão de nascimento marca a data de 27 de outubro de 1945, já sua mãe afirma que ele nasceu no dia 06 de outubro de 1945. O presidente prefere acreditar na memória da mãe, o que é plausível, uma vez que, no nordeste brasileiro, é muito comum (e o era muito mais na década de 40) a criança nascer numa data e somente algum tempo depois alguém sair para registrá-la, e nesse intervalo, ou o pai errar a data, ou ficar a data do dia do registro em lugar da data do dia do nascimento. Ele é o sétimo filho de Aristides Inácio da Silva e Eurídice Ferreira de Mello. “Batizado de Luiz, o menino logo recebeu o apelido de Lula, bastante comum naquela região nordestina” (PARANÁ, 2002: 26).

Aos 7 anos Lula migra para São Paulo, onde cresce e escreve sua história sindical e política. Depois de participar da criação do PT (Partido dos Trabalhadores) em 1980, da criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1983, de concorrer a governador de São Paulo em 1982 e ser o deputado federal mais votado em 1986, Lula passa a concorrer à presidência.

Nas eleições diretas para a Presidência de 1989, Lula perde apenas por uma diferença de 6% dos votos no segundo turno para Fernando Collor de Mello; em 1994, a derrota é mais expressiva, ocorrendo ainda no primeiro turno, o que se repete também nas eleições de 1998, ambas elegendo e reelegendo Fernando Henrique Cardoso como presidente da República.

Em 2002 as eleições vão para o segundo turno e Lula se elege para a presidência da República. Vale lembrar que o primeiro turno ocorreu no dia 6 de outubro, data de nascimento do Lula, segundo afirma sua mãe; e o segundo turno foi no dia 27 de outubro, data de nascimento de acordo com sua certidão. Ele quase é eleito no primeiro turno, mas sua certidão de nascimento marcou uma nova data para seu

presente: o sonho que se torna realidade. Em 2006 ele é reeleito (também no segundo turno) e é o atual presidente do Brasil.

A escolha do *corpus* desta pesquisa, o estudo das metáforas nos discursos de Lula, deve-se à sua capacidade de articular com uma extraordinária habilidade e rapidez de raciocínio elementos da ordem cotidiana para situar fatos complexos da política e da sociedade. Tal desenvoltura se verifica com bastante frequência em todos os níveis de manifestação discursiva – formal e informal – tanto no cenário nacional como em compromissos internacionais.

Partindo desse histórico político, e considerando que os discursos de Luiz Inácio sempre são cheios de alusões metafóricas, escolhemos como *corpus* desta pesquisa os dois “Discursos da Vitória” do presidente, discursos estes proferidos após o resultado oficial das urnas.

Por conseguinte, neste capítulo retomamos alguns aspectos principais do referencial teórico, assumindo uma posição de analista do discurso, entendendo a metáfora como “a forma constitutiva da linguagem”, que se apresenta na construção da realidade. Para tanto, recorreremos ao posicionamento teórico de Saussure nos *Escritos* harmonizado com as proposições de Ricoeur (2000) e Barthes (1979) para analisarmos nosso *corpus*.

Cabe ressaltar que analista do discurso, neste caso, é uma terminologia voltada para o olhar do pesquisador sobre o discurso de Lula e não a uma filiação analítica das correntes francesa e/ou americana da Análise de discurso, portanto, trataremos de cada discurso como um todo e não só de suas partes, ao examinar as metáforas.

4.1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

O referencial teórico desta pesquisa foi desenvolvido a partir do aprofundamento e da análise dos posicionamentos teóricos de Saussure no que tange às concepções de língua, linguagem, signo, valor lingüístico, sujeito, discurso e referência; intencionando abstrair deles o conceito de metáfora pelo viés saussuriano.

A partir dessa pesquisa, baseada na comparação entre o *Curso e os Escritos*, foi escolhido um *corpus* pelo qual se discutirá como as construções metafóricas podem ser entendidas com base na combinação teórica de Saussure com as considerações de Ricoeur (2000) e Barthes (1979), sendo estes complementares na construção desse referencial.

Retomando o que foi dito nos capítulos anteriores, cabe destacar que partiremos da influência da coletividade nos fenômenos semiológicos defendida por Saussure, para analisarmos as contribuições sócio-culturais refletidas no todo discursivo e, conseqüentemente, nas metáforas que compõem o texto. Pois, segundo o autor,

[...] se o meio da coletividade modifica tudo para o sistema de signo, ele é também, desde a origem, o verdadeiro ambiente de desenvolvimento a que tende, desde o seu nascimento, um sistema de signos: um sistema de signos feito para a coletividade, como o barco para o mar (SAUSSURE, 2002: 249).

Para Saussure, o sujeito é ainda reconhecido simplesmente como falante, todavia com marcas histórico-culturais. Será dessa forma que consideraremos o sujeito do nosso discurso.

Contudo, a língua é um fenômeno diferenciado da realidade imediata. Ao se constituir a partir de um sistema semiológico, a língua, dentro de uma comunidade lingüística, instaura relações de troca a partir de valores lingüísticos específicos. Desse modo, mesmo sem pretendemos uma análise exaustiva dos dois discursos, não podemos desconsiderar os fatores histórico-sociais envolvidos nos pronunciamentos do presidente.

Interessa-nos, portanto, observar esse jogo de trocas nos valores imbricados nos dois momentos históricos então diferenciados: um do primeiro mandato, que carrega todo um percurso político do presidente; e um do segundo mandato, que ampara as suas atuais posições políticas, frente às condições administrativas do país. Por isso a história do presidente nos interessa, em seu percurso político para observarmos de que modo isso se reflete na sua linguagem.

Já que Saussure não toma por base de seus estudos unicamente a palavra como centro da significação, mas também o discurso, uma vez que

Embora seja necessária uma análise para fixar os elementos da palavra, a palavra em si mesma não resulta da análise da frase. Porque a frase só existe na fala, na língua discursiva, enquanto a palavra é uma unidade que vive fora do todo discursivo, no tesouro mental (SAUSSURE, 2002: 105).

achamos por bem observar os valores impressos nos campos semânticos predominantes nos dois discursos, buscando então, uma melhor compreensão da metáfora enquanto construção de realidade no discurso.

Cabe salientar que, ao analisarmos as metáforas dos discursos selecionados, não o fazemos como uma análise do desvio – na qual a metáfora é uma alegoria pretendida e consciente do sujeito –; mas a entendemos como um recurso natural da língua, ou seja, assim como poderíamos estudar os dêiticos, os anafóricos ou os tempos verbais empregados nos textos, escolhemos as metáforas como objeto de estudo. Desta forma, quando selecionamos e agrupamos algumas metáforas o fazemos apenas como um recurso metodológico, porém, sempre considerando o todo discursivo e sua inserção histórico-social.

Cabe ressaltar, que embora o discurso tenha sido proferido pelo presidente Lula, ele não foi feito de improviso, e possivelmente, contou com a ajuda de seus assessores em sua elaboração. No entanto, dentro da perspectiva saussuriana, a constituição do sujeito do discurso não é particular, pois apresenta apenas um *sujeito falante*, constituído histórico-socialmente. Portanto, não nos interessa a autoria do discurso, pois entendemos um sujeito histórico-social, que não só controla parcialmente seu discurso, como também encontra sua força no conjunto com os outros sujeitos da sociedade. Saussure ressalta que

[...] cada fato de linguagem existe ao mesmo tempo na esfera do presente e na esfera do passado, mas com duas existências distintas, e comporta não UMA, mas regularmente DUAS EXPRESSÕES RACIONAIS, legítimas do mesmo jeito, uma tão impossível de suprimir quanto a outra, mas acabando por fazer da mesma coisa duas coisas; isso sem nenhum jogo de palavras, como também sem nenhum mal entendido sobre o que acabamos de chamar de *coisa*, a saber, um objeto de pensamento distinto, e não uma idéia diversa do mesmo objeto (SAUSSURE, 2002: 44-45).

Destarte, a realidade construída dentro desse contexto de batalha só se efetiva nas relações inter-sígnicas – e não na relação sujeito-discurso – que emergem no discurso e, principalmente, nas relações de valor semântico que se manifestam na coletividade. Isso porque os valores definidos não estão em pleno controle de ninguém, mas do coletivo social; no qual ficam manifestas a historicidade do significado e a atualização discursiva do sentido, pois

No momento em que se fala de *valores* em geral, em vez de se falar, ao acaso, do *valor* de uma forma (que depende absolutamente dos valores gerais), percebe-se que é a mesma coisa colocar-se no mundo dos signos ou no das significações, que não há o menor limite definível entre o que as formas *valem* em virtude de sua diferença recíproca e material, e aquilo que elas *valem* em virtude do sentido que nós atribuímos a essas diferenças. É uma disputa de palavras (SAUSSURE, 2002: 30).

O valor, então, é ilimitado no tocante a possibilidades significativas, sendo que essas possibilidades se referem tanto às relações inter-sígnicas/diferencial, quanto no valor atribuído pelo e no discurso.

Do mesmo modo, a determinação dos valores dos signos, não apenas individualmente ao signo, mas no todo do discurso abrange a relação de denotação e conotação referendada por Barthes, conforme evocamos no capítulo anterior, terceira seção. De modo que a conotação só existe junto com a denotação e esta vai se transfigurando, se estabilizando para dar base a novas conotações. É um movimento em conjunto (denotação e conotação) que forma a significação. Ricoeur acrescenta a proposição de Le Guern de que

[...] na metáfora se combinam um fenômeno puramente *denotativo*, o mesmo que se definiu pela redução sêmica, e um fenômeno de *conotação*, exterior à função propriamente lógica ou informativa do enunciado; a função conotativa, no caso da metáfora exprime-se no papel de “*imagem associada*” que é, portanto, uma conotação *psicológica* e, além disso, uma conotação não livre, mas *imposta* (RICOEUR, 2000: 283).

Desse modo, o valor lingüístico encerra em si a convergência entre denotação e conotação, pois “[...] uma melhor análise semântica do processo metafórico basta para dissipar a mística do ‘próprio’, sem que a metáfora sucumba com ela.” (RICOEUR, 2000: 447). A metáfora, portanto, não concorre com o sentido próprio, mas apresenta-se como *valor* dentro das possibilidades discursivas.

Considerando esse esboço teórico, que retoma muito sucintamente o que foi explicitado no Capítulo II e na quinta seção do Capítulo III, temos o valor lingüístico como pilar nas considerações da metáfora, combinando o significado semântico/lingüístico ao sentido discursivo para a análise do *corpus*.

Definido o referencial teórico e escolhido o *corpus*, colhemos o “Discurso da Vitória” de 2002 do site da *Folha OnLine* e o de 2006 do site da revista *Veja*. Após algumas leituras desses discursos, notou-se a necessidade de retomar a história do Lula a fim de compreender a realidade por ele construída no todo de cada pronunciamento.

A elaboração do histórico do presidente procedeu da leitura dos livros *Lula, o filho do Brasil* – sua única biografia autorizada – e *Lula: o início* – cuja 1ª edição foi em 1981, composta por entrevistas com Lula e com amigos militantes, buscando apresentar o metalúrgico mentor do recém-nascido PT. Em prosseguimento, foram vistos os documentários: *Peões* e *Entreatos*, o primeiro com entrevistas a militantes do período de 79 e 80 e o segundo mostrando os bastidores da eleição. Por fim, foi visto o *extra* do *Entreatos*, que se configurou como um outro documentário: *Atos: A campanha pública de Lula*.

Essa preparação se deu a fim de compreender tanto a história pessoal quanto a político-social do Lula com o objetivo de fundamentar os discursos com a herança sócio-histórica que envolveu o Lula e a sociedade como um todo, criando um confronto histórico-social para cada manifestação discursiva.

A partir desse entremeio histórico, cada discurso foi analisado separadamente: a princípio foram destacadas ocorrências metafóricas que se apresentava em destaque; tendo por base o conceito de metáfora como “forma constitutiva da linguagem”; portanto, considerada e analisada como uma possibilidade de *valor* do signo, ou seja, uma significação natural no discurso.

Depois das metáforas selecionadas, foi observada a recorrência de determinados campos de referência – metáforas semanticamente ligadas –; a partir disso as metáforas foram semanticamente agrupadas e analisadas em conjunto, de acordo com seu contexto discursivo. Sendo este contexto discursivo acrescido de falas

retiradas dos documentários sobre o Lula, que sustentavam o caráter coletivo de cada discurso.

Na próxima secção, cada discurso constitui uma análise distinta, pois entendemos que sua inserção histórica é diferenciada, implicando, portanto, em duas investigações que serão confrontadas nas conclusões das análises.

4.2 ANÁLISE DO *CORPUS*

4.2.1 *A esperança venceu o medo*

Como temos visto, para Saussure, a língua é um fato social

É porque, em nenhum momento, contrariamente à aparência, o fenômeno semiológico, qualquer que seja ele, deixa fora de si mesmo o elemento da coletividade social: a coletividade social, com suas leis, é um de seus elementos *internos* e não *externos*, esse é o nosso ponto de vista (SAUSSURE, 2002: 249).

De acordo com a citação acima, a coletividade social e suas leis são partes integrantes de qualquer fenômeno semiológico, desta forma, as metáforas têm, em sua formação, influências da coletividade social. Segundo Saussure, a linguagem é “[...] a mais formidável ferramenta de ação coletiva e, por outro, de educação individual, o instrumento sem o qual o indivíduo ou a espécie jamais poderia aspirar a desenvolver, em algum sentido, suas faculdades nativas” (SAUSSURE, 2002: 128).

Tendo a linguagem como “ferramenta de ação coletiva” e, portanto, sujeita a influências coletivas, podemos observar como a história do Lula ratifica o “Discurso da Vitória” de 2002. Durante um comício em sua campanha eleitoral, Lula afirmou: “Na minha cabeça, cada *derrota* era a certeza que a *luta* tinha que continuar” (LULA – ATOS, 2004). Verifica-se o contexto semântico de *guerra* (derrota/luta) no todo discursivo, isso porque o presidente eleito passou, segundo suas próprias avaliações, por uma verdadeira batalha para chegar à presidência da República, ressaltando em sua retórica a trajetória de como saiu do “chão da fábrica” para ocupar o mais alto cargo da nação. Esse discurso configura a postura dele mesmo como um vencedor na sua luta.

Corroborando essa perspectiva, inicialmente o discurso apresenta uma metáfora (*venceu / vitória*)³ remetendo ao valor de triunfo numa guerra. Essa primeira formação discursiva metafórica representa a base do discurso no qual o presidente Lula aparece como “um guerreiro que luta a batalha de cada um”:

“A esperança *venceu* o medo” (LULA, 2002, L. 02).

Ao utilizar as expressões “esperança” e “medo” nessa formação metafórica, Lula está remetendo às propagandas eleitorais da época, pois, na ocasião do segundo turno, sua base de campanha pautava-se sobre o tema da esperança; por outro lado, intentando desbancar essa base, a campanha do outro candidato (José Serra – PSDB), na ofensiva, utilizava muito a expressão “medo de mudar”.

Quando Lula declara que “a esperança *venceu* o medo”, ele evoca no ouvinte a campanha eleitoral, colocando-se como a esperança de um novo Brasil, e que não haveria razão de ter medo dessa mudança. Nessa metáfora, a articulação em torno do verbo *vencer* polariza vencidos e vencedores, deixando transparecer que os vencedores encarnam o bem e os vencidos o mal: respectivamente, *esperança* e *medo*. Essa interpretação metafórica é possível, pois, de acordo com Ricoeur,

[...] o emprego metafórico de uma palavra sempre pode ser oposto ao seu emprego literal, porém literal não quer dizer próprio no sentido de originário, mas simplesmente corrente “usual”; o sentido literal é aquele que está lexicalizado. Não há necessidade de uma metafísica do próprio para justificar a diferença do literal e do metafórico (RICOEUR, 2000: 447).

A partir dessa oposição bem e mal, evidencia-se a tensão de uma grande batalha – dentro do contexto social da época, de um lado estaria a elite dominadora dos partidos de direita, e do outro o bloco esquerdista representando a sociedade brasileira – e enfim tivesse triunfado a sociedade brasileira representada pelo partido esquerdista. No fragmento a seguir, ecoa uma voz nacionalista que procura ser a voz do povo.

“uma *vitória* da sociedade brasileira e de suas instituições democráticas” (LULA, 2002, L 06-07).

³ Determinar se *vencer*, *perder*, *derrotar* e *ganhar* são metafóricos ou não é bastante complexo, no entanto, aqui entendemos como metafóricos por auxiliarem a construção dessa realidade no discurso.

Partindo da realidade vivida pelo presidente Lula ao longo de sua vida, e conhecendo a realidade dos marginalizados, ele apresenta-se como um combatente em seu discurso, que luta em prol dos que sofrem, pois conforme Paraná retoma Lewis (1965)

os que vivem dentro da cultura da pobreza têm um forte sentido de marginalidade, de abandono, de dependência, de não pertencer a nada. São como estrangeiros em seu próprio país, convencidos de que as instituições existentes não servem a seus interesses e necessidades (PARANÁ, 2003: 380).

Em virtude disso, o presidente trata o novo governo também como uma guerra, mas agora a guerra é contra as mazelas sociais e em favor dos marginalizados. Por esse ângulo, conceber o governo a partir da semântica da *guerra* é constituir uma nova significação tanto à realidade quanto à guerra, por meio de uma transferência de sentido. Essa transferência de um campo referencial a outro se processa dentro de uma compatibilidade contextual e em consonância com a comunidade lingüística em que ocorre. Ricoeur afirma que o

[...] sentido já constituído é desligado de sua ancoragem em um campo de referência primeiro e projetado no novo campo de referência para o qual contribui desde então para fazer surgir a configuração. Mas essa transferência de um campo referencial a outro supõe que este campo já esteja presente de algum modo, de maneira inarticulada, e que exerça uma atração sobre o sentido já constituído para arrancá-lo à sua ancoragem primeira. É no objeto semântico deste outro campo que reside a energia capaz de operar essa separação e essa transferência. **Mas isso não seria possível se a significação fosse uma forma estável. Seu caráter dinâmico, direcional, vectorial, conspira com o objetivo semântico que procura preencher sua intenção** (RICOEUR, 2000: 459, grifo nosso).

Ao exprimir essa “transferência de campo de referência”, Ricoeur retoma a concepção de valor lingüístico, no qual a variação do “campo de referência” enquanto metáfora representa apenas mais uma possibilidade de valor para a significação.

Em função do pressuposto de que a construção de sentido é direcional, ao longo do discurso, temos a construção de uma realidade pautada na repetição de uma mesma metáfora: *combate*.

1 – “seguimos travando o bom *combate*. O *combate* em favor dos excluídos e dos discriminados. O *combate* em favor dos desamparados, dos humilhados e dos ofendidos” (LULA, 2002, L. 26-28).

2 – “compreenderam a necessidade de combater a pobreza” (LULA, 2002, L. 45-46).

3 – “*combate implacável* à corrupção”. (LULA, 2002, L. 73).

4 – “Vamos *aplar* a fome, *atacar* o crime, *combater* a corrupção” (LULA, 2002, L. 76-77).

5 – “o selo do *combate* à fome” (LULA, 2002, L. 80).

6 – “o *combate* ao flagelo da fome” (LULA, 2002, L. 83).

7 – “amplo programa de *combate* à fome” (LULA, 2002, L. 109).

8 – “parcerias que permitam um *combate* implacável ao narcotráfico” (LULA, 2002, L. 144).

Esse signo lingüístico – *combate*⁴ – possui um forte efeito discursivo porque, nos diferentes contextos apresentados – fome, corrupção, criminalidade – remete a uma realidade da coletividade social, isto é, comumente a sociedade brasileira trata lingüisticamente os problemas e as crises sociais como adversários a serem combatidos. Mas agora, este novo governo apresenta-se com armas mais potentes e eficazes que as utilizadas em combates anteriores (governos anteriores).

Assim sendo, quando se posiciona na “frente de combate” em relação aos problemas sociais, o presidente assume um lugar de liderança não apenas política, mas pessoal. Ou seja, seu discurso continua no âmbito da promessa, alimentando a esperança da população de que, com esse novo governo, não se terá apenas mais um presidente (como todos os outros), mas “um guerreiro que luta a batalha de cada um”. Numa tentativa de resgate de discursos passados a perspectiva projetada nessas metáforas é de um salvador da pátria, pátria esta tomada como devastada por estratégias de guerra equivocadas – planos e medidas sócio-econômicos

⁴ Cabe salientar que estamos tratando o signo *combate* a partir da forma como constrói a realidade no discurso, sem considerar a variedade de níveis que é possível abordá-lo, como combater a fome ser muito diferente – e até certo ponto contrário – a combater o narcotráfico, por exemplo.⁹⁰

inócuos. Mas agora um “guerreiro” identificado com a luta dos menos favorecidos e por isso alguém mais confiável.

No documentário “Peões” a militante Maria Elza Lourenço de Souza comenta:

O que eu mais admiro no nosso Hino Nacional é essa parte: “verás que um filho teu não foge à luta” Porque eu acho bonito, a pessoa lutadora como você perguntou do Lula [...] Porque o Lula, independente, olha que ele passou por barras na greve [...] ele sofreu mais, né, porque ele foi cassado, ele foi preso, ele sofreu bem mais. E o quê? Ele fugiu? Onde ele está hoje? **Ele é o nosso Hino Nacional: verás que um filho teu não foge à luta. Ele não foge** (ELZA – PEÕES: 2004).

Podemos observar que a história política de Lula concedeu a ele um perfil arrojado que lhe permitiu dialogar com o público (eleitor) em torno de questões sociais básicas. Isso talvez se deva ao fato de ser uma voz nordestina conhecedora das mazelas e das aspirações de um povo marcado pela desigualdade. Logo, o fato de ele vir de uma origem pobre, lutar ao lado da classe trabalhadora e, apesar das perseguições, não desistir, outorga-lhe uma posição de herói nacional.

Outro militante, Geraldo Ancineto de Souza, quando questionado sobre o que sentia em relação ao período das graves, acrescenta: “meu sentimento é grande; porque a gente estava lutando por uma melhora e o Lula foi um herói na época. O Lula foi um herói” (GERALDO – PEÕES, 2004).

A noção de valor não está imbricada apenas nos signos do discurso, mas também na imagem construída acerca do Lula, não enquanto indivíduo, mas inserido no contexto social. Como afirma Ricoeur, “[...] à denotação diz respeito a seleção sêmica, da conotação resulta a imagem associada” (RICOEUR, 2000: 349). Dessa forma, conceber o Lula como herói é associá-lo, por meio do seu histórico político-cultural, a uma esperança de salvação para o país.

Com o decorrer do discurso o presidente faz menção aos que apoiaram, ao longo da história, a sua jornada política (pois não esteve sozinho), de forma que essa jornada – metaforicamente – também foi uma batalha:

“Souberam *resistir* [...] Todos aqueles que não *desertaram* do nosso sonho” (LULA, 2002, L. 38-39).

O discurso entrincheirado na metáfora da guerra constrói a imagem de bravura e coragem em oposição aos adversários (e alguns desertores) tidos como tímidos e vacilantes. Como pode ser referendado nos trechos abaixo, o novo governo já se mostra pronto a realizar mudanças no cenário nacional:

“*defender* o interesse nacional” (Lula, 2002, L. 46).

“política *ofensiva* de exportações” (Lula, 2002, L. 97).

“protecionismo injusto das grandes potências econômicas um *obstáculo* que não pouparemos esforços para *remover*” (LULA, 2002, L. 110-111).

Na esteira dessas metáforas, sobressaem as dificuldades a serem enfrentadas por esse governo que encontra um país num momento de crise (2002) e por isso Lula utiliza com mais vigor a metáfora da guerra, pois, numa *ofensiva* política, não há *obstáculos* “irremovíveis” que não possam ser superados com determinação e esforço; logo, há uma retomada do ideal guerreiro, do estrategista salvador da pátria. Os valores abstraídos dessas formações discursivas, confirmam a proposição de Ricoeur, de que

Os dois planos do signo e do discurso não são somente distintos; o primeiro é uma abstração do segundo, e é a seu próprio uso no discurso que o signo deve, em última análise, seu sentido de signo; como saberíamos que um signo *vale por...* caso não recebesse de seu *emprego* no discurso seu objetivo, que o relaciona àquilo *pelo que* ele vale? (RICOEUR, 2000: 332).

Assim, o valor de coragem inserido nas metáforas “*defender* o interesse nacional”, “política *ofensiva* de exportações” e “protecionismo injusto das grandes potências econômicas um *obstáculo* que não pouparemos esforços para *remover*” relaciona-se ao posicionamento do governo ante as relações políticas e econômicas internacionais, que em 2002 estavam extremamente complexas, pois o governo anterior havia aberto o país ao capital internacional, de modo indiscriminado. Esse

deveria ser, portanto, o primeiro foco a ser combatido. Com essas metáforas ratifica-se a imagem de bravura já construída e acrescentam-se as estratégias de guerra que serão usadas nesse campo de batalha.

Mantendo a realidade discursiva com as necessidades nacionais, a preocupação com a Amazônia é constante em toda a sociedade brasileira, haja vista as freqüentes denúncias de permissividade e omissão no que diz respeito à preservação da natureza. A partir disso, o governo é apresentado como um protetor dos interesses ecológicos da nação brasileira. No fragmento do discurso, abaixo transcrito, o *guardião* pressupõe que não haverá trégua para com os possíveis depredadores do espaço e das riquezas naturais. Mais uma vez o discurso flui na perspectiva da guerra por insinuar que, sobre os limites fronteiriços, a vigilância estará atenta.

“Nosso governo será um *guardião* da Amazônia e da sua biodiversidade” (LULA, 2002, L. 139).

Podemos observar que o discurso do presidente estrutura-se sobre as metáforas de uma batalha em todas as frentes, uma vez que esse campo de referência é plenamente conhecido e assimilado pela comunidade de destino – nesse caso o reforço metafórico encontra ecos no próprio Hino Nacional: “[...] verás que um filho teu não foge à luta [...]”, como aludiu a militante Elza – e, portanto, respalda a realidade social do país. Afinal, nada mais nacionalista para um presidente recém-eleito ser proclamado um guerreiro, ainda mais num país com extremas dificuldades e à beira de um “abismo financeiro e social” como se encontrava na ocasião.

Considerando a relação denotação e conotação, a significação converge o sentido lexicalizado e um sentido adquirido. Destarte, como mecanismo que corrobora o todo significativo do texto, num movimento convergente entre denotação e conotação, também são usadas metáforas desgastadas pelo uso – *colher os frutos*.

“A nossa chegada à Presidência da República é *fruto* de um vasto esforço coletivo” (LULA, 2002, L. 17).

“*colherem os frutos* de seu árduo trabalho, de sua dedicação e sacrifício militante” (LULA, 2002, L. 20).

Embora o signo *fruto* possa trazer sobre si o valor de *resultado*, como se a chegada à presidência fosse caracterizada como consequência natural de “um vasto esforço coletivo”, observamos no todo textual que o valor mais apropriado a ser empregado nesse contexto é o de *prêmio/retribuição*, uma vez que na sequência ele afirma que as camadas oprimidas puderam (igualmente) colher os frutos “de seu árduo trabalho, de sua dedicação e sacrifício militante”. Essa fala também recobre o eixo semântico da guerra – *árduo trabalho e sacrifício militante*.

Já no fechamento de seu discurso, Lula dedara:

“Não vou decepcionar o povo brasileiro. A manifestação que *brotou* ontem do fundo da alma dos meus compatriotas será a minha *inspiração* e a minha *bússola*” (LULA, 2002, L. 152-153).

Pode-se perceber nesse fragmento um forte tom emocional em que um militante que se erige das massas fala o que a massa espera dele: “não vou decepcionar o povo brasileiro”, agora ele não precisa mais lutar pelos “militantes”, pois estes se transformaram em “compatriotas”, estão todos juntos lutando uma mesma batalha.

Agora a direção do governo passa a estar nas mãos do povo, que é a *bússola* do presidente. Em todo o momento é retomada no discurso essa esperança, mas “querer esgotar as idéias contidas numa palavra é uma empreitada totalmente quimérica” (SAUSSURE, 2002:71), portanto, essa esperança pode ser traduzida como a expectativa de mudança, sendo expressa, principalmente, pelas metáforas de transformação:

“o eleitorado decidiu por *um novo caminho* para o país” (LULA, 2002, L. 02-03).

“um dos maiores povos do planeta resolveu, de modo pacífico e tranqüilo, traçar um *rumo diferente* para si” (LULA, 2002, L. 04-05).

“permite ao povo *mudar de horizonte* quando ele acha necessário” (LULA, 2002, L. 14).

“a maioria da sociedade votou pela adoção de *outro ideal* de país” (LULA, 2002, L. 56).

As metáforas acima demonstram a possibilidade de realização de “um novo caminho”, pois pela primeira vez na história política brasileira a sociedade elegeu um presidente de um partido de esquerda que, por meio da efetiva participação democrática, esperava-se que fosse “mudar o horizonte” da sociedade. Em outras palavras, a perspectiva de sair da mesmice político-social que acompanhara o Brasil por décadas insurge no voto pela mudança, essa possibilidade de transformação que gera a esperança em um “outro ideal de país”.

Apesar da perspectiva de mudança, no discurso se expõe que há dificuldades em se ter esse país ideal, contrapondo, então, a inexistência de uma “solução milagrosa” e tendo o trabalho como solução.

“O povo brasileiro sabe, entretanto, que aquilo que se desfez ou se deixou de fazer na última década não pode ser resolvido num *passe de mágica*” (LULA, 2002, L. 61-62).

“Não há *solução milagrosa*” (LULA, 2002, L. 64).

“O *trabalho é o caminho* de nosso desenvolvimento, da superação dessa herança histórica de desigualdade e exclusão social.” (LULA, 2002, L. 112-113).

Entre as possíveis soluções (o milagre e o trabalho), o presidente chama para si e para o povo a responsabilidade de fazer diferente, dentro da máxima social de que “o trabalho edifica o homem”, tão comumente utilizada na sociedade brasileira. E essa responsabilização conjunta é assim expressa:

“Meu coração bate forte. Sei que estou *sintonizado* com a esperança de milhões e milhões de outros corações.” (LULA, 2002, L. 169).

Dessa forma, estando ambos (o presidente e os milhões de corações) numa mesma frequência, evidencia-se a comunicação plena entre eles, o entendimento entre as partes e, por consequência, a responsabilização de todos – rumo a uma nova realidade. Observe-se que essa realidade já existe discursivamente, tanto para o presidente quanto para os *milhões e milhões de outros corações*. Também é possível destacar o tom emocional que perpassa todo o discurso e que irrompe em sua conclusão.

“Sinto que um *novo Brasil* está *nascendo*” (LULA, 2002, L. 170).

No imaginário social, todo nascimento é repleto de expectativas, medos e esperanças e, necessariamente, implica em mudança. Dessa forma, ao utilizar a metáfora do nascimento de um novo país, é evocada na sociedade a lembrança de tudo o que se gostaria que morresse e a possibilidade de transformação a partir daquela data estanque: o nascimento.

A metáfora do nascimento traz em seu valor lingüístico a noção de uma longa gestação – três candidaturas anteriores abortadas pela derrota nas umas – e de um parto, finalmente, vitorioso. Esse percurso gestacional, no entanto, é atenuado pela expressão verbal – presente do indicativo mais o gerúndio, *está nascendo* – indicando que o parto não foi prematuro, mas que está em vias de se concretizar e que o processo depende também da atuação de uma equipe médica afinada – ministros, aliados políticos e sociedade.

O discurso de 2002, então, apresenta-se com um misto de alegria pela vitória, principalmente vitória da democracia que decidiu “traçar um *rumo diferente para si*”, juntamente com as expectativas do que será feito para viabilizar as mudanças. O tom é altamente emotivo, mas baseado na analogia com a semântica da guerra, uma vez que se tem muito que combater (fome, desigualdade social, criminalidade, narcotráfico, etc.); e o ganhar a eleição foi apenas ganhar uma batalha, tendo muito

mais a ser vencido. Essa relação analógica se possibilita, segundo Saussure, porque

[...] uma língua qualquer num momento qualquer nada mais é do que um vasto enredamento de formações analógicas, algumas absolutamente recentes, outras que vêm de um passado tão distante que podemos apenas adivinhá-las (SAUSSURE, 2002: 140).

O discurso em sua íntegra constrói, juntamente com a adesão popular, uma realidade de transformação. O discurso fala o que o povo quer ouvir e a realidade construída é pautada a partir da significação coletiva, do desejo geral de trocar a realidade posta por outra, mais próxima das necessidades da maioria pobre, e isso se faz a partir da linguagem.

4.2.2 *Deixa o homem trabalhar*

Depois de quatro anos, vieram novas eleições e, após uma campanha conturbada por acusações aos seus aliados que compuseram o primeiro mandato do presidente (acusações essas que não cabem a esta pesquisa discuti-las), Lula é reeleito no segundo turno. Com a reeleição, o novo discurso do presidente muda de foco, o que antes era o discurso da esperança e da transformação, agora expressa uma esperança centrada na consolidação dessa mudança adquirida, mudança esta estabelecida pelos investimentos em programas sociais e pela determinação de que com as bases já instituídas o crescimento estará assegurado.

Inicialmente, o presidente faz menção ao processo eleitoral e à maneira como este expressa a democracia brasileira:

“o Brasil está *vivendo* um *momento mágico* de *consolidação* do processo democrático” (LULA, 2006, L. 07-08).

“um processo eleitoral mais *amadurecido*” (LULA, 2006, L. 12-13).

Quando se utiliza o signo *mágico*, nesse discurso, deve-se ressaltar que o sentido construído não é o do ilusionismo, mas de concretização de um sonho – o processo eleitoral como resposta ao sistema democrático. Além de que, ao afirmar que chegamos a “um processo eleitoral mais *amadurecido*”, não quer dizer que os anteriores foram prematuros, mas que o tempo e a história forjaram um espírito democrático capaz de promover rupturas; concedendo experiências que levaram o povo brasileiro a um amadurecimento político.

Nas metáforas construídas por Lula, a dinâmica discursiva se processa sob a rubrica da construção-desconstrução lingüística, já que para produzir o sentido de um sonho concretizado pelo amadurecimento há de se operar um corte sobre estruturas antigas e nisso “[...] o poder da metáfora seria o de romper uma categorização anterior a fim de estabelecer novas fronteiras lógicas sobre as ruínas das precedentes” (RICOEUR, 2000: 303), o que se pode observar, por exemplo, na metáfora do “momento mágico”.

O que corrobora esse amadurecimento ideológico popular se confirma pela superação do que a mídia colocou como denúncia por ocasião das eleições, de forma que Lula retoma em seu discurso:

“Sou grato ao povo deste país, o povo brasileiro que em vários momentos foram instados a terem dúvidas contra o governo e o povo sabia fazer a diferença, o que era verdade e o que não era verdade, o que estava acontecendo e o que não estava acontecendo no Brasil e, sobretudo, o povo sentiu que ele tinha melhorado e contra isso não há *adversário*, porque o povo sentiu na mesa, no prato e sentiu no bolso a melhora de sua vida” (LULA, 2006, L. 21-22).

A citação acima, embora fazendo um percurso metonímico – *mesa, prato e bolso* - preserva o eixo metafórico por demandar um “pensar a mais” (RICOEUR, 2000: 465), o que nos remete à noção de que entre o signo e a significação há uma

[...] tensão entre os termos do enunciado, tensão entre interpretação literal e interpretação metafórica, tensão na referência entre é e não é. Se de fato a significação, sob sua própria forma elementar, está em busca de si mesma na dupla direção do sentido e da referência, a enunciação metafórica apenas leva à sua plenitude esse dinamismo semântico (RICOEUR, 2000: 458).

Observe que, no plano discursivo, Lula não faz o paradoxo verdade *versus* mentira, mas entre *verdade* e *não verdade*, implicando que as denúncias são passíveis de contestação e que “esses signos atuam, pois, não por seu valor intrínseco, mas por sua posição relativa” (SAUSSURE, 1973:137). A idéia de relatividade expressa aqui, evidentemente, respalda-se no contexto como determinante do valor, o que nos leva a admitir que

A noção radical de arbitrariedade tem tudo a ver com a noção de valor lingüístico, e os exemplos que poderiam ser dados acabam mostrando que cada língua organiza seus signos através de uma complexa rede de relações que não será encontrada em nenhuma outra língua (ILARI, 2005: 65).

Alinhavando essas considerações, o discurso de Lula flui na perspectiva de que as conquistas do primeiro mandato, como os avanços econômicos, por exemplo, são tão patentes que não há *adversário*, nem exploração oportunista por parte da imprensa, que possam ofuscar as realizações do primeiro mandato.

A partir dessas realizações, considerando que no discurso da eleição anterior ele afirmou o nascimento de um novo país, o crescimento vai ao encontro desse discurso, pois o país que outrora nasceu, agora está em fase de crescimento, ou seja, não atingiu o ápice de seu desenvolvimento, e se utilizará desse novo mandato para dar continuidade ao que já fora começado.

A estratégia discursiva na relação nascer-crescer está centrada na bipolaridade dos domínios conhecidos e do valor lingüístico que se dará a conhecer no contexto; assim, podemos afirmar que

[...] a enunciação metafórica opera simultaneamente sobre dois campos de referência. Essa dualidade explicita a articulação, no símbolo, de dois níveis de significação. A significação primeira é relativa a um campo de referência conhecido: o domínio das entidades às quais podem ser atribuídos os próprios predicados considerados em sua significação estabelecida. A segunda, à qual se trata de fazer surgir, é relativa a um campo de referência

para o qual não há significação direta, e para o qual, por consequência, não se pode proceder a uma descrição identificante por meio de predicados apropriados (RICOEUR, 2000: 458).

Dessa forma, a noção de crescimento revela uma primeira significação de crescer como desenvolvimento linear, e acrescenta um campo de referência pautado na transformação enquanto progresso, de acordo com as formações discursivas:

“Não tenho dúvidas de que o Brasil vai *crescer* mais” (LULA, 2006, L. 43).

“Nós queremos *crescer* e as *bases* estão dadas para isso, e agora a gente tem que trabalhar, todo mundo.” (LULA, 2006, L. 49-50).

Ao campo semântico do signo *crescer* concerne a prosperidade, desta forma, objetiva criar ambiente propício para tomar o Brasil uma grande potência; sem deixar de conclamar o brasileiro a compactuar de seu projeto para teminar o que já se iniciou, posto que um projeto de (re)construção demandaria um tempo superior a um único mandato.

“É trabalhar, trabalhar. É o que o povo brasileiro espera. É por isso que o povo brasileiro votou. É por isso que na rua todo mundo fala ‘*deixa o homem trabalhar*’” (LULA, 2006, 81-82).

Notamos que a referência a “trabalhar” constitui uma sobreposição de sentidos, posto que remonta a origem/motivação do nome do partido – Partido dos Trabalhadores, PT – e ao clamor populacional – “deixa o homem trabalhar”. Ou seja, o resultado da eleição reflete a identidade do presidente com uma necessidade básica do povo: trabalho, emprego e geração/distribuição de renda. O enfoque argumentativo dessa passagem coaduna-se com o pressuposto da adesão de Perelman e Olbrechts-Tyteca:

[...] o objetivo de toda argumentação, como dissemos, é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma

disposição para a ação que se manifestará no momento oportuno (PERELMAN; OBBRECHTS-TYTECA 2002: 50).

As posturas do presidente Lula como reflexo da vontade nacional são conhecidas desde antes de sua chegada à presidência da República, pois, como ele mesmo afirmou durante a campanha de 2002, sua representatividade popular remonta desde o sindicato:

Na medida em que vocês evoluíram politicamente, na medida em que vocês ficaram mais exigentes, eu tive o privilégio, quem sabe até a graça de Deus, de ter aparecido no sindicato num momento em que virei porta-voz de uma ansiedade que existia no meio dos trabalhadores (LULA – ENTREATOS, 2004).

Referir-se à “ansiedade que existia no meio dos trabalhadores” ratifica a noção do trabalho como uma das bases de seu discurso, tanto enquanto governista, quanto na geração de emprego que implica em crescimento sócio-econômico. Permanecendo nessa perspectiva de continuidade de trabalho, temos as metáforas de construção, pelas quais o presidente afirma que a fundação de um novo país já foi feita e, portanto, ainda há muito trabalho a ser feito no mandato que se inicia.

A idéia de *construção* traz sobre si uma possibilidade de valores, de forma que, segundo Saussure, “quando se diz que os valôres correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas por suas relações com outros termos do sistema. **Sua característica mais exata é ser o que os outros não são**” (SAUSSURE, 1973: 136, grifo nosso).

A metáfora compreende esse domínio sêmico, pois se insere no horizonte do “não ser” para “ser”; criando, a partir da relação com outros termos do sistema, as possibilidades de sentido inter-sígnicas. Deve-se ressaltar que esse processo não se dá à margem do contexto, antes é tributário dele, posto que dele emana o valor que, no caso das metáforas, é sistematicamente não-lexicalizado, conforme as metáforas abaixo relacionadas:

“Eu, durante a campanha, citava que a gente tinha feito o *alicerce*, as *bases* estão dadas para que o Brasil dê um *salto de qualidade* extraordinário nesse segundo mandato” (LULA, 2006, L. 29-31).

“As instituições estão sólidas” (LULA, 2006, I. 57).

“nós temos uma grande *estrada* a ser construída. As *bases* já estão *consolidadas*, os *projetos* já estão *consolidados*” (LULA, 2006, L. 78-79).

Podemos observar que numa análise retrospectiva o presidente Lula olha para a “obra” que fez e detecta bons alicerces (para o salto de qualidade extraordinário) e afirma que, a partir do que já está consolidado, é possível vislumbrar uma continuidade promissora de seu trabalho. Afinal, o edifício social se assenta sobre bases política e econômica consolidadas.

O teor metafórico sobressai na perspectiva de que a noção de solidez – “As instituições estão sólidas” – insere-se numa prática discursiva contextual em que “[...] é necessário dissociar a noção de sentido literal da de sentido próprio: qualquer valor lexical é sentido literal, e o sentido metafórico é não-lexical: é valor criado pelo contexto” (RICOEUR, 2000: 289).

Destarte, nas considerações acima, o presidente não aborda apenas a continuidade de uma construção já começada, mas também a necessidade de continuar construindo novos projetos (no caso, até novos sonhos). E quando remete à construção de *estrada*, tem-se ainda, o valor semântico do caminho a ser percorrido: toda estrada tem um ponto de partida e um ponto de chegada, e na metáfora em questão, o ponto de chegada faz parte do imaginário social de novas conquistas, possivelmente *frutos* de uma *guerra* incessante contra as mazelas e desigualdades sociais – bandeiras das duas campanhas –, com os quais se podem *construir* um país digno dos brasileiros que optaram pela *esperança* e não se intimidaram com o *medo*.

No rol dessas novas conquistas, verificamos a incidência do combate à corrupção, e mais uma vez é explorado o campo de referência das metáforas de guerra, no entanto, com uma diferenciação evidente: o contexto que as sustenta.

Os escândalos políticos e o teor das campanhas eleitorais acusativas dos candidatos de oposição geraram um sentimento de guerra entre os partidos políticos, o que leva o presidente a declarar o fim da mesma com o resultado das eleições, propondo um unir de forças contra os reais adversários da nação: as mazelas sociais (em consonância com discurso de 2002), numa seqüência de metáforas de guerra e fortalecimento do país.

“Não tenho dúvida de que vai aumentar o *combate* à corrupção neste País” (LULA, 2006, L. 45).

“A eleição acabou, agora não tem mais *adversário*. O *adversário* agora são as injustiças sociais que nós temos no Brasil e precisamos *combatê-las*, agora precisamos *lutar* para *fortalecer* o Brasil, não apenas internamente, fortalecer o Brasil no mundo. [...] eu penso que contra esses argumentos nós não temos *adversários*” (LULA, 2006, L. 85-89).

Neste momento, ele convoca todas as correntes políticas para abraçarem a mesma causa, lutarem ao lado dele que, desde o primeiro mandato apresentou-se como um salvador da pátria, mas dessa vez declara a necessidade do unir forças e de que todos lutem a mesma guerra. Mais uma vez o discurso equaciona povo e governo como os pilares de uma sociedade democrática.

Conforme uma frase dita por Lula em 1979, e retomada nos comícios de 2002: “ninguém, nunca mais, pode duvidar da classe trabalhadora brasileira” (LULA – ENTREATOS, 2004).

Dessa forma, a vitória individual dele, como Presidente da República do Brasil, torna-se uma vitória de todos, exaltando a sabedoria do povo; cabendo aos outros partidos e a cada cidadão brasileiro juntar-se num braço forte e conquistar a vitória maior, contra os problemas sociais. Conforme Lula afirmou, “tudo o que sou não é fruto da minha inteligência não. É fruto da consciência política da classe trabalhadora brasileira” (LULA-ENTREATOS, 2004).

Tomando o povo como sábio em suas decisões, o trecho final acena para uma vitória compartilhada, deixando claro que as ações governamentais estarão em consonância com os anseios do cidadão comum, expressão maior “de um povo que não foge à própria luta”.

“Afinal de contas, o Brasil não é meu, eu é que sou brasileiro e é por isso que estou com essa frase na camiseta para vocês lerem. A *vitória* não é de Lula, não é do PT, não é do PC do B, não é de nenhum dos partidos, **a vitória é, eminentemente, da sabedoria do povo brasileiro**” (LULA, 2006, L. 124-127, grifo nosso).

O trecho destacado traz à tona o desdobramento de sentido que, a partir das construções metafóricas, subentende uma relação de criatividade, na qual se faz “[...] necessário restituir à bela palavra ‘inventar’ seu sentido, ele mesmo duplicado, que implica simultaneamente descobrir e criar” (RICOEUR, 2000: 459). Assim, no que tange à essa construção metafórica, a relação significado-significante está mais para as necessidades discursivas do que para a significação institucionalizada/lexicalizada.

A trajetória empreendida até aqui nos leva a considerar que “[...] para interpretar a metáfora é necessário eliminar do sentido próprio os traços incompatíveis com o contexto” (RICOEUR, 2000: 281). Essa perspectiva sinaliza que as metáforas construídas no discurso de Lula referem-se ao contexto e à coletividade, sendo estes definidos a partir do desbastamento dos sentidos, ou seja, do feixe de valores contidos no signo procede-se um desdobramento de sentido.

Por fim, o que se remonta numa análise de valores semânticos é parcial e transitório, pois “[...] uma língua é radicalmente incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre o significado e o significante. É uma das conseqüências da arbitrariedade do signo” (SAUSSURE, 1973: 90). Esta análise, então, coaduna: sentido denotado; sentido conotado; implicação histórico-social na construção de significação; a língua como um fato social e, portanto, submetida às oscilações sociais; e a firmeza de que a metáfora é um mecanismo mesmo da língua, enquanto construção de realidade.

4.2.3 Conclusões da Análise

Nesta secção, faremos um balanço entre os dois discursos, principalmente quanto a suas diferenças. Visto que, considerando as duas análises acima, podemos observar algumas mudanças de postura discursiva entre eles, tanto no que diz respeito à argumentação, quanto ao tom impingido a cada um deles.

O primeiro discurso mostrou-se muito mais emotivo em sua argumentação em relação ao segundo, verificando-se isso na base discursiva de cada um: “a *esperança* venceu o *medo*” e “deixa o homem *trabalhar*”, respectivamente.

A argumentação do discurso de 2002 baseia-se, quase em sua totalidade, no campo referencial de *guerra*; tanto no que se refere aos problemas a serem *enfrentados* quanto na premissa de *vencidos* e *vencedores*. A emotividade é manifesta no todo do discurso, tendo como exemplo,

Souberam resistir, *mantendo acesa a chama da solidariedade social*.
Todos aqueles que não desertaram do nosso sonho, que às vezes
sozinhos nas praças deste imenso Brasil, *ergueram bem alto a*
bandeira estrelada da esperança (LULA, 2002, L. 38-41).

Nota-se um forte apelo emocional, principalmente, em “*ergueram bem alto a bandeira estrelada da esperança*”, que evoca os companheiros e companheiras de militância. Bandeira esta criada e defendida por Lula, em toda a história do PT; vista nas greves, nas assembléias sindicais, nas manifestações contra aumento de preços, no impeachment presidencial e em tantas outras manifestações em defesa dos desfavorecidos.

Já o discurso de 2006 mostra-se muito mais ameno em suas categorizações, de forma que não se remete apenas aos aliados políticos e militantes – como no primeiro discurso – nem polariza vencidos e vencedores, mas remete-se a toda a sociedade brasileira, não havendo mais adversários políticos:

Não haverá um único partido neste País que eu não chame para conversar para dizer o seguinte: agora o problema do Brasil é de todos nós (LULA, 2006, L. 92-93).

Há, nesse trecho, e impresso em todo o discurso, uma sobriedade quanto às relações políticas, de maneira que o presidente mostra-se muito mais aberto e, principalmente, convoca todos a um mesmo propósito: “*É trabalhar, trabalhar*”.

A argumentação desse segundo discurso está firmada em dados concretos de realizações político-governamentais, enfatizando as obras que foram feitas e destacando a necessidade de continuidade para futuras conquistas.

Outra diferenciação que podemos destacar concerne ao tamanho do discurso: o primeiro é mais longo que o segundo, talvez, imprimindo a este uma moderação adquirida ao longo do primeiro mandato.

Quanto às metáforas, verificamos um sentido metafórico muito mais marcado no primeiro discurso que no segundo, de maneira que isso se refletiu até na quantidade de ocorrências claramente metafóricas: o primeiro discurso apresenta quase o dobro de metáforas em relação ao segundo.

O campo referencial de *guerra*, embora mais explorado em 2002, também ocorre em 2006. No entanto, este retoma apenas a constante luta contra as mazelas sociais, e não mais determina vencedores – uma vez estando todos do mesmo lado: do interesse social brasileiro. Talvez isso se dê porque nas eleições de 2002 o Lula tivesse um real adversário – o então presidente Fernando Henrique Cardoso – o que não ocorre em 2006, quando ele objetiva a reeleição, os adversários são os problemas até ali insolúveis.

Há também uma continuidade discursiva no que se refere aos campos referenciais de *nascer/crescer*, pois, enquanto no primeiro discurso “sentia-se que um novo Brasil estava nascendo”, no segundo “não se tinha dúvidas do crescimento do país”. Ou seja, o discurso de 2002 estava imerso numa realidade de expectativas, da incerteza de como se efetivaria essa transição político-ideológica, uma incerteza

com esperança – como um nascimento. Em 2006, por sua vez, “as bases já estavam consolidadas” de maneira que se apresenta muito o que continuar, além de buscar novas conquistas, mas sem sair do rumo adquirido.

Enfim, o primeiro discurso é pautado na *esperança* de uma transformação no cenário político social como um todo, tendo o Lula como herói – não só por romper com a inércia ideológica em 1980, mas por romper com a inércia da então democracia brasileira. O segundo apresenta o *trabalho* como base nacional, a voz do povo que clama “*deixa o homem trabalhar*” espera que o Lula trabalhando viabilize trabalho e crescimento econômico a todas as classes, especialmente às menos favorecidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu revisitar Saussure em seu *Curso de Lingüística Geral*, pelo prisma dos *Escritos de Lingüística Geral*; porquanto se observou que as posições por ele escritas, efetivamente, em seus manuscritos, destoavam em muitos aspectos do que lhe fora atribuído pelo *Curso*.

Partindo dessa premissa, buscamos extrair da discussão dos conceitos de língua, signo, valor lingüístico e referenciação as bases para a concepção de metáfora, dentro da proposta saussuriana. O todo desta pesquisa teórica revelou um Saussure atual e imerso numa discursividade, principalmente no que tange à composição da significação considerando os aspectos sócio-histórico-culturais, expressos por meio do valor lingüístico do signo.

Com vistas a pesquisar as repercussões do estruturalismo saussuriano em algumas teorias atuais, retomamos quatro concepções de metáfora – primeiro com Ricoeur (2000), depois com Foucault (1967), em seguida com Barthes (1979) e por fim com Lakoff e Johnson (2002). A partir desse momento, pudemos definir nosso recorte teórico para a análise, no qual coadunamos as proposições de Saussure com as de Ricoeur (2000) e Barthes (1979).

Escolhido o *corpus*, os “Discursos da Vitória” de 2002 e de 2006 do atual Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, fizemos a análise discursiva de algumas metáforas selecionadas desses pronunciamentos, ressaltando-se que cada discurso resultou em uma análise em separado.

Destaca-se que não analisamos os discursos nos moldes da Análise do Discurso Francesa ou Americana, mas fizemos uma análise do fenômeno da metáfora, que tomou por base o discurso, à luz de Saussure (1973 e 2002), Barthes (1979) e Ricoeur (2000) em face à coletividade, que nos permitiram compreender a construção da realidade nos discursos do Lula.

Pretendia-se, por meio dessas análises, ratificar a discursividade encontrada em Saussure, em comparação com Barthes e Ricoeur; de maneira que a noção de significação, como um valor lingüístico, admite influências histórico-sociais e principalmente a coletividade no entorno do discurso

Destarte, a análise mostrou que o tempo e a história modificaram o “Discurso da Vitória” do Lula; uma vez que, em virtude de sua luta para chegar à presidência da República, o primeiro discurso mostrou-se altamente emotivo, rico em metáforas de *guerra* e mais voltado aos seus companheiros militantes e à classe da sociedade que acreditou no sonho da mudança. Já o segundo discurso apresentou-se mais sóbrio em seus argumentos, buscando solidificar as conquistas até ali concedidas, além de ser mais moderado em sua argumentação, procurando ter como aliados todos os partidos, em prol da sociedade.

Nessa perspectiva, de diferenças sócio-históricas concementes a cada discurso, pudemos verificar que o entorno coletivo influenciou a formação do valor lingüístico não apenas no nível do signo, mas principalmente de cada discurso como um todo.

Portanto, aos que diziam que só era possível realizar uma análise com base em Saussure no nível lingüístico-estruturalista, mostramos que esse autor transita com facilidade nas teorias discursivistas e, por meio de seus manuscritos, ainda há muito que se descobrir em Saussure, enquanto pesquisador, pois como ele mesmo afirmou:

É muito cômico assistir aos gracejos sucessivos dos lingüistas sobre o ponto de vista de A ou de B, porque esses gracejos parecem supor a posse de uma verdade, e **é justamente a absoluta ausência de uma verdade fundamental que caracteriza, até hoje, o lingüista** (SAUSSURE, 2002:104, grifo nosso).

Por considerar essa total ausência de uma verdade fundamental é que esta pesquisa se coloca como um questionar de velhos paradigmas conceituais, não de forma conclusiva, mas propondo ser mais um ponto de vista – um recorte – dentro da lingüística. Configurando-se como uma gota que integra um mar de possibilidades teóricas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do Signo ao Discurso**: Introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ATOS. Extra do documentário ENTREATOS. Direção: João Moreira Salles. Produção: Vídeo Filmes, 2004, DVD duplo.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. Trad. Izidoro Blikstein. 6. ed. SP: Cultrix, 1979.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. Trad. M^a. da Glória Novak e M^a. Luisa Néri. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. Trad. Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

CALVET, Louis-Jean. **Saussure: pró e contra**: para uma lingüística social. Trad. M^a Elizabeth L. Salum. São Paulo: Cultrix, 1977.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de Filologia e Gramática**. 3. ed. São Paulo: Jozon, 1968.

CULLER, Jonathan. **As idéias de Saussure**. Trad. Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Cultrix, 1979.

ENTREATOS (documentário). Direção: João Moreira Salles. Produção: Vídeo Filmes, 2004, DVD duplo.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas. (Tradução de Antônio Ramos Rosa) São Paulo: Martins Fontes, 1967.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luis Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. **O Pensamento do Exterior**. (Tradução de Nurimar Falci) São Paulo: Princípios, 1990.

ILARI, Rodolfo. O Estruturalismo Lingüístico: alguns caminhos. In. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Org.) **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. V.3. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da Vida Cotidiana**. Trad. Grupo de Estudos da Indeterminação e da Metáfora. Campinas: EDUC / Mercado de Letras, 2002.

LIMA, Luiz Costa. Pressupostos do Pensamento estruturalista. In. NEVES, Luiz Felipe Baeta (Orientador e tradutor). **Estruturalismo e Teoria da Linguagem**. São Paulo: Vozes, 1971. (Coleção Epistemologia e Pensamento Contemporâneo)

LOPES, Edward. **Metáfora**: da retórica à semiótica. 2. ed. São Paulo: Atual, 1987.

MOREL, Mário. **Lula**: o início. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

PARANÁ, Denise. **Lula, o filho do Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 1. reimpressão, 2003.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: A nova Retórica**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PEÕES (documentário). Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Vídeo Filmes, 2004, 1 DVD.

RICOEUR, Paul. **A Metáfora Viva**. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. 5ª. Ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

_____. **Escritos de Lingüística Geral**. Trad. Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002.

SILVEIRA, Eliane Mara. **As marcas do movimento de Saussure na fundação da lingüística**. Campinas, São Paulo [s.n.], 2003. Tese de Doutorado.

WEEDWOOD, Bárbara. **História Concisa da Lingüística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

ZANOTTO, Mara S.; MOURA, Heronides M. de M.; NARDI, Maria Isabel A.; VEREZA, Solange C. Apresentação. In: LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da Vida Cotidiana**. Campinas: Mercado de Letras / Educ, 2002

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41735.shtml>

Acesso em 04/Janeiro/2007.

<http://vejaonline.abril.com.br/notitia/servlet/newstom.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=1281&textCode=120959&date=currentDate>

Acesso em 04/Janeiro/2007.

APÊNDICE A – BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARRUDA, Beatriz Quirino. Funcionalidade da Metáfora: Uma análise prática. In: LINS, Maria da Penha e YACOVENCO, Lílían Coutinho (Org.). **Caminhos Lingüísticos**. Vitória: NUPLES/DLL/UFES, 2002. p. 82 - 89.

BARBOSA, João Alexandre. **A Metáfora Crítica**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou A Fabricação de Realidade**. São Paulo: Cultrix, 1973.

BOLÉO, Manuel de Paiva. **A Metáfora na Língua Portuguesa Corrente**. Coimbra: Coimbra editora, 1935.

CÂMARA JR. **Dicionário de Lingüística e Gramática**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CARVALHO, Castelar de. **Para Compreender Saussure**, 2ª ed. Rio de Janeiro: ed. Rio, 1980.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. (Tradução de Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu) São Paulo, 2006.

CLEMENTE, José Edmundo. **Descubrimiento de La Metáfora**. Caracas: Monte Ávila Editores, 1977. (159-205)

DAVIDSON, Donald. **Ensaio sobre a Verdade**. São Paulo: Unimarco Editora, 2002.

FINGER, Ingrid. **Metáfora e Significação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

FOUCAULT, Michel **A Ordem do Discurso**. (Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio) 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. *O enunciado e o arquivo: Foucault (entre) vistas*. In: SARGENTINI, Vanice & NAVARRO-BARBOSA, Pedro (org.). **M. Foucault e os Domínios da Linguagem: Discurso, Poder, Subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004.

LE GUERN, Michel. **Semântica da Metáfora e da Metonímia**. Porto: Livraria Telos Editora, ANO.

PONTES, Eunice (Org.). **A metáfora**. 2ª.ed. Campinas: Unicamp, 1990.

SACKS, Sheldon. **Da Metáfora**. (tradução: Leila Cristina M. Darin ... et al.). São Paulo: EDUC / Pontes, 1992.

VALENTE, André. **A Linguagem Nossa de Cada Dia**. Rio de Janeiro: Leviatã Publicações, 1997.

_____. Metáfora, Campo Semântico e Dialética na Produção e na Leitura de Textos. In _____ **Aulas de Português: Perspectivas Inovadoras**. Petrópolis: Vozes, 1999, p.49-66.

ZANOTTO, Mara S.; MOURA, Heronides M. de M.; NARDI, Maria Isabel A.; VEREZA, Solange C. Apresentação. In: LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. **Metáforas da Vida Cotidiana**. Campinas: Mercado de Letras / Educ, 2002

ANEXO A: DISCURSO PROFERIDO EM 28 DE OUTUBRO DE 2002

"Compromisso com a mudança

Ontem, o Brasil votou para mudar. A esperança venceu o medo e o eleitorado decidiu por um novo caminho para o país. Foi um belo espetáculo democrático que demos ao mundo. Um dos maiores povos do planeta resolveu, de modo pacífico e tranqüilo, traçar um rumo diferente para si.

As eleições que acabamos de realizar foram, acima de tudo, uma vitória da sociedade brasileira e de suas instituições democráticas, uma vez que elas trouxeram a alternância no poder, sem a qual a democracia perde a sua essência.

Tivemos um processo eleitoral de excelente qualidade, no qual os cidadãos e as cidadãs exigiram e obtiveram um debate limpo, franco e qualificado sobre os desafios imediatos e históricos do nosso país. Contribuíram para isso a atitude da justiça eleitoral e do presidente da República, que cumpriram de maneira equilibrada o seu papel constitucional.

A grande virtude da democracia é que ela permite ao povo mudar de horizonte quando ele acha necessário. A nossa vitória significa a escolha de um projeto alternativo e o início de um novo ciclo histórico para o Brasil.

A nossa chegada à Presidência da República é fruto de um vasto esforço coletivo, realizado, ao longo de décadas, por inúmeros democratas e lutadores sociais. Muitos dos quais, infelizmente, não puderam ver a sociedade brasileira, e em especial as camadas oprimidas, colherem os frutos de seu árduo trabalho, de sua dedicação e sacrifício militante.

Estejam onde estiverem, os companheiros e as companheiras que a morte colheu antes desta hora, saibam que somos herdeiros e portadores do seu legado de dignidade humana, de integridade pessoal, de amor pelo Brasil, e de paixão pela justiça. Saibam que a obra de vocês segue conosco, como se vivos estivessem, e é fonte de inspiração para nós que seguimos travando o bom combate. O combate em

favor dos excluídos e dos discriminados. O combate em favor dos desamparados, dos humilhados e dos ofendidos.

Quero homenagear aqui os militantes anônimos. Aqueles que deram seu trabalho e dedicação, ao longo de todos esses anos, para que chegássemos aonde chegamos. Nas mais longínquas regiões do país, eles jamais esmoreceram. Aprenderam, como eu, com as derrotas. Tornaram-se mais competentes e eficazes na defesa de um país soberano e justo.

Celebro hoje aqueles que, nos momentos difíceis do passado, quando a nossa causa de um país justo e solidário parecia inviável, não caíram na tentação da indiferença, não cederam ao egoísmo e ao individualismo exacerbado. Todos aqueles que conservaram intacta a sua capacidade de indignar-se perante o sofrimento alheio. Souberam resistir, mantendo acesa a chama da solidariedade social. Todos aqueles que não desertaram do nosso sonho, que às vezes sozinhos nas praças deste imenso Brasil ergueram bem alto a bandeira estrelada da esperança.

Mas esta vitória é, sobretudo, de milhares, quem sabe milhões, de pessoas sem filiação partidária que se engajaram nessa causa. É uma conquista das classes populares, das classes médias, de parcelas importantes do empresariado, dos movimentos sociais e das entidades sindicais que compreenderam a necessidade de combater a pobreza e defender o interesse nacional.

Para alcançar o resultado de ontem, foi fundamental que o PT, um partido de esquerda, tenha sabido construir uma ampla aliança com outras forças partidárias. O PL, o PCdoB, o PMN e o PCB deram uma contribuição inestimável desde o primeiro turno. A eles, vieram somar-se, no segundo turno, o PSB, o PPS, o PDT, o PV, o PTB, o PHS, o PSDC e o PGT. Além disso, ao longo da campanha, contamos com o apoio de setores importantes de outros partidos identificados com o nosso programa de mudanças para o Brasil. Em especial, quero destacar o apoio dos ex-presidentes José Sarney e Itamar Franco e, no segundo turno, o precioso apoio que recebi de Anthony Garotinho e Ciro Gomes.

Não há dúvida de que a maioria da sociedade votou pela adoção de outro ideal de país, em que todos tenham os seus direitos básicos assegurados. A maioria da sociedade brasileira votou pela adoção de outro modelo econômico e social, capaz de assegurar a retomada do crescimento, do desenvolvimento econômico com geração de emprego e distribuição de renda.

O povo brasileiro sabe, entretanto, que aquilo que se desfez ou se deixou de fazer na última década não pode ser resolvido num passe de mágica. Assim como carências históricas da população trabalhadora não podem ser superadas da noite para o dia. Não há solução milagrosa para tamanha dívida social, agravada no último período. Mas é possível e necessário começar, desde o primeiro dia de governo.

Vamos enfrentar a atual vulnerabilidade externa da economia brasileira fator crucial na turbulência financeira dos últimos meses de forma segura. Como dissemos na campanha, nosso governo vai honrar os contratos estabelecidos pelo governo, não vai descuidar do controle da inflação e manterá como sempre ocorreu nos governos do PT uma postura de responsabilidade fiscal. Essa é a razão para dizer com clareza a todos os brasileiros: a dura travessia que o Brasil estará enfrentando exigirá austeridade no uso do dinheiro público e combate implacável à corrupção.

Mas mesmo com as restrições orçamentárias, impostas pela difícil situação financeira que vamos herdar, estamos convencidos que, desde o primeiro dia da nova gestão, é possível agir com criatividade e determinação na área social. Vamos aplacar a fome, gerar empregos, atacar o crime, combater a corrupção e criar melhores condições de estudo para a população de baixa renda desde o momento inicial de meu governo.

Meu primeiro ano de mandato terá o selo do combate à fome. Um apelo à solidariedade para com os brasileiros que não têm o que comer. Para tanto, anuncio a criação de uma Secretaria de Emergência Social, com verbas e poderes para iniciar, já em janeiro, o combate ao flagelo da fome. Estou seguro de que esse é, hoje, o clamor mais forte do conjunto da sociedade. Se ao final do meu mandato,

cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão de minha vida.

Como disse ao lançar meu Programa de Governo, gerar empregos será minha obsessão. Para tanto, vamos mobilizar imediatamente os recursos públicos disponíveis nos bancos oficiais e nas parcerias com a iniciativa privada para a ativação do setor da construção civil e das obras de saneamento. Além de gerar empregos, tal medida ajudará à retomada gradual do crescimento sustentado.

O país tem acompanhado com preocupação a crise financeira internacional e suas implicações na situação brasileira. Em especial, a instabilidade na taxa de câmbio e a pressão inflacionária dela decorrente.

Porém, com toda a adversidade internacional, estamos com superávit comercial de mais de 10 bilhões de dólares neste ano. Resultado que pode ser ampliado já em 2003 com uma política ofensiva de exportações, incorporando mais valor agregado aos nossos produtos, aprofundando a competitividade da nossa economia, bem como promovendo uma criteriosa política de substituição competitiva de importações.

O Brasil fará a sua parte para superar a crise, mas é essencial que além do apoio de organismos multilaterais, como o FMI, o BID e o BIRD, se restabeleçam as linhas de financiamento para as empresas e para o comércio internacional. Igualmente relevante é avançar nas negociações comerciais internacionais, nas quais os países ricos efetivamente retirem as barreiras protecionistas e os subsídios que penalizam as nossas exportações, principalmente na agricultura.

Nos últimos três anos, com o fim da âncora cambial, aumentamos em mais de 20 milhões de toneladas a nossa safra agrícola. Temos imenso potencial nesse setor para desencadear um amplo programa de combate à fome e exportarmos alimentos que continuam encontrando no protecionismo injusto das grandes potências econômicas um obstáculo que não pouparemos esforços para remover.

O trabalho é o caminho de nosso desenvolvimento, da superação dessa herança histórica de desigualdade e exclusão social. Queremos constituir um amplo mercado de consumo de massas que dê segurança aos investimentos das empresas, atraia investimentos produtivos internacionais e represente um novo modelo de desenvolvimento e compatibilize distribuição de renda e crescimento econômico.

A construção dessa nova perspectiva de crescimento sustentado e de geração de emprego exigirá a ampliação e o barateamento do crédito, o fomento ao mercado de capitais e um cuidadoso investimento em ciência e tecnologia. Exigirá também uma inversão de prioridades no financiamento e no gasto público, valorizando a agricultura familiar, o cooperativismo, as micro e pequenas empresas e as diversas formas de economia solidária.

O Congresso Nacional tem uma imensa responsabilidade na construção dessas mudanças que irão promover a inclusão social e o crescimento sustentado. Por isso, estarei pessoalmente empenhado em encaminhar para o Congresso as grandes reformas que a sociedade reclama: a reforma da previdência social, a reforma tributária, a reforma da legislação trabalhista e da estrutura sindical, a reforma agrária e a reforma política.

O mundo está atento a esta demonstração espetacular de democracia e participação popular ocorrida na eleição de ontem. É uma boa hora para reafirmar um compromisso de defesa corajosa de nossa soberania regional. E o faremos buscando construir uma cultura de paz entre as nações, aprofundando a integração econômica e comercial entre os países, resgatando e ampliando o Mercosul como instrumento de integração nacional e implementando uma negociação soberana frente à proposta da ALCA. Vamos fomentar os acordos comerciais bilaterais e lutar para que uma nova ordem econômica internacional diminua as injustiças, a distância crescente entre países ricos e pobres, bem como a instabilidade financeira internacional que tantos prejuízos tem imposto aos países em desenvolvimento.

Nosso governo será um guardião da Amazônia e da sua biodiversidade. Nosso programa de desenvolvimento, em especial para essa região, será marcada pela responsabilidade ambiental.

Queremos impulsionar todas as formas de integração da América Latina que fortaleçam a nossa identidade histórica, social e cultural. Particularmente relevante é buscar parcerias que permitam um combate implacável ao narcotráfico que alicia uma parte da juventude e alimenta o crime organizado.

Nosso governo respeitará e procurará fortalecer os organismos internacionais, em particular a ONU e os acordos internacionais relevantes, como o protocolo de Kyoto, e o Tribunal Penal Internacional, bem como os acordos de não proliferação de armas nucleares e químicas. Estimularemos a idéia de uma globalização solidária e humanista, na qual os povos dos países pobres possam reverter essa estrutura internacional injusta e excludente.

Não vou decepcionar o povo brasileiro. A manifestação que brotou ontem do fundo da alma dos meus compatriotas será a minha a inspiração e a minha bússola. Serei, a partir de 1º de janeiro, o presidente de todos os brasileiros e brasileiras, porque sei que é isso que esperam os eleitores que me confiaram o seu voto.

Vivemos um momento decisivo e único para as mudanças que todos desejamos. Elas virão sem surpresas e sobressaltos. Meu governo terá a marca do entendimento e da negociação. Da firmeza e da paciência. Temos plena consciência que a grandeza dessa tarefa supera os limites de um partido. Esse foi o sentido do esforço que fizemos desde a campanha para reunir sindicalistas, ONGs e empresários de todos os segmentos numa ação comum pelo país.

Continuaremos a ter atuação decidida no sentido de unir as diversas forças políticas e sociais para construir uma nação que beneficie o conjunto do povo. Vamos promover um Pacto Nacional pelo Brasil, formalizar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e escolher os melhores quadros do Brasil para fazer parte de um governo amplo, que permita iniciar o resgate das dívidas sociais seculares. Isso não se fará sem a ativa participação de todas as forças vivas do Brasil, trabalhadores e empresários, homens e mulheres de bem.

Meu coração bate forte. Sei que estou sintonizado com a esperança de milhões e milhões de outros corações. Estou otimista. Sinto que um novo Brasil está nascendo.

São Paulo, 28 de outubro de 2002"

ANEXO B: DISCURSO PROFERIDO EM 30 DE OUTUBRO DE 2006

“Meus amigos, minhas amigas, aqui representados pelos companheiros dirigentes dos partidos que apoiaram nossa campanha, nossos queridos companheiros trabalhadores, aqui representados pelos dirigentes sindicais, meus companheiros ministros, coordenadores da nossa campanha, nosso companheiro Marcelo Miranda, governador do Tocantins, nosso companheiro Jacques Vagner, governador eleito da Bahia.

Eu queria falar para vocês que eu penso que o Brasil está vivendo um momento mágico de consolidação do processo democrático. Acho que esse momento nós devemos ao povo brasileiro, sobretudo ao povo que foi incluído no patamar daqueles que já tinham conquistado a cidadania. Acho que a inclusão social de milhões e milhões de brasileiros, o acerto das coisas que o governo fez e os erros que o governo também fez permitiram que nós pudéssemos chegar a um processo eleitoral mais amadurecido, com mais consciência das dificuldades que o Brasil enfrenta para dar um salto de qualidade que o Brasil precisa dar.

Sou um homem convencido de que a lição que a democracia brasileira dá, nesse momento, ao mundo a começar pela qualidade do processo de apuração que países mais ricos que o Brasil, mais poderosos que o Brasil do ponto de vista econômico e tecnológico não têm. O Brasil fazer uma eleição que termina às 17 horas e às 20 horas a gente já saber o resultado de quase todo o processo no País é de muita competência tecnológica e muita competência, inclusive, da Justiça Eleitoral.

Eu sou grato neste momento às pessoas que confiaram, que acreditaram. Sou grato ao povo deste País, o povo brasileiro que em vários momentos foram instados a terem dúvidas contra o governo e o povo sabia fazer a diferença, o que era verdade e o que não era verdade, o que estava acontecendo e o que não estava acontecendo no Brasil e, sobretudo, o povo sentiu que ele tinha melhorado e contra isso não há adversário, porque o povo sentiu na mesa, no prato e sentiu no bolso a melhora de sua vida, mais importante ainda, sentiu isso no seu cotidiano, ele sentiu isso na sua vida, dos seus amigos, de sua família.

Eu tenho consciência de que nós demos apenas o primeiro passo. Eu, durante a campanha, citava que a gente tinha feito o alicerce, as bases estão dadas para que o Brasil dê um salto de qualidade extraordinário nesse segundo mandato. Primeiro porque todos nós aqui temos mais experiência, aprendemos muito. Segundo porque nós conseguimos resolver o problema da macroeconomia brasileira, da instabilidade econômica, conseguimos consolidar as nossas relações internacionais, conseguimos fazer ver que o Mercosul é uma condição importante para o desenvolvimento dos países que dele participam, conseguimos consolidar a comunidade sul-americana de nações, conseguimos consolidar uma política internacional onde não temos adversários, mas construímos um leque de amizades, em que o Brasil transita com leveza em todos os continentes e é ouvido porque nós aprendemos a respeitar e aí a gente pode exigir respeito. Eu penso que tudo isso me dá segurança para dizer a vocês que vamos fazer um segundo mandato muito melhor do que fizemos o primeiro, muito melhor.

Não tenho dúvidas de que o Brasil vai crescer mais, vai aumentar a distribuição de renda neste País, vai aumentar a consolidação da política externa brasileira. Não tenho dúvida de que vai aumentar o combate à corrupção neste País, vai continuar o fortalecimento das instituições democráticas neste País. Não tenho dúvidas, sobretudo, de que o Brasil irá atingir um padrão de desenvolvimento, que será colocado entre os países desenvolvidos do mundo. Nós cansamos de ser uma potência emergente. Nós queremos crescer e as bases estão dadas para isso e agora a gente tem que trabalhar, todo mundo. Todo o povo brasileiro votou porque tem esperança de que as coisas podem andar melhor e mais rápido ainda, melhor do que no primeiro mandato.

A eleição, como vocês viram, é sempre um processo complicado, mas ao saímos desta eleição, e ao receber o telefonema do meu adversário, o candidato Alckmin, eu saí com a convicção, muito mais forte do que quando entrei na campanha, que o Brasil não pode temer, em nenhum momento, o fortalecimento de sua democracia.

As instituições estão sólidas, o povo brasileiro sabe reagir nos momentos adequados com as atitudes adequadas. Os partidos políticos precisam se fortalecer e para isso nós vamos discutir logo no começo do mandato a questão da reforma política que o

Brasil necessita. É importante que ela saia e saia com consenso de todos os partidos políticos, porque o processo eleitoral mostrou também que quanto mais fortes forem as instituições políticas, mais forte e mais consolidado será o processo democrático brasileiro.

De forma que eu estou feliz pela participação da sociedade neste processo eleitoral. Estou feliz porque a sociedade conseguiu compreender o momento histórico que estamos vivendo neste País. Estou feliz pela eleição dos governadores em todos os Estados. Acho que nós poderemos construir algo muito mais forte do que tentamos em março e abril de 2003, quando nos reunimos com os governadores para fazer a reforma da Previdência e a reforma tributária.

Acho que os governadores eleitos têm o perfil de que querem trabalhar no sentido de fazer com que haja uma compreensão de que o crescimento do Brasil precisa beneficiar o crescimento dos Estados. Continuaremos a governar o Brasil para todos, mas continuaremos a dar mais atenção aos mais necessitados. Os pobres terão preferência no nosso governo.

As regiões mais empobrecidas terão no nosso governo uma atenção ainda maior, porque nós queremos tornar o Brasil mais equânime, tornar o Brasil nos seus 8 milhões de quilômetros quadrados mais justo, no sentido geopolítico, mas também no sentido econômico e social. Portanto, nós temos uma grande estrada a ser construída. As bases já estão consolidadas, os projetos já estão consolidados. Portanto, não temos tempo a perder.

É trabalhar, trabalhar. É o que o povo brasileiro espera. É por isso que o povo brasileiro votou. É por isso que na rua todo mundo fala “deixa o homem trabalhar”. É porque o Brasil precisa de trabalho e eu estou muito confiante como jamais estive na minha vida. Estou confiante no Brasil, nos partidos que perderam as eleições.

A eleição acabou, agora não tem mais adversário. O adversário agora são as injustiças sociais que nós temos no Brasil e que precisamos combatê-las, agora precisamos lutar para fortalecer o Brasil, não apenas internamente, fortalecer o Brasil no mundo, o mercado de massa, as exportações. E eu penso que contra

esses argumentos nós não temos adversários e eu quero conversar com todos. Não tenho dúvida nenhuma de que podemos contar com a compreensão dos partidos que fizeram oposição e quero conversar com todos, sem distinção.

Não haverá um único partido neste País que eu não chame para conversar para dizer o seguinte: agora o problema do Brasil é de todos nós. Eu tenho a Presidência, mas todos os brasileiros e brasileiras têm a responsabilidade de dar sua contribuição para que o Brasil não perca mais uma oportunidade.

Eu disse a vocês que nós manteremos uma política fiscal dura, porque eu aprendi, não na faculdade de economia como os meus companheiros aprenderam, eu aprendi na vida cotidiana que a gente não pode gastar mais do que a gente ganha porque senão um dia a gente vai se endividar de tal ordem que não consegue pagar a dívida que contraiu.

Mas ao mesmo tempo eu tenho a convicção de que a solução para os problemas brasileiros não é mais fazer o povo sofrer com ajustes pesados que acabam caindo em cima do povo, mas de que a solução está no crescimento da economia, no crescimento da distribuição de renda e nós provamos isso no primeiro mandato quando se dizia tempos atrás que era preciso o Brasil crescer para distribuir.

Nós dizíamos que é preciso distribuir para o Brasil crescer e nós provamos que com um pouco de distribuição de renda, seja a política de transferência de renda como o Bolsa-Família, através da Loas, através do crédito consignado, através do salário mínimo, das conquistas que os trabalhadores tiveram, fazendo acordos de reajustes maiores que a inflação depois de muito tempo sem conseguir isso, nós provamos que quando o povo tem um pouco mais de dinheiro ele começa a comprar, a loja começa a vender, a loja começa a comprar da fábrica, a fábrica começa a produzir, começa a gerar emprego e distribuição de renda.

Esse é o País que nós queremos e é o País que eu tenho certeza que depois de quatro anos nós daremos ao Brasil. O que o Brasil merece e que durante tantas vezes quase chegou lá, mas por interesses políticos, momentâneos, o Brasil jogou fora essa oportunidade. Eu não jogarei. Estão aqui meus companheiros sindicalistas

que eu quero dizer para vocês: reivindicuem tudo o que vocês precisarem reivindicar e nós só daremos aquilo que a responsabilidade permite que a gente dê.

O mais importante, a coisa mais sagrada ao terminar o mandato de um presidente, o que ele deixa como legado é a relação que ele consegue estabelecer com a sociedade, consolidando a democracia, consolidando o papel do Estado e, sobretudo, o papel da sociedade. Isso nós fizemos com muita competência e vamos continuar fazendo porque, afinal de contas, o Brasil não é meu, eu é que sou brasileiro e é por isso que estou com essa frase na camiseta para vocês lerem. A vitória não é de Lula, não é do PT, não é do PC do B, não é de nenhum dos partidos, a vitória é, eminentemente, da sabedoria do povo brasileiro.”